

Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras
Departamento de História



A LIÇÃO DE SALAZAR E A ICONOGRAFIA DO ESTADO NOVO
Contributo para a História da Educação em Portugal
(1933-1939)

Dissertação de Mestrado em Didáctica da História

Maria Margarida Rodrigues Remédio

Orientador: Professor Doutor Miguel Corrêa Monteiro
Co-orientador: Professor Doutor Fernando Grilo

Lisboa
2012

RESUMO

Este trabalho pretende ser um contributo para a História da Educação em Portugal, entre 1933 e 1939, através da análise iconográfica de um conjunto de cartazes publicados em 1938, no décimo aniversário da chegada de Salazar ao poder, intitulado *A Lição de Salazar*, de um panfleto ideológico, o *Decálogo do Estado Novo* e de um postal ilustrado apresentando Salazar como Salvador da Pátria.

Temos como objectivo demonstrar até que ponto a imagem foi utilizada durante o Estado Novo como instrumento pedagógico e de propaganda, bem como um veículo de transmissão e inculcação da ideologia difundida e imposta pelo regime à população. Através da imagem pretende o regime transmitir aos portugueses os ideais defendidos pelo mesmo, como os da autoridade, do nacionalismo, do imperialismo, da fé cristã, do culto do chefe, da ruralidade, do “viver habitualmente”, da pobreza honrada, da poupança e do corporativismo, com o objectivo do aparecimento de um homem novo.

Inserimos esta análise num contexto histórico e procuramos encontrar a sua função didáctica e pedagógica enquadrando-a nas políticas educativas, de carácter ideológico, levadas a cabo nos primeiros anos de edificação do Estado Novo, nomeadamente com os ministros Cordeiro Ramos e Carneiro Pacheco.

Este estudo teve como suporte as ideias sobre a educação transmitidas por Salazar ao longo da sua vida, que se encontram presentes nos seus escritos, discursos e na Constituição de 1933.

Palavras-Chave:

História da educação, Iconografia, Didáctica da imagem, Estado Novo, Ideologia

ABSTRACT

As a contribution to the History of Education in Portugal, between 1933 and 1939, this work analyses *A Lição de Salazar*, a set of posters published to celebrate the 10th year of Salazar's ruling, as well as an ideological pamphlet, *Decálogo do Estado Novo*, and an illustrated postcard showing Salazar as a blessed 'National Saviour'.

We intend to show just to what extent the imagery has been used as a pedagogical and propaganda instrument during the Estado Novo, as well as a vehicle of ideological transmission and indoctrination imposed on the population. With the help of imagery, the regime wanted to transmit to the Portuguese people its own ideals, such as authority, nationalism, imperialism, Christian faith, the cult of the leader, rurality, everyday life, honourable poverty, saving and also corporatism, with the aim of creating a 'new man'.

This analysis is inserted within a very specific historical context and it is our intention to reveal its didactical and pedagogical function in a setting of educational policies, of ideological background, led during the first years of the Estado Novo, namely with Minister Cordeiro Ramos and Minister Carneiro Pacheco.

This investigation is based on Salazar's views on education transmitted throughout his life, made clear in his writings, speeches and the 1933 Constitution.

KEYWORDS:

History of Education, Iconography, Imagery Didactics, Estado Novo, Ideology

*À memória do meu Pai,
Bernardino de Lima Remédio*

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que de uma forma ou outra me apoiaram na realização desta Dissertação deixo aqui expresso o meu mais profundo agradecimento.

Ao meu orientador, Professor Doutor Miguel Corrêa Monteiro pelos conselhos, orientação e disponibilidade que sempre demonstrou ao longo da realização deste trabalho.

Ao meu co-orientador Professor Doutor Fernando Grilo pelas sugestões e apoio.

A todos os professores do Mestrado pelos conhecimentos e ensinamentos que me transmitiram.

Aos funcionários das várias instituições, nomeadamente a Biblioteca Nacional, especialmente a secção de Iconografia, a Biblioteca do Palácio das Galveias, a Biblioteca Museu República e Resistência, a Torre do Tombo, o Arquivo e Biblioteca do Ministério da Educação, a Biblioteca da Imprensa Nacional - Casa da Moeda, a Biblioteca Municipal de Penafiel, a Hemeroteca de Lisboa, a Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, a Biblioteca da Assembleia da República, a Biblioteca e Arquivo Fotográfico da Cinemateca Portuguesa e o Arquivo do Diário de Notícias.

À D. Natividade e D. Mila, funcionárias da Biblioteca e Sala de Leitura do Colégio Militar pela disponibilidade e simpatia que sempre revelaram.

À memória de Carlos Tavares Ribeiro pela sua genialidade, sentido de estética e sugestões que me foi dando até meio deste percurso.

Ao Dr. Luís Bigotte Chorão pela sua erudição, perfeccionismo, sugestões, orientação, críticas, pela magnífica e indescritível biblioteca que colocou ao meu dispor.

Ao Eduardo Côrte-Real pelo apoio na revisão e fase final do trabalho.

A todas as minhas amigas e amigos pela paciência e pelo tempo que não passei com eles, nomeadamente à Paula Figueiredo, Cristina Campos, Isabel Baptista, Fátima Silva e Catarina Xavier.

À Maria de Lourdes Akola Neto pelo incentivo, estímulo e alegria com que sempre acreditou neste projecto.

À Albertina Baptista e Rosário Leal, minhas amigas e colegas de Mestrado pelo apoio, ajuda, partilha e animo ao longo deste caminho.

À minha mãe pelo carinho, aconchego, paciência e por todo o apoio que me deu.

Ao Zé Manuel, sempre ao meu lado, por tudo.

NORMAS, SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

NORMA

Referências bibliográficas:

NP 405-1 (1994). Norma Portuguesa para Referências Bibliográficas: Documentos Impressos. Instituto da Qualidade.

NP 405-4 (2002). Norma Portuguesa para Referências Bibliográficas: parte 4 - Documentos Electrónicos. Instituto da Qualidade.

A dissertação obedece à ortografia anterior.

SIGLAS E ABREVIATURAS

AEV - Acção Escolar Vanguarda

Apud - citado em

Artº - artigo

CADC – Centro Académico de Democracia Cristã

cit.- citado

Coord. – Coordenação

Dir. – Direcção

D.L. – Decreto- Lei

D.N – Diário de Notícias

FNAT – Federação Nacional para a Alegria no Trabalho

fig. - figura

fl - folha

ibidem – mesma autor, mesma obra

idem - mesmo autor

in – em

LP – Legião Portuguesa

MFP - Mocidade Portuguesa Feminina

MP – Mocidade Portuguesa

nº - número

OMEN – Obra das Mães pela Educação Nacional

op. cit. - obra citada

org. - organização

p. - página

pp. - páginas

s.d. – sem data

s.e. – em editora

s.l. – sem local

SPN - Secretariado da Propaganda Nacional

SNI – Secretariado Nacional de Informação

vide - veja-se

vol. - volume

vols. – volumes

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
PRIMEIRA PARTE	10
CAPÍTULO 1. O ESTADO NOVO E A EDUCAÇÃO NACIONAL	10
1.1. Enquadramento Histórico	10
1.2. A Constituição de 1933 e a Educação Nacional	14
CAPÍTULO 2. SALAZAR E A EDUCAÇÃO	20
CAPÍTULO 3. A POLÍTICA EDUCATIVA NO ESTADO NOVO	34
3.1. A acção de Cordeiro Ramos	41
3.2. O projecto de Carneiro Pacheco (1936-1940)	52
SEGUNDA PARTE	72
CAPÍTULO 4. A PROPAGANDA NO ESTADO NOVO	72
4.1. O Secretariado de Propaganda Nacional (1933-1944)	78
4.2. A Política do Espírito	86
4.3. A Ideologia e a Educação	96
CAPÍTULO 5. A LIÇÃO DE SALAZAR	105
5.1. Iconografia do Estado Novo	105
5.2. A Iconografia e a educação	117
5.2.1. A Lição de Salazar	124
5.2.2. O Decálogo do Estado Novo	166
5.2.3. Salazar, Salvador da Pátria	173
CONCLUSÃO	178
FONTES E BIBLIOGRAFIA	183

ÍNDICE DAS FIGURAS

Fig. 1 - Exposição do mundo português - 1940 - porta da Fundação e esfera ds descobrimentos bilhete postal Editado por helius - lusitarte - Lisboa_____	77
Fig. 2 - Exposição do mundo português - 1940 _____	77
Fig. 3 - Francisco franco esculpindo salazar sob o olhar de António ferro (1934) _____	106
Fig. 4 - Busto em bronze de Salazar com insígnias doutorais da autoria de Francisco Franco (1934)_____	107
Fig. 5 - Estátua em bronze representando Salazar de toga, capelo e borla, da autoria de Francisco Franco, que esteve no palácio foz de 1959 até 1974__	108
Fig. 6 - Selo postal adesivo com a imagem de Salazar_____	109
Fig. 7 - A lição de Salazar na escola portuguesa, ano IV, nº181 De 14 de Abril de 1938_____	130
Fig.8 - 25ª aniversário da Albergaria de Lisboa, alguns alunos internos, na sala de aula, sentados à secretária - arquivo D.N. 13 de Julho 1938_____	132
Fig. 9 - Diário de Notícias de 7 de Abril de 1938 _____	133
Fig. 10 - Jornal O Século de 27 de Abril de 1938_____	135
Fig. 11 - Sala de aula com os cartazes didáticos afixados nas paredes____	137
Fig. 12 - A Lição de Salazar - cartaz nº1 _____	141

Fig. 13 - A Lição de Salazar - cartaz nº2 _____	143
Fig. 14 - A Lição de Salazar - cartaz nº3 _____	145
Fig. 15 – A Lição de Salazar - cartaz nº4 _____	147
Fig. 16 – A Lição de Salazar - cartaz nº5 _____	150
Fig. 17 - A Lição de Salazar - cartaz nº 6 _____	153
Fig. 18 - A Lição de Salazar - cartaz nº 7 _____	159
Fig. 19 - Decálogo do Estado Novo _____	169
Fig. 20 - Postal ilustrado representando Salazar como Salvador da Pátria_	174

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1. Escola Portuguesa, ano IV, nº164 de 16 de Dezembro de 1937__	201
Anexo 2. Biografia de Martins Barata _____	204
Anexo 3. Biografia de Raquel Roque Gameiro _____	206
Anexo 4. Biografia de Emmérico Nunes _____	207

SIM, É O ESTADO NOVO...

“Sim é o Estado Novo, e o povo
OuvIU, leu e assentiu.

Sim, isto é um Estado Novo
Pois é um estado de coisas
Que nunca antes se viu.

Em tudo paira a alegria
E, de tão íntima que é,
Como Deus e na Teologia
Ela existe em toda a parte
E em parte alguma se vê.

Que a tradição ao porvir
Liga, branca e orçamentada,
E vai de onde ninguém parte
Para onde ninguém quer ir.

Há portos, e o porto-maca
Onde vem doente o cais.
Sim, mas nunca ali atraca
O Pacote “Portugal”
Pois tem calado de mais.

Há esquadra... Só um tolo o cala,
Que a inteligência, propícia
A achar, sabe que, se fala,
Desde logo encontra a esquadra:
É uma esquadra de polícia.

Visão grande! Ódio à minúscula!
Nem para prová-la tal
Tem alguém que ficar triste:
União Nacional existe
Mas não existe união nacional.
E o Império? Vasto caminho
Onde os que o poder despeja
Conduzirão com carinho
A civilização cristã,

Que ninguém sabe o que seja.

Com directrizes à arte
Reata-se a tradição,
E juntam-se Apolo e Marte
No Teatro Nacional
Que é onde era a inquisição.
Há estradas, e a grande Estrada

E a fé dos nossos maiores?
Forma-a ímpolita a consórcio
Entre os padres e os doutores.
Casados o Erro e a Fraude
Já não pode haver divórcio.

Que a fé seja sempre viva.
Porque a esperança não é vã!

É o derrotismo. Alegria!
Hoje o almoço é amanhã!”

Fernando Pessoa¹

¹ Fernando Pessoa, *Da República (1910 - 1935)*, Introdução e organização de Joel Serrão, Lisboa, Ática, 1979, pp.347-348

INTRODUÇÃO

Pretendemos com este trabalho fazer uma reflexão sobre a política educativa entre 1933 e 1939, nomeadamente sobre a importância da imagem como instrumento pedagógico, analisando até que ponto a campanha de propaganda levada a cabo nos primeiros anos do Estado Novo foi eficaz na transmissão e interiorização dos valores do regime. De que forma a imagem foi aproveitada e explorada pelo regime, no sentido de induzir a determinadas formas de conduta, valores e ideais defendidos pelo próprio regime.

Faremos esta análise a partir de um conjunto de cartazes publicados no período de legitimação e consolidação do regime, *A Lição de Salazar* publicada em 1938, ano do décimo aniversário da chegada de Salazar ao poder. Abordaremos o cartaz, como instrumento de propaganda, como portador e transmissor da ideologia e dos ideais salazaristas. Salientaremos a sua função didáctica e educativa durante o período de edificação do Estado Novo.

As opções educativas e respectivas políticas levadas a cabo neste período vão ser utilizadas para difundir e divulgar a doutrina defendida por Salazar. Vamos desta forma encontrar uma escola ideológica, utilizada como meio difusor dos ideais do regime.

Optamos por este período uma vez que em 1933 foi publicada a Constituição, documento a partir do qual se estrutura este regime, e em 1939, dado que é o ano em que se inicia a 2ª Guerra Mundial e em que vão ocorrer muitas transformações, quer a nível nacional, quer internacional. Também foi neste período que foram implementadas reformas educativas importantes e que os cartazes analisados foram publicados.

O trabalho é constituído por duas partes.

Começamos, no primeiro capítulo da primeira parte, por fazer um breve enquadramento histórico, de forma a situar no tempo o aparecimento de Oliveira Salazar na cena política nacional e a pertinência da implementação destas políticas. Referimos, ainda, as linhas orientadoras da política salazarista e as suas concepções sobre a problemática educativa, uma vez que a educação sempre foi uma das suas preocupações.

Elaboramos uma leitura atenta de alguns dos seus discursos, uma vez que também, através deles, Salazar faz passar a sua mensagem e divulga as suas principais ideias. Consideramos importante um estudo mais pormenorizado do percurso de Salazar e das suas ideias, uma vez que só conhecendo as suas raízes poderemos compreender a sua mentalidade e os seus ideais.

Analisamos, no segundo capítulo, de uma forma breve, as principais ideias de Salazar relativamente à educação. Esta área esteve sempre no centro das suas atenções e prioridades, uma vez que leva à formação integral do indivíduo. Salazar vai utilizar a educação como um veículo para moldar a mentalidade dos portugueses. O Estado Novo vai utilizar a política educativa para divulgar e implementar a sua doutrina. A escola apresenta, desta forma, um carácter profundamente ideológico, um veículo privilegiado de transmissão de valores e ideais do Estado Novo.

Fazemos, no terceiro capítulo, uma breve reflexão sobre as principais leis publicadas pelo Estado Novo neste domínio e definidas na Constituição de 1933. Realçamos o carácter moralizante que se encontra implícito ao texto constitucional.

Apresentamos com algum pormenor as principais políticas educativas levadas a cabo, entre 1928 e 1940. Destacamos a acção de Cordeiro Ramos, que é nomeado para o cargo em quatro momentos distintos, o primeiro em 1928, o segundo em 1930, o terceiro, em 1932 e o quarto em 1933 e de Carneiro Pacheco, que ocupa o Ministério entre 1936 e 1940 e define o seu programa de acção em doze Bases, alterando logo na primeira o nome de Ministério de Instrução Pública para Ministério da Educação Nacional. Carneiro Pacheco foi um executor admirável do pensamento de Salazar. “Deus, Pátria e Família” foi o lema de toda a sua actuação, sobre o qual procurou estruturar solidamente a Escola, impulsionando-a para um futuro a seu contendo que esperava durasse muitos anos. Tudo quanto executou teve sempre como objectivo a moldagem das crianças e dos adolescentes ao modelo nacionalista que defendia. A sua política foi desenvolvida no sentido de tornar o ensino um instrumento de enquadramento ideológico ao serviço dos objectivos do Estado

Novo. Defendia o culto dos heróis, a exaltação patriótica e a prática de virtudes cristãs, pretendendo formar nos alunos uma mentalidade corporativa num quadro do papel educativo da família e do Estado.

Aprofundamos a acção desenvolvida por estes dois ministros, uma vez que consideramos ser durante os seus mandatos que se tomam as medidas mais importantes neste domínio.

Em todas estas políticas, a questão do analfabetismo vai estar sempre na ordem do dia. As principais medidas que atravessam transversalmente todos os Ministros, prendem-se com o ensino primário, a proibição da coeducação, a redução da escolaridade obrigatória e dos planos curriculares, a formação de professores, o ensino liceal, técnico e universitário e a imposição de livros únicos, que transmitissem fielmente os ideais do regime.

As primeiras medidas tomadas durante o período em análise pretendiam edificar uma escola nacionalista, baseada na diferença entre educação e instrução. O principal objectivo era a formatação de consciências e a integração na ordem social, através da inculcação ideológica e da doutrinação moral. O ensino deveria limitar-se ao básico – ler, escrever e contar.

A escola no Estado Novo assumia-se como um lugar decisivo para a inculcação da ideologia e da doutrina do regime, mais que um lugar de aprendizagem de conhecimentos.

É ainda, neste contexto, que fazemos uma breve referência às instituições criadas com o objectivo de colaborar com o Estado e as famílias, nomeadamente a Mocidade Portuguesa e a Obra das Mães pela Educação Nacional. No que diz respeito à Mocidade Portuguesa, era uma instituição por excelência destinada a enraizar nos jovens uma nova mentalidade, assente na trilogia “ Deus, Pátria e Família” e ainda formar elites intelectuais que mais tarde integrassem o regime.

Na segunda parte deste trabalho fazemos uma análise pormenorizada dos sete cartazes que constituem *A Lição de Salazar*, o *Decálogo do Estado Novo* e o postal ilustrativo onde Salazar é apresentado como Salvador da Pátria. Esta análise é feita do ponto de vista iconográfico e ideológico, uma vez

que na concepção destes cartazes esteve implícito a transmissão de um conjunto de valores e ideais defendidos pelo regime.

Começamos, no quarto capítulo, por fazer uma análise da importância que a propaganda teve durante o período em estudo. A propaganda assume-se como uma táctica precisa, uma arte de converter multidões, de mobilizar o povo para um determinado fim. Pretende-se persuadir e dirigir as massas enquadrando-as nos seus regimes ideológicos. O objectivo desta técnica era influenciar e modificar a atitude das pessoas relativamente a determinados assuntos. A propaganda política, como é o caso estudado, tem sempre inerente a transmissão de uma ideologia, de um conjunto de ideias e valores. O objectivo primordial da propaganda é a difusão, propagação de ideias, persuadindo um público/população para um determinado tipo de comportamento e adopção de certas convicções ou como lhe poderemos chamar durante o período em estudo “verdades inquestionáveis”. Os meios, os veículos utilizados para fazer passar a informação e incuti-la nos indivíduos são diversos. Debruçamo-nos em particular no caso do cartaz. A imagem apresenta-se como um dos instrumentos mais eficazes e mais notáveis para atingir os fins desejáveis. A sua percepção é imediata.

Pretendia o Estado Novo que a sociedade se adaptasse aos princípios defendidos e tudo se deveria sacrificar em sua função, nomeadamente o desenvolvimento e o exercício das liberdades fundamentais. A ordem deveria dominar, na rua e nos espíritos e a forma de estar dos portugueses deveria passar pelo “viver habitualmente”, de acordo com a ordem natural das coisas. O objectivo desta simplificação ideológica autoritária prende-se com o facto de pretender transmitir certezas claras e incontestáveis que legitimem e auxiliem a autoridade e anulem a oposição. A autoridade e as certezas apresentadas deveram ser entendidas como naturais, não se questionando o dever de obedecer.

Salazar considerava a propaganda como um veículo através do qual se transmitia a ideologia, essencial para doutrinar a sociedade. Tinha uma visão totalitária da sociedade portuguesa e pretendia impor um conjunto de valores, de verdades que considerava serem as ideais para o país.

Neste sentido é, em 1933 criado o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), tendo António Ferro como um exímio executor da divulgação dos ideais do regime, comprometendo-se a fazer a propaganda do ressurgimento nacional. Para Ferro a propaganda assume-se como um meio mais educativo e formativo, que opõe a essência à aparência, a imaginação à superficialidade. O espírito vai unir-se à política auxiliando-a. António Ferro pretendia com a sua acção educar e formar, conservando, no entanto os hábitos e tradições, uma vez que através destes se consolida a ideologia popular. Desejava-se também ocupar os tempos livres dos trabalhadores, assim como elevar o nível intelectual das cidades e vilas.

Com a criação do SPN, Salazar assume a propaganda como um instrumento de Governo. A questão central deste organismo era o da identidade nacional. Essa identidade vai em grande parte ser definida pelo ideário do regime, pelas grandes verdades definidas, pelas certezas integradoras como Deus, Pátria, Família, Trabalho e Autoridade. Verdades presentes e divulgadas também a partir de um conjunto de cartazes que analisaremos pormenorizadamente neste trabalho.

É a Trilogia da Educação Nacional, Deus, Pátria e Família que aqui se encontra expressa, onde é visível o carácter formativo patente neste organismo e intrínseco nas palavras do seu novo director.

Analisaremos também a relação entre a ideologia e educação. Educam-se as crianças para seguir determinadas orientações, para interiorizar valores definidos pelo regime, aplica-los e defende-los. Durante o Estado Novo procuravam-se combater as “ideologias partidárias” em nome dos “princípios universais” e indiscutíveis, que constituem os elementos basilares de um forte sistema ideológico. Durante este período, o Governo assumiu, ao nível da comemoração, da divulgação e do ensino da história, claras posições de uma história ao serviço de um ideal, ou poderemos dizer de uma ideologia. Através das comemorações exaltava-se a Pátria e difundiam-se os valores e ideais defendidos. A ideologia do regime salazarista foi reproduzida e divulgada através de uma rede eficaz de aparelhos, de dispositivos de propaganda criados pelo Estado Novo.

O nosso objectivo, no quinto capítulo, é a análise pormenorizada dos sete cartazes que compõem “A Lição de Salazar” e outros dois documentos de propaganda política do Estado Novo: o Decálogo do Estado Novo e um postal, da autoria de um particular em que Salazar se apresenta como o Salvador da Pátria. Através desta análise pretendemos demonstrar como o Estado Novo utilizou a imagem para transmitir a sua ideologia.

Estes cartazes dizem respeito ao período de edificação e implementação do Estado Novo, entre 1933-1939.

Faremos uma breve contextualização do seu aparecimento e da importância do cartaz como veículo de transmissão da ideologia salazarista, tendo em conta as suas características técnicas e a sua evolução ao longo do tempo.

Uma das questões que se levantaram com este trabalho é tentar saber até que ponto o Estado Novo terá compreendido a importância do impacto social, político, mental que poderiam ter os cartazes, o que significa perguntar até que ponto o Poder compreendeu que partido poderia tirar das condições técnicas desse meio de comunicação que é o cartaz.

O cartaz é utilizado para mobilizar a população para uma determinada acção e comportamento, para orientar a sua conduta. Apresenta-se desta forma como um estímulo visual, e oferece a vantagem de veicular, em regra, uma mensagem relativamente breve, de leitura rápida, visando despoletar no receptor uma reacção imediata de adesão ou rejeição à sua mensagem.

A “Lição de Salazar” vai transmitir uma comparação entre o presente de ordem, de progresso e de desenvolvimento em contraponto do passado caracterizado pela desordem financeira, económica e social. Este conjunto de cartazes tem inerente uma mudança de atitude pretendendo induzir a população para uma doutrina. O país vai ser promovido através de um conjunto de imagens, tendo como suporte o cartaz, utilizado para fins políticos. As imagens difundidas são portadoras de um sistema de valores, de uma ideologia.

É neste período que o Estado mais investe na divulgação da sua ideologia baseado na sua trilogia de valores, nomeadamente Deus, Pátria e

Família como analisámos pormenorizadamente no nosso trabalho. A intenção do governo era fomentar e transmitir uma ideologia nacionalista e cristã inculcando-a na população e não um apelo ao consumo. O cartaz é o veículo escolhido para fazer chegar à população as grandes verdades defendidas pelo regime, o ideário do Estado Novo. O cartaz de propaganda vai ser o veículo de divulgação do regime, integrando-se nos objectivos propagandísticos do Estado Novo.

A análise dos cartazes permitem ver como o Estado Novo tirou proveito das condições e linguagem específicas do cartaz, enquanto meio de comunicação, de uma forma até então não realizada, entre nós, no que respeita à propaganda política

O discurso dos cartazes que constituem *A Lição de Salazar* é um discurso de negação, um discurso neutralizador e recriador da memória da história, tanto da história que se nega como da que se glorifica. Recorre-se à categoria da contraposição com uma outra realidade.

O Estado Novo encontra a sua mais profunda razão de ser na restauração dos valores da nacionalidade, construindo um discurso nacionalista sobre a História de Portugal. A memória apresenta-se, desta forma como um espaço privilegiado de exercício do poder.

A utilização da imagem deve ser entendida como uma fonte de conhecimento, facilitadora da aprendizagem tendo um enorme valor didáctico no processo de ensino aprendizagem.

Em muitos dos documentos iconográficos, a funcionalidade e a utilidade prendem-se com factores ideológicos. São exemplo deste aspecto os cartazes de propaganda ao Estado Novo. Neste caso em particular, os documentos iconográficos não são produzidos para obedecer a ideais estéticos, mas sim como veículos privilegiados divulgadores de uma ideologia.

Estes cartazes deveriam ser utilizados como material didáctico, colocados sobre o quadro preto e deveriam servir de base à lição do dia. Todos os assuntos seriam leccionados a partir deles nas quatro classes.

Estes cartazes vão utilizar a imagem como veículo de atracção e estratégia para prender a atenção dos alunos, para que se tornasse mais eficaz a inculcação da ideologia nacionalista que se pretendia transmitir.

Esses cartazes didácticos fizeram parte integrante da decoração das salas de aula portuguesas, e propunham, através da mesma imagem, uma comparação entre a situação vivida no país antes da ascensão de Oliveira Salazar e as realizações do Estado Novo. Faziam uma comparação constante entre o regime salazarista e a desorganização e atraso da Primeira República

Todos os documentos que analisamos contêm uma mensagem comum: o enaltecimento da figura de Salazar, o culto do Chefe, a sua obra e as grandes verdades definidas, que se encontram de forma muito explícita no sétimo cartaz do conjunto *A Lição de Salazar* e que resume a trilogia da educação nacional em Deus, Pátria e Família, sendo uma síntese da pedagogia e moral salazaristas. Pretende consciencializar as crianças dos benefícios da Ditadura. É dedicado à família portuguesa. Este cartaz resume de uma forma muito clara e explícita os ideais do Estado Novo.

Este cartaz traduz muito bem o “viver habitualmente”, princípio que Salazar pretendia transmitir e aplicar aos portugueses. A ideia de ordem, de harmonia, de tranquilidade, o arranjo com que se apresentava o dia-a-dia da família portuguesa. Há autoridade para garantir que o povo vivesse habitualmente. Era este o *quadro* que Salazar pretendia para o país

Dessa forma, a visualização, por parte dos alunos destes cartazes que constituem “A Lição de Salazar”, foi uma das estratégias levadas a cabo pelo Estado Novo, no sentido de lhes inculcar os ideais defendidos pelo regime e a destacar sua importância.

Os valores e os ideais pelo regime não são propostos, mas sim impostos. Deus, Pátria e Família era o modelo a seguir. A partir desta Lição entendeu o Estado Novo que os alunos, ainda crianças e mais facilmente influenciáveis acabassem por se identificar com o modelo oficial. A escola era entendida neste período como um meio de formação de consciências, como uma “sagrada oficina das almas”.

O Decálogo do Estado Novo, da autoria de João Ameal, foi publicado pelo SPN, em 1934 apresentando os dez preceitos políticos basilares do regime. A sua publicação e divulgação, um ano após a promulgação da Constituição de 1933, é de alguma forma o seu complemento político uma vez que na explicação de cada um dos princípios encontramos sempre a referência à Constituição e aos discursos de Salazar. Neste documento estão bem expressas as bases do regime salazarista, sem esquecer a sua dimensão imperial. Em todos os princípios definidos neste decálogo encontramos implícitas as grandes verdades apresentadas pelo regime, definidas na Constituição de 1933 e apresentadas ao País de uma forma mais atractiva, de fácil memorização, através deste documento. O texto apresenta-se em formato de cartaz, utilizando a cor vermelha para colocar em destaque as palavras chave.

Pensamos que, a produção de todos estes cartazes, panfletos e postais foi feita de uma forma consciente e ponderada.

O postal em que Salazar é apresentado como Salvador da Pátria é da autoria de um particular e foi apreendido pela P.I.D.E. Este postal não teve carácter oficial, nem foi adoptado ou produzido pela SPN, o organismo responsável pela propaganda do Estado Novo. Durante o período do Estado Novo não foi reproduzido em nenhuma publicação, nem evidentemente utilizada pelo SPN. Só após o 25 de Abril de 1974 ressurgiu em público e começou a ser reproduzida ilustrando a propaganda salazarista, quando curiosamente nunca foi um postal oficial.

As fontes sobre as quais se baseia esta investigação são essencialmente de carácter documental, através da leitura e interpretação de trabalhos já realizados por autores que se dedicaram à historiografia do mesmo período.

PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO 1. O ESTADO NOVO E A EDUCAÇÃO NACIONAL

1.1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Em 28 de Maio de 1926 deu-se um golpe militar, que pôs fim à I República. Este golpe vai levar ao fim o regime parlamentar republicano e criar as bases de um novo regime fortemente anti parlamentar.

Os quatro anos que se seguiram foram marcados por uma instabilidade governativa, uma vez que a oposição republicana liderada pelos chefes do Partido Democrático continuava a ser grande e não desistia de recuperar o poder.

O país encontrava-se cansado da instabilidade governativa e das disputas parlamentares.

Não foi linear a implementação do chamado Estado Novo.

“Em termos de periodização da história contemporânea de Portugal, não repugnaria, por isso, deslocar o marco separador entre o regime republicano e o regime autoritário para o ano de 1930, quando se forma o governo do general Domingos de Oliveira em substituição do general Ivens Ferraz e Salazar emerge finalmente como mentor político e ideológico dos governos da ditadura militar.”²

António de Oliveira Salazar, até então, professor da Universidade de Coimbra, vai de forma paciente e hábil chegar ao poder, conseguindo criar em torno de si próprio um conjunto de seguidores incondicionais e uma imagem de Salvador da Pátria, presente aliás mais tarde num postal ilustrado impresso por um particular, à margem do SPN, mas que de certa forma traduz aquilo que Salazar pretendia. Salvar o país da instabilidade económica, social e política existente durante o período da Primeira República. Começa por equilibrar e colocar em ordem as finanças do país e a partir daí criar os alicerces para

² António Reis, “Introdução”, *Portugal Contemporâneo*, Dir. de António Reis, vol. IV, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, p.7

colocar igualmente em ordem a própria Nação, de acordo com um modelo autoritário.

Ao contrário do que se passou na Itália fascista e na Alemanha nazi, em Portugal foi o governo que formou o partido, não é o partido que tomou o poder para formar o governo. É desta forma criada em 30 de Julho de 1930 a União Nacional.

Quando, em 30 de Maio de 1926, Salazar foi nomeado para Ministro das Finanças a situação económica e financeira era grave. Salazar, no entanto, pouco tempo se manteve no cargo. Ocupou-o durante dois meses, pois foi exonerado em 30 de Julho seguinte. Era homem para mandar e ser obedecido. Abandonou a pasta ministerial e regressou à sua cátedra de Coimbra.

Dois anos depois recebe novo convite para ocupar a pasta das Finanças. A situação financeira agravara-se ainda mais. Salazar não recusou o convite mas impôs algumas exigências para aceitar o cargo, entre as quais destacamos a total subordinação de todos os ministérios ao ministério das Finanças. As condições foram aceites e Salazar voltou a ser nomeado Ministro das Finanças, em 27 de Abril de 1928.

Vai ocupar o poder durante cerca de 40 anos. Foi muito claro quando aceitou esta missão. Disse ao que vinha e o que pretendia. Em 27 de Abril de 1928 informou o país

“Sei muito bem o que quero e para onde vou”³

Salazar considerava-se o executor de uma doutrina, que não abarcava apenas, o âmbito das Finanças, mas todos os aspectos do comportamento individual e social, o portador de uma mensagem, cujo dedo apontava o caminho a seguir.

Esta doutrina era de raiz católica, resultado em grande parte do seminário onde fora educado. Lutou contra o comunismo e declarou-lhe guerra. Frequentemente afirmou e reafirmou o seu pensamento através dos discursos que fazia e também nas várias entrevistas que foi dando.

³ Oliveira Salazar, *Discursos (1928-1934)*, Coimbra, 1935, p.5

“O comunismo [...] tende à subversão de tudo e na sua fúria destruidora não distingue o erro e a verdade, o bem e mal, a justiça e a injustiça. Pouco se lhe dá da história e das experiências seculares da humanidade, da vila e dignidade da inteligência, dos puríssimos afectos da família, da honra e pudor da mulher, da existência e grandeza das nações, contando que da sua falsa concepção de humanidade tenha podido arrancar a escravidão do homem e a sua máxima abjecção”⁴.

Esta guerra ao comunismo vai ser veiculada e posta em prática especialmente através das escolas. Salazar vai afirma-lo por diversas vezes:

“Nós não compreenderíamos – nós não poderíamos consentir – que a escola portuguesa fosse neutra neste pleito e ultrapassaria todos os limites que, velada ou claramente, por actos positivos ou por omissão dos seus deveres, ela trabalhasse contra Portugal e ajudasse os inimigos da nossa civilização. Por mais longe que vá a nossa tolerância perante as divergências doutrinárias que em muitos pontos dividem os homens, nós somos obrigados a dizer que não reconhecemos liberdade contra a Nação, contra o bem comum, contra a família, contra a moral. Queremos, pelo contrário, que a família e a escola imprimam nas almas em formação, de modo que não mais se apaguem, aqueles altos e nobres sentimentos que distinguem a nossa civilização e profundo amor à sua Pátria, como o dos que fizeram e pelos séculos fora a engrandeceram”⁵

Esta posição de Salazar levou a que tivesse relevo na História do Ensino em Portugal, embora nunca tivesse ocupado a pasta da Educação Nacional,

“os que receberam esse título pautaram toda a sua actividade pelas normas ditadas pelo chefe”⁶.

Salazar, como veremos ao longo deste trabalho, deu ao longo da sua vida, grande destaque à questão da educação.

⁴ Idem, *ibidem*, pp. 308-309.

⁵ Idem, *ibidem*, p.309

⁶ Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal Desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime de Salazar- Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007, p.725

Nos primeiros artigos publicados, em 1912, uma série de oito “Cartas a uma Mãe”, adoptando o pseudónimo de Alves da Silva, destaca a importância da educação na formação do indivíduo

*“Educar não é simplesmente instruir; é cultivar todo um ser, desenvolver-lhe todas as faculdades integralmente, harmonicamente...]
Educar é dar a Deus bons cristãos, à sociedade cristãos úteis, à família filhos ternos e pais exemplares.”⁷*

Em 1919, referia

“...eu estava convencido de que o problema nacional...era um problema de educação...e que portanto de pouco valeria mudar governos ou regimes, se não tratássemos em primeiro lugar de mudar os homens. Eram precisos homens: tornava-se mister educá-los.”⁸

Salazar considerava a educação como um importante meio de transformar os portugueses e de através dela transmitir os valores nos quais se fundamentava o regime que propunha para o país. Um ensino moralista, portador de uma ideologia bem definida, que pretendia incutir no povo as ideias nacionais.

Em 1936 refere

“Se queremos obra útil devemos crer na acção educativa das instituições políticas sobre o homem e esperar que elas o possam emendar, recusando-lhe a satisfação de certos vícios que ele traz consigo.”⁹

No entanto as políticas educativas estiveram sempre circunscritas aos condicionalismos financeiros impostos pelo Governo.

⁷ António Oliveira Salazar, *Inéditos e Dispersos I Escritos Políticos - Sociais e Doutrinários (1908-1928)*, Venda Nova, Bertrand, 1997, p. 111

⁸ Idem, *ibidem*, p.243

⁹ Oliveira Salazar, *Como se levanta um Estado*, Lisboa, mobilis in mobile, 1991, p.10

1.2. A CONSTITUIÇÃO DE 1933 E A EDUCAÇÃO NACIONAL

É na Constituição de 1933 que vamos encontrar as bases e as linhas orientadoras do regime político que se pretendia instituir no país

“A bem dizer, a Constituição aprovada em 1933, limita-se em grande parte a institucionalizar a prática ditatorial que já vinha sendo seguida, procurando dar-lhe um arremedo de legitimação pela criação de uma Assembleia Nacional eleita por sufrágio directo e fundamentando-a ideologicamente pelo recurso a uma doutrina do Estado em que o catolicismo social e corporativismo fascista habilidosamente se dão as mãos”.¹⁰

É nesta Constituição que vamos encontrar um conjunto de princípios que orientam a reforma política, económica e social.

“Somos antiparlamentares, antidemocratas, antiliberais e queremos construir um Estado corporativo.”¹¹

“Pretende-se construir o Estado social e corporativo em estreita relação com a constituição natural da sociedade.”¹²

Em 28 de Maio de 1932, o governo fez publicar em toda a imprensa diária o projecto da Constituição Política da República Portuguesa, precedido por um relatório explicativo. Neste relatório refere-se que

“foi elaborado o novo Estatuto Constitucional com largo espírito de assimilação, que não conheceu barreiras nem de escola filosófica, nem de partido, nem de compromissos revolucionários. É, como se verá um documento aberto, em que entrou tudo o que experiência definiu como superiormente útil e aproveitável para a vida da Nação, os frutos de quantas tendências políticas ou económicas têm influído beneficemente na orgânica do Estado. Conservou-se, inclusivamente, quase na íntegra, tudo o que se

¹⁰ António Reis, idem, *ibidem*, p. 8

¹¹ Oliveira Salazar, *Como se constrói um Estado*, Lisboa, mobilis in mobile, 1991, p.50

¹² Idem, *ibidem*, p.60

*pôde aproveitar da Constituição de 1911, sem perder a oportunidade de resolver as dúvidas a que certas disposições tinham dado lugar”.*¹³

O novo texto constitucional pretendia levar a cabo “transformações profundas “ na “máquina política” e estabelecer um “sistema jurídico integral do direito público, em face de todas as desordens do pensamento e da vida social, desordens contrárias à natureza e fins da Nação e do Estado e às instituições basilares da Sociedade”¹⁴

Pretendia-se uma Constituição que regulasse de maneira extensa e completa todos os elementos fundamentais da vida do País e não apenas a

*“enunciação das garantias individuais e a definição dos poderes do Estado.”*¹⁵

O projecto da Constituição de 1933 foi, em grande medida, da autoria de Salazar enquanto ministro das Finanças. Teve, contudo a colaboração de alguns homens da sua confiança, nomeadamente Fezas Vital, Quirino de Jesus, que terá elaborado um esboço preliminar, a partir do qual se trabalhou, Mário de Figueiredo, Martinho Nobre, Rebelo Manuel Rodrigues, José Alberto dos Reis e ainda Marcelo Caetano.

No texto constitucional de 1933 surgem, em primeiro lugar, as definições de território, nação e cidadania. A Nação constitui um elemento fundamental da ideologia do Estado Novo, nela residindo a soberania.

Este texto vai estar assente em grande medida nos seguintes aspectos: a experiência da Ditadura Militar; a Carta Constitucional da Monarquia e a Constituição de 1911, assim como as lições extraídas da sua prática; a Constituição da República Federal Alemã votada em Weimer em 1919 e os programas anteriormente apresentados pelos governos da Ditadura, com o compromisso da formação de um regime corporativo.

¹³ Marcello Caetano, *História breve das Constituições Portuguesas*, 2ª edição, Lisboa, Editorial Verbo, [s.d.] p.127

¹⁴ *Diário de Notícias*, 28 de Maio de 1932, p.7

¹⁵ Idem, *ibidem*, p.7

A 11 de Abril de 1933 entrou em vigor a nova Constituição. O Acto Colonial, aprovado pelo decreto nº 18 570, de 8 de Julho de 1930, sendo desta forma a primeira lei constitucional do Estado Novo, foi em 1933 integrada no texto constitucional.

Nesta Constituição, as leis que dizem respeito à educação, são muito explícitas:

Art. 8.º - Constituem direitos, liberdades e garantias individuais dos cidadãos portugueses:

(...)

5.º - A liberdade de ensino.¹⁶

Um pouco mais à frente, verificamos que essa liberdade de ensino aparece com condicionada:

20.º, § 2º - Leis especiais regularão o exercício da liberdade de expressão, do pensamento, de ensino, de reunião e de associação (...).¹⁷

Se por um lado o ensino é um direito, por outro, tem de obedecer a normas muito rígidas, decididas pelo Governo. Este artigo prevê a publicação de legislação específica com as orientações em que o ensino deve ser administrado.

Por outro lado, também o texto constitucional, remete para a família um papel fundamental e nuclear na educação de uma criança.

Art.11º - O Estado assegura a constituição e defesa da família, como fonte de conservação e desenvolvimento da raça, como base primária da educação¹⁸

Desta forma, também o Estado coloca à disposição da família estabelecimentos de ensino para levar a cabo essa tarefa.

¹⁶ *Constituição Política da República Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1933, p.5

¹⁷ *Idem, ibidem*, p.6

¹⁸ *Idem, ibidem*, p.7

*Art.13º - 4º - Facilitar aos pais o cumprimento do dever de instruir e educar os filhos, cooperando com eles por meio de estabelecimentos oficiais de ensino e correcção, ou favorecendo instituições particulares que se destinem ao mesmo fim*¹⁹

*Art.42º – A educação e instrução são obrigatórios e pertencem à família e aos estabelecimentos oficiais e particulares em cooperação com ela.*²⁰

A educação é desta forma simultaneamente um dever da família e um dever do Estado. O Estado deve assegurar, a partir de estabelecimentos privados ou oficiais, a educação adequada. Também esta questão se encontra contemplada no texto constitucional:

*Art.43.º - O Estado manterá escolas primárias, complementares, médias e superiores e institutos de alta cultura.*²¹

No que diz respeito ao ensino primário elementar, é obrigatório para todos os portugueses, podendo ser administrado em casa, ou em estabelecimentos oficiais ou particulares:

*Art.43.º, § 1º - O ensino primário elementar é obrigatório, podendo fazer-se no lar doméstico, em escolas particulares, ou em escolas oficiais.*²²

De acordo com o texto constitucional o ensino no País tem como principal objectivo o desenvolvimento das faculdades intelectuais, a formação de carácter, do valor profissional e das virtudes morais e cívicas, sempre tendo implícitos os princípios da doutrina e moral cristãs.

Art.43 - §3º O ensino ministrado pelo Estado é independente de qualquer culto religioso, não o devendo porém hostilizar, e visa, além do revigoração físico e do aperfeiçoamento das faculdades intelectuais, à

¹⁹ Idem, *ibidem*, p.8

²⁰ Idem, *ibidem*, p.12

²¹ Idem, *ibidem*, p. 12

²² Idem, *ibidem*, p. 12

*formação do carácter, do valor profissional e de todas as virtudes cívicas e morais.*²³

É expressivo o carácter moralizante que está presente neste texto no que diz respeito ao ensino.

Na Constituição de 1933 está bem patente o papel social educativo do Estado, através da garantia do direito de ensino a todos os portugueses. Tendo sempre presente a importância da família como, em primeira instância o elemento educador. Para Salazar a família deveria ser o principal factor de educação

*“Afirmando que a educação é da competência e da alçada da família, a Constituição Portuguesa quis exprimir não só o pensamento de que o Estado não pode fazer obra educativa contrariamente ao espírito da família de que a criança proveio, mas o de que a educação se deve fazer principalmente no seio familiar. A acção da escola seria neste caso, isto é, no caso da existência e competência educativa da família, meramente suplementar. O ponto está no reconhecimento dessa competência de que há muitas vezes motivo para duvidar.”*²⁴

Desde sempre que a questão da educação e a sua importância na formação integral do indivíduo esteve presente nos seus discursos.

Em 23 de Maio de 1935 foi feita uma revisão da Constituição de 1933 e o artigo 43, parágrafo 3, definiu que o sistema de educação do Estado seria guiado pelos princípios e moral da doutrina cristã, entendida como parte da tradição nacional.

*“O ensino ministrado pelo Estado visa, além do revigoração físico e do aperfeiçoamento das faculdades intelectuais, à formação do carácter, do valor profissional e de todas as virtudes morais e cívicas orientadas aquelas pelos princípios da doutrina e moral cristãs, tradicionais do País.”*²⁵

²³ Idem, *ibidem*, p. 12

²⁴ Christine Garnier, *Férias com Salazar*, Edição Fac-Similada da 1ª Edição, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1952, pp.109-110

²⁵ Lei 1:910, 23 de Maio de 1935, *Diário do Governo*, 1ª Série, número 17

O crucifixo passou a estar presente em todas as salas de aula, “como símbolo da educação cristã determinada pela Constituição”. A educação estava cada vez mais cristianizada, realçando o patriotismo e o culto do chefe.

Ainda neste ano, é definido que

“Art.3º. Deverá ainda haver em cada sala de aula, devidamente emoldurado, o retrato do Chefe de Estado e, resguardada em redoma conveniente, uma bandeira nacional.”²⁶

Na *Escola Portuguesa* encontramos referência à importância da afixação do crucifixo por muitas escolas do país²⁷, assim como as fotografias do Chefe de Governo e do Presidente da República. Deus e a autoridade máxima do regime deveriam estar presentes nos espaços escolares, de forma a ser mais fácil a sua interiorização. A imagem ao serviço do Governo. Nos manuais escolares, particularmente os da instrução primária encontramos uma presença constante de textos que remetem para uma educação católica. A escola deveria ser um modelo de escola cristã como se encontrava determinado na Constituição e legislada pela Assembleia Nacional. De acordo com um discurso proferido por Carneiro Pacheco, quando da inauguração de duas escolas em Lisboa, a presença do crucifixo na escola, era um símbolo, não apenas de uma verdade eterna, mas de uma pedagogia.

No 1º Congresso da União Nacional é definida a função da escola, que deveria

“[...] enfermar de tendências nacionalistas, dentro dos novos princípios políticos e sociais que presidem ao Estado Novo. Deve sobretudo formar homens portugueses, cultivar o amor de Portugal, o orgulho das glórias do passado, a confiança do sacrifícios e no esforço do presente e a fé nos altos destinos da Pátria”²⁸.

²⁶ Decreto nº 25:305 de 9 de Maio de 1935, Diário de Governo, Iª Série, número 105

²⁷ *Escola Portuguesa*, Ano IV, nº165, 23 de Dezembro de 1937

²⁸ Idem, *ibidem*, Ano I, nº1, 11 de Outubro de 1934

A escola tornar-se-ia profundamente nacionalista e cristã, dentro de um modelo muito definido que pretendia enquadrar e formatar as crianças nos ideais do regime.

CAPÍTULO 2. SALAZAR E A EDUCAÇÃO

“ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR

António de Oliveira Salazar

Três nomes em sequência regular...

António é António.

Oliveira é uma árvore.

Salazar é só apelido.

Até aí está bem.

O que não faz sentido

É o sentido que tudo isto tem.”

*Fernando Pessoa*²⁹

*“Ao contrário dos outros “grandes ditadores” do século XX, Salazar embrenhou-se nas minudências do governo e da administração, mantendo um prodigioso ritmo de trabalho ao longo dos seus quarenta anos no poder. Permitia-se algum descanso na aldeia natal, com o seu jardim, numa fase mais tardia da sua vida, num forte à beira-mar perto de Lisboa, Rodeava-se e distraía-se com uma família substituta. Lia quando podia, recebia um pequeno, diminuto até, círculo de amigos, e tinha uma vida amorosa secreta; contudo, o trabalho governativo e administrativo era o centro da sua actividade. São raras as anotações na sua agenda que não tenham a ver com assuntos oficiais.”*³⁰

Iniciamos este capítulo com uma breve biografia de Salazar, uma vez que consideramos que conhecer os seus aspectos biográficos são os pressupostos fundamentais para compreender a edificação do regime e a

²⁹ Fernando Pessoa, ob.cit.,p.349

³⁰ Filipe Ribeiro de Meneses, *Salazar Uma Biografia Política*, Alfragide, Publicações D. Quixote, 2010,p.14

acção do seu principal doutrinador. De seguida realçamos a sua vertente de pedagogo e o facto da educação se encontrar desde sempre no centro das suas preocupações.

“[...] os assuntos da pedagogia merecem o melhor da sua atenção, ao lado das preocupações religiosas e nacionalistas que também vão germinando.”³¹

António Oliveira Salazar nasceu a 28 de Abril de 1889 no Vimieiro, uma aldeia do concelho de Santa Comba Dão, numa casa térrea à beira da estrada.

Oriundo de uma família modesta e trabalhadora, um dia refere

“[...] devo à Providência a graça de ser pobre”.³²

Único rapaz em cinco filhos de uma família de poucos recursos financeiros, sendo o pai feitor numa quinta e a mãe doméstica, torna-se num caso de ascensão social através da instrução.

Como não havia escola no Vimieiro, as primeiras letras aprende-as Salazar em lições particulares com o Sr. José Duarte, um professor da terra que preparava os jovens para os exames nacionais. Em 11 de Agosto de 1899 faz o exame da 4ª classe em Viseu, com 14 valores. Em 3 de Outubro de 1900, por sugestão do pároco local, entra no seminário em Viseu, onde permanece até 1908, ano em que concluiu o curso de Teologia com uma média de 16 valores. Recebe então ordens menores, mas acaba por não abraçar o sacerdócio.

Foi aí que formou parte da sua personalidade, recebeu os princípios morais que orientaram a sua vida, tomou contacto com os clássicos, começou a formar a ideia de que era impossível uma grande reforma política sem a reforma moral dos homens. A sua formação foi essencialmente marcada pelo catolicismo.

³¹ Jorge Ramos do Ó, Manuel Henriques Figueira, “António de Oliveira Salazar”, in *Dicionário de Educadores Portugueses*, António Nóvoa (direcção de), Porto, Asa, 2003, p. 1237

³² Oliveira Salazar, *Discursos*, v. IV, p.351

“Pobre, filho de pobres, devo àquela casa grande parte da minha educação que de outra forma não faria; e ainda que houvesse perdido a fé em que me lá educaram, não esqueceria nunca aqueles bons padres que me sustentaram quase gratuitamente durante tantos anos, e a quem devo, além do mais, a minha formação e disciplina intelectual.”³³

É esta ligação institucional à Igreja que lhe permitirá iniciar a sua actividade profissional e intervenção pública.

Continua com grandes contactos com o seminário enquanto espera ser submetido aos exames nacionais. É neste ano que recebe o convite do cónego António Barreiros para professor no Colégio da Via Sacra, um colégio religioso de Viseu, situado perto do seminário.

É no último ano do seminário, em 1908 que começa a colaborar na imprensa, utilizando-a para divulgar as suas ideias. A sua primeira publicação é na *Folha*, um bissemanário católico viseense. Ao longo do seu percurso, antes de chegar à política pública ainda publica artigos no *Ecos da Via Sacra*, no *Imparcial*, um semanário católico da Academia Coimbrã, fundado em 1912, pelo seu amigo Manuel Cerejeira, que viria em 1929 a tornar-se Cardeal Patriarca de Lisboa, na *A Época* e no *Novidades*, um diário católico dirigido pelo Patriarcado de Lisboa. Faz muitas conferências. Desde muito cedo que é visto como um doutrinador e político defensor do catolicismo conservador, com estreitos contactos com a hierarquia da Igreja, mas sempre com uma postura que se pretendia supra partidária.

Salazar assinou alguns artigos como *Alves da Silva*, o apelido do senhor que representou o seu padrinho no seu baptizado, escrevendo amiúde sobre questões da vida universitária e da reforma educativa.

Em 1909, matricula-se como aluno externo no Liceu Alves Martins e no dia 1º de Dezembro apresenta a sua primeira conferência pública sobre a Restauração, onde apresentou as suas ideias sobre o futuro de Portugal. O centro encontrava-se na educação e Desmolins era o modelo a seguir.

³³ António de Oliveira Salazar, *Inéditos e Dispersos I Escritos Políticos Sociais e Doutrinários (1908-1928)*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1997, p.242

“Na verdade, nada no mundo há mais nobre que o apostolado de ensino...”³⁴

“No entanto, eu não resisto à tentação de vos ler uma página da Education Nouvelle de Desmolins, livro tão cheio de interesse no que respeita a questões de educação e ensino, que eu só tenho pena de não poder ler-vos-lo todo.”³⁵

Em Abril de 1910, apresenta outra conferência intitulada *Educação para a Mocidade*. No Verão do mesmo ano Salazar decide o seu futuro. Abdica do sacerdócio, embora continue sempre muito próximo da Igreja, e inscreve-se na Universidade de Coimbra, onde, em Outubro, inicia a sua formação académica. Inicialmente matriculou-se na Faculdade de Letras, mas rapidamente se muda para Direito. Torna-se militante do Centro Académico de Democracia Cristã (CADC), tornando-se figura destacada na contestação a iniciativas anticlericais das autoridades na cidade de Coimbra.

As origens do CADC remontam a uma carta, enviada em 1892 por Leão XIII aos bispos franceses, onde se encontravam definidas as relações entre os católicos e o Estado liberal. Em nome da obediência à autoridade, considerada como emanando de Deus, e do seguimento do “bem comum”, o Papa incentivava os católicos a participarem na política, actuando de forma suprapartidária, para defender os interesses da Igreja. Três anos depois, os principais dirigentes católicos e os bispos portugueses respeitaram essa política de Leão XIII, retomada em 1914 por Bento XV, que permitia ao episcopado e aos militantes católicos uma adaptação ao poder.

Independentemente do regime em vigor, os católicos foram incentivados a criar partidos confessionais e associações sociais, com o objectivo de influenciar o poder político e recristianizar sociedade. Em Portugal, o primeiro centro académico católico foi criado em 1901, o Círculo de Estudos de Coimbra, conhecido pelo nome de “A Católica” e dois anos depois viria a chamar-se Centro Académico de Democracia Cristã. Destinava-se a enquadrar e a formar uma elite católica numa associação académica apartidária, com o objectivo de defender uma terceira via, alternativa ao Estado monárquico e ao regime republicano. De acordo com o Cardeal Cerejeira o CADC pretendia ser

³⁴ Idem, *ibidem*, p.70

³⁵ Idem, *ibidem*, p.77

“uma *escola normal superior* dos estudantes católicos” com o objectivo de formar uma elite de “apóstolos leigos da Igreja”. Pretendia-se levar a cabo a regeneração social, cultural, religiosa e política do país.³⁶

“Como exemplo da missão dos “novos”, Gonçalves Cerejeira apontava a revisão da História nacional, “a revisão crítica do passado”, que visaria “um futuro melhor, pela reacção contra os princípios anárquicos da Revolução”³⁷

É no CADC que Salazar conhece Quirino de Jesus, 34 anos mais velho, e é na sua obra *A Crise Portuguesa*, publicada em 1923, que vai buscar as linhas orientadoras, quando assume o cargo de Ministro das Finanças.

A 4 de Novembro de 1914 termina o curso de Direito, concluindo-o em quatro anos, em vez dos cinco, dado que os regulamentos da universidade permitiam-lhe inscrever-se em cadeiras e realizar os exames sem ter de assistir às aulas.

De 1910 a 1914, enquanto estudante universitário dava aulas particulares a alunos do ensino secundário e superior.

No ano de 1916 substituindo o professor Marnoco e Sousa assume a regência das cadeiras de Economia e Finanças da Faculdade de Direito de Coimbra. No ano seguinte tornou-se assistente, continuando a leccionar as mesmas cadeiras. Em Maio de 1918 é-lhe atribuído o grau de doutor pela mesma universidade.

Em Março de 1919 é suspenso da docência acusado, juntamente com outros três professores da Faculdade de Direito de Coimbra – Carneiro Pacheco, Fezas Vital e Magalhães Colaço, de divulgarem propaganda monárquica. A 7 de Abril de 1919, em *A Minha Resposta*, texto produzido como resposta a esta suspensão, Salazar revela uma enorme determinação

³⁶ Apud Irene Flunser Pimentel, *Cardeal Cerejeira, O Príncipe da Igreja*, Lisboa, Esfera dos livros, 2010, pp.32-34.

³⁷ Luís Bigotte Chorão, *A crise da República e a Ditadura Militar*, 2ª edição, Lisboa, Sexante Editora, 2010, p.54

“Eu sei muito bem o que quero...

...trabalho, no que posso, em fazer dos meus discípulos, homens, na mais alta concepção do termo, e bons portugueses como se precisam para engrandecer Portugal.”³⁸

Neste texto, apresenta a sua defesa, contesta as acusações de que é alvo. Expõe o seu trajecto político, mas no que diz respeito à questão central foi subtil.

Um mês depois Salazar e os seus colegas regressaram à Universidade. Ainda no decorrer do ano de 1919, Salazar é apresentado como candidato ao círculo eleitoral de Viana do Castelo mas não obteve nenhum voto.

Em Julho de 1921, Salazar, a pedido de Lino Neto, foi de novo candidato, por Guimarães, desta vez com êxito. Compareceu apenas a uma sessão do Parlamento: na sessão de abertura, a 25 de Julho do mesmo ano.

Após o golpe militar de 28 de Maio de 1926, Salazar foi convidado por Gomes da Costa e Mendes Cabeçadas para integrar o governo como ministro das Finanças. A 4 de Julho do mesmo ano, Salazar chega a Lisboa, juntamente com Mendes dos Remédios e Manuel Rodrigues. Não gostando do que viu regressou a Coimbra. Regressou à capital a 10 de Junho e depois de uma entrevista com Mendes Cabeçadas, tomou posse do cargo, ainda que por pouco tempo. A 17 de Junho regressou novamente a Coimbra alegando problemas de saúde. Em Agosto de 1927 foi novamente convidado para ministro. Convite que recusou. A situação política do país era conturbada e instável. A 27 de Abril de 1928 tomou posse como ministro das Finanças, integrando o governo de Vicente de Freitas. Só o fez mediante determinadas exigências e condições que impôs.

Todo este percurso contou-o a António Ferro corria o ano de 1932

- Eu conto-lhe, se quiser, em poucas linhas, a minha curta carreira poética. Era e sou, como deve saber, um simples professor de Finanças na Universidade de Coimbra. Quando rebentou o 28 de Maio, o comité, militar

³⁸ António de Oliveira Salazar, *Inéditos e Dispersos I Escritos Políticos Sociais e Doutrinários (1908-1928)*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1997, p. 240- 241

da cidade veio convidar-me para ministro das Finanças, com aquela falsa noção de que a verdade está nos professores...

[...]Eu, porém, recusei o convite, por isso mesmo, por calcular a distância que vai entre o estudioso e o homem de acção. Mas insistiram tanto que acabei por vir a Lisboa, onde conferenciei, na Amadora, com o sr. General Gomes da Costa. Valeu-me a doença para me escusarem, e fui para Santa Comba, aonde me foram buscar novamente, alguns dias depois. Fui então ministro durante cinco dias. O golpe de Estado de Gomes da Costa, que trouxe a constituição dum novo ministério, fez-me regressar, de novo, a Coimbra juntamente com os meus camaradas da Universidade que também faziam parte do Governo. Depois do sr. Comandante Filomeno da Câmara e do sr. General Sinel de Cordes, lembraram-se outra vez de mim para ministro das Finanças, e por cá tenho estado...Quem me foi buscar a Coimbra, em nome do Governo, dessa última vez, foi o sr. Duarte Pacheco, actual ministro das Obras Públicas.³⁹

Foi desta forma que Salazar chegou a poder, onde permaneceu até 1968. Era um reformador profundamente católico, pretendia desenvolver o país e modernizá-lo. Mas para que tal fosse possível era necessário muitos sacrifícios. É aliás este espírito de sacrifício, de contenção, de poupança, de rigor que vai ser pedido aos portugueses e que atravessa toda a sua governação.

Abandona a sua cátedra de professor da Universidade de Coimbra e vai governar Portugal durante cerca de quarenta anos.

Foi ministro das Finanças entre 1928 e 1932, tendo-se destacado nesse período pela sua política financeira. Executor do Estado Novo (1933-1974) e da sua organização política de suporte, a União Nacional, Salazar dirigiu os destinos de Portugal, como Chefe de Governo, entre 1932 e 1968. Em 1933 vai ser publicada a Constituição onde se encontram as bases do regime.

Morreu em 27 de Julho de 1970, depois de um acidente em 1968 o ter definitivamente afastado do poder.

Salazar nasce no ano em que D. Carlos sobe ao trono, cresce e forma-se num período conturbado da nossa história. Atravessa o Regicídio, o curto

³⁹ António Ferro, *Entrevistas a Salazar*, Parceria A. M. Pereira, Mem Martins, 2007, pp.24-25

reinado de D. Manuel II, a queda da monarquia, a implantação da República em 1910, e vive a instabilidade política, social e económica decorrente deste período. É aliás durante a I República que se destaca com as suas intervenções contra o liberalismo.

“[...] ao contrário dos outros homens públicos, eu não apresento uma vida cheia, movimentada, mas apenas a monotonia do trabalho em dois sectores, e estes encheram toda a vida. Não há factos, não há altos e baixos, conquistas ou derrotas, seja o que for que dê relevo a uma personalidade. Levar a vida toda debruçada sobre a terra não dá história, por mais que se queira [...] Para uma pequena biografia não dispomos de nada.”

*De uma carta de Salazar a Marcello Mathias
(Julho de 1957)⁴⁰*

Franco Nogueira, o biógrafo mais conhecido de Salazar enaltece ao longo da sua obra as suas qualidades e o seu prestígio

“No país, entre partidários e oposição, está fixada a sua reputação; não se põem em causa a sua inteligência superior, nem a sua lucidez; não tem sombra ou nódoa a sua honestidade pessoal, a sua incorruptibilidade; e reconhece-se o seu saber e a sua competência. Na massa do povo, é figura querida; transpira muito pouco o seu viver; e suscita o respeito que a distância e o mistério infundem. No escol político, é avido por figura nacional, já parte da história.”⁴¹

Refere ainda que, no que diz respeito aos assuntos de pedagogia, assim como as suas preocupações religiosas e nacionalistas desde sempre mereceram a sua atenção.

As ideias pedagógicas que defende, são as propostas pela Educação Nova, de raiz democrática. Um dos autores que o influenciou, já referido anteriormente, é Edmond Desmolin

⁴⁰ Apud, Jorge Ramos do Ó, *O Lugar de Salazar, Estudo e antologia*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, p. 11

⁴¹ Franco Nogueira, *Salazar Os Tempos Áureos (1928-1936)*, 2ª edição, vol .II, Barcelos, Editora Civilização, 2000, pp.374-375

“um sociólogo francês, que havia criado, em 1899, a conhecida École des Roches, um estabelecimento de ensino privado cuja estrutura, não se confundindo inteiramente com a de uma república, embora aparentasse em muitos aspectos com ela, tinha a grande novidade de implicar os alunos directamente no governo da escola em comités de que faziam parte os professores.”⁴²

Outro dos autores é Gustave Le Bon, que na sua obra *Psychologie de l'éducation*

“defende que o principio psicológico fundamental de todo o ensino se pode resumir nestas fórmulas, que não se cansa de repetir: “toda a educação consiste na arte de fazer passar o consciente no inconsciente” ou “toda a moral não esta efectivamente constituída senão quando se torna inconsciente.”⁴³

Quando da saída do seminário, em Viseu, muito antes de entrar para o Governo, Salazar afirmava

“São as ideias que governam e dirigem os povos e somente os grandes homens possuem as grandes ideias. Nós não temos grandes homens porque sabemos formá-los com os nossos métodos actuais de educação.”⁴⁴

defendia

“[...] a ideia de reformar os métodos de aprendizagem, em ordem a operar a desejada revolução das mentalidades que sustente uma mudança duradoura no país político, se faz na dependência directa das pedagogias de inspiração psicológica.”⁴⁵

⁴² Jorge Ramos do Ó, Manuel Henriques Figueira, “António de Oliveira Salazar”, *Dicionário de Educadores Portugueses*, Direcção de António Nóvoa, Porto, Asa, 2003, p.1237

⁴³ Idem, *ibidem*, p.1238

⁴⁴ Jorge Ramos do Ó, ob. cit., pp. 105-106

⁴⁵ Jorge Ramos do Ó, Manuel Henriques Figueira, ob.cit, p.1238

A mudança de mentalidades, assim como a formatação das mesmas eram objectivos de Salazar. A educação era um dos meios para atingir esses propósitos. Daí o grande destaque que confere à “educação moral”, uma vez que através dela se forma o carácter do indivíduo. Pretendia-se uma “formação das almas”

“Querendo modificar a mentalidade dos portugueses, como é nossa intenção, elas [as crianças] constituem, na verdade, o terreno virgem em que essa educação nova mais pode frutificar...”⁴⁶

Já em 1909, numa conferência sobre a Restauração, proferida em Viseu dedica palavras entusiastas aos educadores.

“Na verdade, nada no mundo há de mais nobre que o apostolado do ensino; nada mais belo, mais cheio de inefáveis consolações que o abrir uma inteligência à luz, guiá-la pelas íngremes mas atractivas veredas da ciência, ir-lhe desenrolando ante os olhos os vastos horizontes, ir-lhe ajudando a subir o gigantesco monte cujo cume jamais se atingirá!

Grande obra é moldar uma alma! Extraordinária obra é formar um carácter, um individuo – um corpo, uma inteligência e uma vontade -, como os precisa para ser grande este pobre país de Portugal!”⁴⁷

Refere ainda no mesmo discurso a necessidade de formar as crianças, criticando a ausência de medidas tomadas nesse sentido

“E nós não temos homens; e não temos homens, porque os não formamos, porque não nos importaram nunca os métodos de educação.”⁴⁸

Coloca o homem como principal prioridade mencionando a necessidade de uma reforma ao nível da educação

⁴⁶ António Ferro, *Entrevistas a Salazar*, Mem Martins, Parceria A.M. Pereira, 2007, p.90

⁴⁷ António de Oliveira Salazar, *Inéditos e Dispersos I Escritos Políticos Sociais e Doutrinários (1908-1928)*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1997, p.70

⁴⁸ Idem, *ibidem*, p.71

“Tudo se tem reformado, menos aquilo que na realidade o devia ser primeiro – os homens.

Início de todas as reformas, era a ele que devia pensar-se em reformar primeiro, por meio duma sólida e completa educação, abrangendo o seu desenvolvimento físico, a sua formação moral e a sua cultura intelectual.”⁴⁹

Em 1919, lente na Universidade de Coimbra escreve

“Numa palavra: eu estava convencido de que o problema nacional – como na França, como na Itália, como na Espanha – era um problema de educação, ou que, pelo menos, na base de todas as questões, nós íamos reencontrar uma deficiente formação do português, e que portanto de pouco valeria mudar governos ou regímenes, se não tratássemos em primeiro lugar de mudar os homens. Eram preciso homens: tornava-se mister educá-los.”⁵⁰

Já como chefe de Governo, Salazar reafirmava

“Tudo que diz respeito à instrução e à educação sempre me interessou. Sobretudo à educação. Desde muito novo que estou convencido da necessidade de se lhe atribuir um papel preponderante em toda a reforma social verdadeiramente digna de nome”⁵¹

Salazar deu desde muito cedo grande importância às questões da educação, nomeadamente do ponto de vista da formação integral do indivíduo.

“Quando falo de educação, refiro-me à formação do homem integral, ao seu corpo, à sua inteligência, à sua vontade. Trato do homem que pensa, do homem que age e convive com os seus semelhantes.”⁵²

Salazar vai ainda utilizar a educação no âmbito político, na medida em que pretende através desta modificar a mentalidade dos portugueses. A este propósito refere

⁴⁹ Idem, *ibidem*, pp.72-73

⁵⁰ Idem, *ibidem*, p.243

⁵¹ *Constituição Política da República Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1933, p.105

⁵² Christine Garnier, *ob.cit.*, p.111

*“A possibilidade de modificação, ao menos parcial, do carácter nacional por via da educação não me parece duvidosa. Deus fez as Nações curáveis, ensina a Escritura, seguramente através de homens que têm outras qualidades, outros pensamentos e melhores acções. O difícil é encontrar aquele segredo por meio do qual se actuará eficazmente e rapidamente no modo de ser dos homens. Porque há que não fechar os olhos à dificuldade da empresa, em que têm de colaborar a família, a escola, o meio social, a mesma direcção da coisa pública, pois não julgo estar equivocado quando penso que, se o Governo, a administração, a reforma pública não são tudo, exercem no entanto uma larga influência nos costumes, na maneira de encarar os problemas da vida, na educação, em suma.”*⁵³

O Estado Novo vai utilizar os espaços escolares para divulgar as suas políticas, para difundir a sua doutrina, de forma a inculca-la na população. A escola defendida e implementada por Salazar é essencialmente ideológica e de doutrina moral, cristã na sua essência, interiorizando um modelo de sociedade unificada no plano político, simbólico e cultural. É neste sentido que se vão tomar uma série de medidas e implementar um conjunto de políticas. Embora nunca tenha assumido a pasta da Educação, é Salazar que toma as decisões neste domínio, sendo os Ministros por ele escolhidos, apenas os executores do seu projecto.

Também nos seus discursos encontramos as principais ideias de Salazar no que diz respeito à educação.

No seu discurso “ A Escola, a Vida e a Nação ”⁵⁴, Salazar começa por questionar

*“Onde está a escola, a sagrada oficina das almas, sobretudo a Universidade, a fábrica espiritual portuguesa, que há-de educar os homens para governar e ser governados, e fazer a própria ciência do governo, para maior glória e progresso da Nação? Onde está?”*⁵⁵

⁵³ Idem, *ibidem*, p.109

⁵⁴ Salazar, Oliveira, *Discursos 1928-1934*, Coimbra, Coimbra Editora, L.^{DA}, 1935, p.299

⁵⁵ Idem, *ibidem*, p.302

Salazar nesta perspectiva, baseado leva-nos a crer na sua formação católica, considera a escola como “a *sagrada oficina das almas*”.

Neste seu discurso, Salazar reafirma todos os esforços que têm sido desenvolvidos no sentido de colocar ao dispor da população um conjunto de medidas a nível do ensino

“Este esforço, que tende a elevar o nível do governo e da administração pública, por um lado, e da produção económica, por outro, à maior altura intelectual e moral a que podemos ascender, representa a primeira grande exigência do País em relação à escola.”⁵⁶

Logo de seguida refere que a escola deverá estar ao serviço da Nação, demonstrando desta forma, o carácter ideológico que é conferido à escola, enquanto instituição.

“Nós não compreenderíamos – nós não poderíamos admitir – que a escola, divorciada da Nação, não estivesse ao serviço da Nação, e não compreendesse o altíssimo papel que lhe cabe nesta hora de ressurgimento, na investigação e no ensino, a educar os portugueses para bem compreenderem e bem saberem trabalhar. E é pouco ainda.”⁵⁷

Salazar pretendia tornar a escola como um dos veículos, senão o veículo privilegiado, de transmissão dos valores e ideias do Estado Novo. Esta questão encontra-se muito presente, nomeadamente a nível dos programas escolares, em especial no de História. Esta disciplina funcionou como um veículo de transmissão desses valores.

A relação entre a educação e a autoridade é ainda outra questão referida nos seus discursos. A este propósito afirma:

“Não discutimos a autoridade. Ela é um facto e uma necessidade: só desaparece para se reconstituir, só se combate para a entregar a outras mãos. É um direito e um dever – dever que se nega a si próprio se se não exerce, direito que tem no bem comum o seu melhor fundamento. É ainda

⁵⁶ Idem, *ibidem*, p.303

⁵⁷ Idem, *ibidem*, p.303

um alto dom da Providencia, porque sem ela nem seria possível a vida social nem a civilização humana. A passagem da criança ao homem, da ignorância ao conhecimento, dos instintos à virtude, da barbárie à civilização é o fruto do esforço persistente contra a inércia natural, é a coroa de glória da autoridade. A Organização, a defesa dos interesses colectivos e a conciliação dos interesses individuais, a ordem, a paz, a definição dos fins a atingir pelo agregado social, a preparação dos meios necessários, o impulso no sentido do melhor são ainda sua obra e fruto.

*Na família, na escola, na igreja, na oficina, no sindicato, no quartel, no Estado, a autoridade não existe nunca para si mesma mas para os outros; nunca é propriedade, é um ónus. As suas vantagens são na proporção do bem que se ordena e da fidelidade com que se cumprem as ordens. Como é possível que erre, deve poder ser apreciada a sua acção, não há menor dano em não se deixar criticar do que em não se fazer obedecer. – Não discutimos a Autoridade.*⁵⁸

Salazar defendia que a educação deveria estar assente numa base autoritária.

A estabilidade do regime salazarista vai apoiar-se na reforma educativa.

A escola é, desta forma, entendida como a instituição social com capacidade de levar a cabo a identificação entre o Estado e a Nação. Produz-se um ideal comum assente num passado histórico que se valoriza. Defende-se uma ideologia nacionalista, autoritária e conservadora que intervenha sobre os cidadãos, valorizando o treino da responsabilidade e da vontade sobre a formação intelectual. Destaca-se mais o ser que o saber.

Dai a importância de criação de mecanismos que veiculem a doutrina moral que se pretende transmitir com vista à inculcação ideológica dos ideais do regime salazarista.

⁵⁸ Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas, II, 1935-1937*, 2ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, L^{DA}, 1945, pp.132-133

CAPÍTULO 3. A POLÍTICA EDUCATIVA NO ESTADO NOVO

O período entre que se inicia em 1926 e termina em 1974 vai preconizar grandes mudanças no sistema educativo português. Em 1926 era hábito as crianças não frequentarem a escola. Apenas uma, em cada três crianças frequentavam a escolaridade mínima. Em 1974 a tendência era para que todas as crianças frequentassem a escola primária. Durante 48 anos vai-se cumprir a vontade de uma "escola para todos".⁵⁹

A nível da política educativa, o governo da Ditadura Militar preocupou-se essencialmente em assumir posição e publicar leis contrárias às definidas durante a República. Pretendeu-se também levar a cabo uma instrumentalização do ensino pelo poder político tendo em conta a importância e eficácia formativa.

O Estado Novo vai dar grande destaque às questões educativas e definir políticas que concedem à escola um espaço privilegiado de doutrinação e integração social e que se converte num dos alicerces do regime. O ensino vai ser utilizado desta forma como um factor de socialização. Vão ser impostos como naturais certos princípios, que mais não são que uma construção ideológica. A força doutrinal do regime vai definir-se pela capacidade de identificar valores intemporais, socialmente partilhados, criando a ilusão de que são seus, como é o caso dos princípios éticos e morais da doutrina cristã, sobre os quais se vai alicerçar o Estado Novo. A escola vai também ser utilizada como instrumento de controlo das práticas familiares e sociais.

"A glorificação nacionalista da família exige uma fiscalização apertada da vida no lar; uma das vias mais eficazes é fornecida pelas crianças em idade escolar, através das quais se vigiam as vivências corporais, higiénicas, morais e sociais de todo o quotidiano familiar. Do ponto de vista

⁵⁹ António Nóvoa, "Política de educação", in *Dicionário de História de Portugal*, Coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. VIII, Suplemento A/E, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 591

pedagógico, é útil notar que a estabilidade interna dispensa o Estado Novo de buscar fontes externas de legitimação. ⁶⁰

A execução do plano salazarista, de impor na escola portuguesa as regras de pensamento e de comportamento da sua doutrina social, exigia que a pasta da Instrução fosse gerida por pessoas rigorosas e defensoras desta mesma doutrina.

“O Estado Novo concede uma grande importância às questões educativas e define, desde o início, políticas que investem a escola como um espaço privilegiado de doutrinação e integração social [...] O ideário educativo do salazarismo tem como referência a tradição e valores ditos imutáveis, que se impõem como dimensão totalizante das representações sociais e como discurso legitimador das decisões políticas e pragmáticas. ⁶¹

O Estado Novo a partir do apelo às tradições e hábitos das famílias portuguesas, às práticas cristãs e às crenças e culturas populares, constrói uma ideologia profundamente integradora, ou seja, apropria-se de uma realidade existente e enraizada nos portugueses e transforma-a numa ideologia. A importância desta construção vai ser visível na capacidade de inculcar os valores nacionalistas, de uma forma natural. A escola vai ser essencialmente nacionalista e conservadora.

De acordo com António Nóvoa⁶², numa primeira fase, a matriz da “educação nacional” constrói-se em redor de quatro grandes finalidades:

- garantir e impor uma instrução mínima a todos, no interesse do indivíduo e da colectividade;
- seleccionar entre os que obtiveram já essa instrução mínima, os mais capazes, extremando-os dos incapazes de ascenderem sem prejuízo da colectividade aos outros graus superiores de cultura;

⁶⁰ António Nóvoa, “Política de Educação”, *Dicionário de História de Portugal*, Coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. VIII, Suplemento A/E, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 595

⁶¹ Idem, *ibidem*, p.591

⁶² Idem, *ibidem*, p. 593

- orientar os primeiros no sentido das suas naturais vocações, procurando conduzi-los a abraçarem as profissões em que possam ser mais felizes e mais úteis;

- fixar de antemão as necessidades do Estado e da colectividade em matéria de diplomados com cursos técnicos e superiores, estabelecendo um limite à procura de certas profissões e procurando dirigir para outras o excesso da população escolar.

Uma segunda fase inicia-se quando, em 1936, Carneiro Pacheco é escolhido para a pasta da Educação e caracteriza-se pela tentativa de edificação da escola nacionalista, essencialmente baseada numa forte componente de doutrinação moral e de inculcação ideológica. A imagem educativa do Estado Novo vai ficar associada a esta fase. A eficácia do esforço de construção nacionalista da educação vai ser visível essencialmente na capacidade de atribuição de sentidos à acção escolar e à política educativa.

Quando da chegada de Salazar ao governo a pasta da Instrução estava ocupada pelo Eng.º Duarte Pacheco, que mais tarde se distinguiria como ministro das obras públicas. Duarte Pacheco já era o sexto ministro da Instrução em dois anos de Ditadura.

No entanto, nesse ano referia

*“Disciplinar consciências, formando carácter, é uma das mais formosas obras da escola primária”*⁶³

Esta orientação será transversal nos anos seguintes e uma constante da política educativa do Estado Novo. Da mesma forma que incumbe o professor de transmitir às crianças

“O professor dará aos alunos as noções de País, Nação e Estado.

*Ensinar-lhes há que a autoridade é absolutamente necessária, pois sem ela os Estados seriam destruídos pela anarquia.”*⁶⁴

⁶³ Decreto nº16:077 de 26 de Outubro de 1928, *Diário do Governo*, I Série, número 247., p.2211

⁶⁴ Idem, *Ibidem*, p.2224

*O professor não se deve esquecer de expor aos alunos que foi Portugal o povo que abriu ao mundo o caminho do mar e da civilização, e nas conquistas e descobrimentos teve o nome mais glorioso de todos os povos. Desta arte fará criar o gosto pelas colónias”.*⁶⁵

*E, evocando os feitos portugueses, o professor deve despertar na alma dos alunos o culto profundo da bandeira nacional, símbolo da Pátria aureolada pela mais refulgente glória. “Por Portugal!” – tal deve ser a divisa em que deve fixar os olhos todo o português digno deste nome.”*⁶⁶

Duarte Pacheco ocupou a pasta apenas durante sete meses, tendo sido substituído por Gustavo Cordeiro Ramos. Encontramos, no entanto nas leis que publicou, as bases da política seguida pelos seus sucessores.

*“Neste misto de autoritarismo e nacionalismo, em que a dimensão afectiva do último é instrumentalizada pela dimensão política do primeiro, residia o centro de gravidade dos novos valores ideológicos a difundir desde a escola primária, em oposição aos valores liberais, para os quais a Nação não se sobrepunha à Humanidade e a autoridade não poderia prevalecer contra a liberdade, igualdade e fraternidade (...)*⁶⁷

Estas primeiras medidas tomadas visavam acabar e destruir com o sistema herdado da I República.

Cordeiro Ramos é o ministro que se segue e correspondeu ao pensamento pedagógico de Salazar, embora tenha ocupado o cargo, numa primeira vez, apenas durante oito meses, de 10 de Novembro de 1928 a 8 de Julho de 1929.

O ministro que se seguiu foi Francisco Xavier da Silva Teles.

Cordeiro Ramos veio a ser nomeado mais tarde, pela segunda vez, em 21 de Janeiro de 1930, tendo ocupado a pasta até 24 de Julho de 1933.

Salazar vai orientar a sua acção para um autoritarismo, defensor dos bons costumes, detentor da verdade, depositário da certeza, pretendendo uma

⁶⁵ Idem, *Ibidem*, p.2223

⁶⁶ Idem, *Ibidem*, p.2224

⁶⁷ António Reis, “A política de ensino: do controlo ideológico às exigências da industrialização.”, *Portugal Contemporâneo*, Direcção de António Reis, Publicações Alfa, Lisboa, vol.4, 1990, pp.271-272.

Nação forte. Era este o projecto a que queria dar consistência e dignidade. A questão do analfabetismo nacional estava na ordem do dia.

Do ponto de vista dos defensores de um Estado autoritário mantido por grupos privilegiados, era pertinente questionar antes de se encontrar qualquer solução para o problema do analfabetismo, se realmente interessaria extingui-lo, ou se não seria preferível manter o povo na ignorância pois dela decorrem a sua docilidade, a sua modéstia, a sua paciência, a sua resignação.

Em 1938, numa entrevista concedida a António Ferro, Salazar refere:

*“O nosso grande problema é o da formação de elites, que eduquem e dirijam a Nação. [...] Considero até mais urgente a constituição de vastas elites do que ensinar o povo a ler. É que os grandes problemas nacionais têm de ser resolvidos, não pelo povo, mas pelas elites enquadrando as massas”*⁶⁸

O inconveniente do povo saber ler não estava propriamente no facto em si mesmo de ler mas no uso perigoso que dele podia resultar. O caminho a seguir seria o de proporcionar escolas a todos mas só os deixar ler aquilo que o Estado considerasse conveniente. Era necessário orientar as crianças para que em adultos seguissem os valores do Estado Novo.

Este plano e este caminho seguido por Salazar exigia perspicácia, persistência, perseverança, vigilância constante e coragem.

A primeira medida tomada pelo novo regime em matéria de instrução, passados apenas onze dias do levantamento militar, foi, fora de qualquer contexto, a proibição da coeducação no ensino primário elementar. Os novos dirigentes consideraram muito grave a presença de meninos e de meninas nas mesmas salas de aulas, e logo decretaram a separação dos sexos nas escolas primárias elementares. Esta lei data de 8 de Junho de 1926.

O esquema deste grau de ensino herdado da última reforma da I República, de 10 de Maio de 1919, consistia em três escalões:

- o ensino infantil, facultativo, dos 4 aos 7 anos;

⁶⁸ António Ferro, *Entrevistas a Salazar*, p.183

- o ensino primário geral, obrigatório, dos 7 aos 12 anos, formado por cinco classes;
- o ensino primário superior, dos 12 aos 15, formado por três classes.

A reforma de 1927 alterou-o provocando uma redução de dois anos no total da referida escolaridade: de cinco anos passa-se para três.

O ensino infantil não foi alterado, o que não tem relevância, uma vez que, na prática, não existia.

O ensino primário geral, agora chamado “elementar”, obrigatório como antes, foi reduzido de um ano, dos 7 aos 11.

O ensino superior, designado “complementar”, foi também reduzido de um ano, dos 11 aos 13.

Retrocedeu-se, desta forma, no processo escolar.

A nova programação dos estudos elementares vai dar relevo a matérias onde esteja integrada a estratégia política, de carácter nacionalista: a Corografia de Portugal e Colónias, a História de Portugal e a Educação Cívica.

A exaltação das nossas colónias, passa a ser um tema de grande preocupação dos governantes. Um decreto de 23 de Fevereiro de 1928 manda intensificar esse estudo considerando

*“indispensável criar no nosso povo uma opinião colonial, incutindo no espírito de todos os portugueses a noção exacta do valor do império ultramarino”*⁶⁹

Já num decreto de 18 de Outubro de 1927, se referia a atenção que era dever da escola, prestar às nossas colónias, assim como à nossa História, cujo ensino deveria ser dirigido no sentido de acordar, nas crianças, o “verdadeiro patriotismo”. Ordenava-se também aí que os trabalhos escolares deveriam iniciar-se e encerra-se diariamente com a saudação à bandeira nacional. O autor destes despachos foi Alfredo Magalhães.

Estes decretos, publicados antes da chegada ao poder de Salazar, contêm já os fundamentos de exaltação nacionalista que atingiram o apogeu

⁶⁹ Idem, *ibidem*, p.730

durante o seu governo. É de referir que estes fundamentos já se encontravam anteriormente implantados no nosso sistema de ensino.

A Reforma de 17 de Maio de 1927 vai depois, ser substituída num decreto de 26 de Outubro de 1928.

Os programas são reduzidos. O grau elementar do ensino primário, obrigatório, programado para quatro anos, e que fora de cinco na I República, em 13 de Abril de 1929, declara-se que dos quatro anos de ensino obrigatório só na verdade os três primeiros deverão constituir propriamente o ensino elementar, destinando-se o 4º ano a simples complementaridade.

Em 22 de Março de 1930 outro decreto divide o ensino primário elementar em dois graus, dos quais o primeiro é constituído pelas três primeiras classes, a que passa a corresponder um exame final. A aprovação neste exame será o termo do ensino obrigatório. Menos dois anos em relação à I República.

O ensino primário complementar destinava-se a todos os que não continuassem os estudos nos Liceus ou Escolas Técnicas. Este ensino foi legislado na sua primeira reforma do ensino primário de 17 de Maio de 1927, mas acabou por extingui-lo em 19 de Setembro de 1932.

Logo após a Revolução de 28 de Maio de 1926, por decreto de 15 de Junho de 1926, foram extintas as Escolas Normais Superiores, onde os professores recebiam a sua formação. Houve um desinvestimento na formação de professores. A Ditadura pretendia acabar com a preparação pedagógica e científica dos professores de quem muito pouco se viria a exigir para a execução da doutrina de ler, escrever e contar, o que pouco depois se viria a ilustrar com a criação dos “postos de ensino”.

Restabelecidas as Escolas Normais Primárias passa a exigir-se, para ingresso nelas, a idade mínima de 14 anos, anteriormente era de 15, a aprovação prévia no exame do 1º Ciclo dos Liceus ou equivalente das escolas preparatórias do ensino técnico, e um exame de admissão.⁷⁰

⁷⁰ Idem, *ibidem*, p.732

Estas Escolas Normais Primárias não tiveram muita duração, uma vez que foram substituídas, por decreto de 19 de Julho de 1930, pelas Escolas do Magistério Primário destinadas à preparação dos professores primários do ensino elementar e do ensino infantil.

De entre as medidas fundamentais realçamos, desta forma:

- A redução do ensino primário obrigatório de quatro para três anos
- A proibição da coeducação
- A extinção do ensino primário complementar
- Encerramento das escolas rurais que não tivessem pelo menos quarenta a cinquenta alunos
- Extinção das escolas móveis, criadas com o objectivo de diminuir o analfabetismo entre os adultos

Estas são medidas tomadas por Gustavo Cordeiro Ramos.

3.1. A ACÇÃO DE CORDEIRO RAMOS

Gustavo Cordeiro Ramos (1888-1974) foi professor universitário, especialista em literatura alemã, membro de várias instituições científicas em Portugal e no estrangeiro e deputado à Assembleia Nacional.

É o primeiro-ministro da Instrução que se destaca pela dureza da sua actuação. Pretendia com as suas opções e orientações pedagógicas condicionar as novas gerações escolares.

Aquilo que se propunha para o ensino era um projecto de transformação social. E, os professores primários seriam os principais agentes desta desejada transformação.

A actuação ministerial de Cordeiro Ramos foi-se tornando mais dura à medida que se prolongava a sua permanência no Governo. O ano de 1932 é reflexo dessa sua actuação.

É da sua autoria, em 1932, a lei que reprime as críticas ou apreciações feitas por parte dos professores, relativamente aos seus superiores hierárquicos. Dado que os reitores e os directores eram escolhidos pelo Estado, ficaria desta forma garantida a aplicação deste decreto.

Em 1933 Cordeiro Ramos assina um diploma com vista à reorganização dos serviços de direcção e administração, orientação pedagógica e aperfeiçoamento do ensino, e inspecção e serviços disciplinares dependentes da Direcção – Geral do Ensino Primário. Neste diploma anuncia-se estarem encerrados os trabalhos de execução de uma Carta Escolar de Portugal, determinada pelas portarias de 9 de Novembro de 1928 e 31 de Dezembro de 1929, já antevista por Rodrigues Sampaio (lei de 2 de Maio de 1878) e só agora concretizada.

Pretendia-se reformular o Ministério da Instrução Pública de forma a torná-lo um

“organismo vivo, insuflador de energias, promotor e orientador de toda a educação nacional”⁷¹

assegurando desta forma uma orientação nacionalista da escola.

O objectivo era

“Uma instrução sóbria mas sólida, útil e despretensiosa, protectora das virtudes que através dos séculos têm salvaguardado os interesses sociais da Nação portuguesa, orientada no sentimento e no conceito da família e da Pátria [...] orientação das inteligências, em termos de conduzir os indivíduos à consciência dos interesses gerais: da Nação, da região, do município ou da freguesia...”⁷²

Estabelecia igualmente este decreto os serviços de verificação e fiscalização do desempenho das funções dos intervenientes do processo educativo, dos docentes aos directores e a importância da sua função disciplinar.

A redução do tempo de escolaridade obrigatória de cinco para três anos e a declaração expressa de que a cultura suficiente a proporcionar às crianças rurais era o saber ler, escrever e contar, levaram à conclusão de que não era necessária grande preparação científica e pedagógica dos professores

⁷¹ Decreto nº22:369, de 30 de Março de 1933, *Diário de Governo*, I Série, nº73, p.414

⁷² Idem, *ibidem*, p. 415

primários. Qualquer pessoa, a troco de uma pequena remuneração, e sem qualquer tipo de preparação específica estaria apta a transmitir às crianças tão limitados conhecimentos. Assim o entendeu o Governo e o legislou o ministro Cordeiro Ramos, criando, em 30 de Novembro de 1931 os postos de ensino. Era mais um instrumento com o objectivo de diminuir o número de analfabetos.

Os “mestres” destes postos chamavam-se “regentes escolares”. Eram escolhidos, com o aprovação do ministro da Instrução Pública de acordo com a

“sua idoneidade moral e intelectual”⁷³

Segundo o Ministério seria suficiente ter um comportamento irrepreensível, e apenas por este motivo para se encontrarem habilitadas para exercerem o ensino. Os abusos foram de tal ordem que em 28 de Agosto de 1935 foi publicado um decreto para se exigir um exame de aptidão aos candidatos à regência dos referidos postos. Desta forma a criação dos postos de ensino foi muito contestada.

Durante este período foram, também, construídos, um elevado número de novos edifícios escolares.

O objectivo do Governo de deixar o povo na ignorância seria o de evitar que colocassem em causa os valores e ideais veiculados pelo regime. O principal papel da escola seria educar, assentando a instrução sobre as bases de uma mesma educação generalizada cujas normas seriam estabelecidas e definidas pelo Estado.

Os conteúdos programáticos passavam a reduzir-se ao “saber ler, escrever e contar”.

Em decreto de 21 de Março de 1932, da autoria de Cordeiro Ramos, esta doutrina pedagógica atinge o seu auge. É apresentado um conjunto de frases de carácter moral cuja introdução nos livros de leitura adoptada oficialmente passava a ser obrigatória.

⁷³ Rómulo de Carvalho, *História do ensino em Portugal. Desde a fundação da Nacionalidade até ao fim do regime de Salazar – Caetano*, 4ª Edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2008, p.736

*“ É de manifesto interesse pedagógico proporcionar à leitura das populações escolares ensinamentos de ordem moral e patriótica, contidos em frases curtas, fáceis de compreender e reter. [...]”*⁷⁴

*Artigo 1º É obrigatória a inserção, nos livros de leitura adoptados oficialmente, dos excertos publicados em anexo ao presente decreto.”*⁷⁴

Entre as frases publicadas apresentamos como exemplo

“Obedece e saberás mandar. Castilho

“Esta é a ditosa Pátria minha amada” Camões

*É na lição maternal da família que reside o núcleo moral de todo o saneamento dos costumes e de toda a reeducação de uma sociedade. Ramalho Ortigão”*⁷⁵

As frases, em número de 113, são de natureza diversa e assinadas por variados autores. Vêm distribuídas nos vários livros adoptados para os vários graus de ensino.

A 13 de Abril de 1932 é ainda publicada uma portaria que manda acrescentar várias frases ao decreto nº21014, tornando obrigatória a inserção de determinados trechos nos livros de leitura obrigatória.⁷⁶

Por decreto de 28 de Dezembro de 1932, e reconhecendo o Governo o elevado valor pedagógico desta iniciativa, determinou

*“Artigo 1º. É obrigatório a todos os estabelecimentos de ensino primário, secundário, técnico (profissional e médio) e artístico, a todos os estabelecimentos de ensino particular e a todas as bibliotecas públicas a afixação nas paredes das respectivas salas de aulas e leitura; corredores e pátios, dos pensamentos constantes do presente decreto, sendo a sua distribuição feita consoante a deliberação do respectivo director ou proprietário.”*⁷⁷

⁷⁴ Decreto nº21014, de 21 de Março de 1932, *Diário do Governo*, I Série, nº68, p.505

⁷⁵ Idem, *ibidem*, pp.506-510

⁷⁶ Portaria nº 7:323 de 13 de Abril de 1932, *Diário de Governo*, I Série, número 87, p.603

⁷⁷ Decreto nº22:040, de 28 de Dezembro de 1932, *Diário do Governo*, I Série, nº304, p.2669

Muitas das frases publicadas no decreto de 21 de Março são agora, a 28 de Dezembro publicadas de novo. Entre essas frases encontramos as seguintes:

“Na família, o chefe é o pai; na escola, o chefe é o mestre; no Estado, o chefe é o Governo.” Alfredo Pimenta

“A tua Pátria é a mais linda de todas as Pátrias: merece todos os teus sacrifícios.” Alexandre Herculano

“Sem autoridade é impossível uma organização social perfeita.” Sidónio Pais

“A vontade de obedecer, única escola para aprender a mandar”⁷⁸

Estas frases moralizantes deveriam estar bem visíveis para que mais facilmente fossem assimiladas e os seus dizeres praticados pelos estudantes. Como se o facto de estarem expostas e afixadas em locais supostamente mais visíveis fosse mais fácil a sua interiorização. O que de alguma forma vem ao encontro do nosso objecto de estudo. Afixar para memorizar. Quer em forma de palavras, quer em forma de imagens, como mais à frente é referido.

A escola é aqui utilizada como um veículo de educação moral e ideológica. A escola ao serviço da ideologia. A escola assume-se como o espaço privilegiado para a concretização dos princípios defendidos pela ideologia salazarista e para a concretização de um projecto de sociedade.

A reforma de ensino liceal foi anterior à do ensino primário. Data de 1926, enquanto a do ensino primário data de 1927.

A I República tinha deixado o Curso dos Liceus, segundo a sua última reforma, de 1921, dividido em:

- um Curso Geral de dois ciclos: o 1º ciclo de dois anos e o 2º ciclo de três, seguido de dois cursos complementares de dois anos cada um, um de letras, outro de ciências.

O estatuto de Instrução Secundária, data de 2 de Outubro de 1926. É assinado pelo ministro Ricardo Jorge e vai alterar profundamente o anterior

⁷⁸ Idem, *ibidem*, pp.2669-2670

esquema. A escolaridade liceal total é reduzida de um ano, passando de sete anos para seis.

O esquema liceal deixado pela I República mostra a sua ineficácia.

Em 22 de Janeiro de 1927, com o ministro da Instrução Alfredo Magalhães, os cursos complementares voltam a ter a duração de dois anos, e em 26 de Agosto de 1930 os dois ciclos do Curso Geral voltam a ter, como antes, o primeiro dois anos e o segundo três.

Defensores da instrução mínima do ler, escrever e contar, para o ensino primário, também os Governos da Ditadura procuraram reduzir a instrução liceal diminuindo o número de anos do curso e as matérias ensinadas, e ainda dificultar o acesso aos Liceus.

Com a acção de Cordeiro Ramos como ministro da Instrução começaram a acentuar-se as medidas duras e repressivas no ensino liceal.

*“Introduziu também modificações na forma de nomeação dos reitores e dos seus colaboradores e intensificou a vigilância sobre o comportamento dos professores que passaram a ser responsáveis pelas suas acções não só nos estabelecimentos de ensino como no “meio social da respectiva zona pedagógica”.*⁷⁹

Em 22 de Abril de 1930⁸⁰ manda o ministro que cessem as funções de todos os reitores e vice-reitores em serviço nos Liceus, informando que, a partir daí, as nomeações para estes cargos passariam a ser feitas por livre escolha do Governo e deveriam recair sobre professores efectivos do ensino secundário oficial. Os escolhidos seriam obrigados a aceitar o cargo, que teria a duração de cinco anos. O Governo escolhia os reitores e os reitores escolhiam os professores. Entretanto publicam-se um conjunto de leis com vista a regulamentar e controlar a acção dos professores.

Cordeiro Ramos manda publicar ainda, em decreto de 1 de Abril de 1932, leis para regulamentar a acção disciplinar dos alunos.

⁷⁹ Maria Cândida Proença, “Gustavo Cordeiro Ramos”, *Dicionário de História do Estado Novo* Direcção de Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito, Volume. II, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, p.813

⁸⁰ Decreto nº18:235 de 22 de Abril 1930, *Diário do Governo*, I Série, número 22, pp.748-750

Em defesa da ideologia política da Ditadura Nacional teve Cordeiro Ramos particulares cuidados com o ensino da História de Portugal nos Liceus. Em decreto de 15 de Abril de 1931, regula a questão dos compêndios destinados a essa disciplina utilizando a expressão “exactidão nas doutrinas”, cujo significado levantou dúvidas em alguns docentes que lhe pediram esclarecimento sobre o “significado e a latitude” dessa expressão. O ministro tirou a dúvida aos indecisos através de um outro decreto, de 15 de Abril de 1932, referindo:

“A História de Portugal visa, além dos conhecimentos gerais que ministra, dentro da sua categoria, a formar portugueses; por isso a sua acção tem de ser eminentemente nacionalizadora

Até ao presente mercê de circunstâncias conhecidas, o ensino da História de Portugal tem sido negativista e derrotista. (...) A Ditadura Nacional (...) entende que ao Estado compete fixar as normas a que deve obedecer o ensino da História (...) o Estado, sem se arrogar a posse exclusiva duma verdade absoluta, pode e deve definir a verdade nacional - quer dizer, a verdade que convém à Nação. (...) Tudo [nos compêndios] deve contribuir para que os estudantes aprendam nas suas páginas a sentir que Portugal é a mais bela, a mais nobre e a mais valiosa das Pátrias, que os portugueses não podem ter outro sentimento que não seja o de Portugal acima de tudo[...].”⁸¹

Foram muito explícitas as orientações do Estado Novo relativamente ao ensino da História. Dá conta o mesmo decreto

“Art. 3º Deve ser objecto de justificação e glorificação tudo quanto se tem feito, através dos oitos séculos da História de Portugal, no sentido de fortalecer os seguintes factores fundamentais da vida social: a Família, como célula social; a Fé, como estímulo da expansão portuguesa por mares e continentes e elemento da unidade e solidariedade nacional; o Principio da Autoridade, como elemento indispensável do progresso geral; a Firmeza do Governo, espinha dorsal da vida política do País; o Respeito da

⁸¹ Decreto nº21:103, *Diário do Governo*, I Série, número 89, 15 de Abril 1932, p.625

Hierarquia, condição básica da cooperação dos valores e a Cultura Literária e Científica.”⁸²

Desta forma se entendeu ficar esclarecido o significado da expressão “exactidão nas doutrinas”.

Define ainda o mesmo decreto que tudo o que pudesse prejudicar ou comprometer a versão oficial da nossa História, a verdade que adequava ao Estado seria objecto de censura

“Art.4 - Tudo quanto, pelo contrário, tem sido elemento de dissolução nacional, de enfraquecimento da confiança no futuro, falta de gratidão para com os esforços dos antepassados, deve ser objecto de censura.”⁸³

Esta legislação tinha como objectivo modelar e enquadrar os estudantes dentro de uma mentalidade corporativa e nacionalista a partir da selecção dos conteúdos se enquadravam no ideário definido pelo regime e veiculados através do ensino da História.

Os anos de 1930 e 1931 foram também férteis em publicações e decretos, desde a publicação do Estatuto do Ensino Secundário, à reformulação dos programas, à adopção de livros nos Liceus, o uso obrigatório do caderno diário, à regulamentação do exercício das funções dos reitores, à instalação de postos meteorológicos nos Liceus. Todas estas disposições

“falam alto do carinho com que a Ditadura tem tratado os liceus”. “Convém acentuar que, desde a reforma de 1895, nunca se legislou em sentido tão liberal nos domínios do ensino secundário.” “Esta é a tirania da Ditadura”⁸⁴

A legislação existente decretou ainda a existência de três categorias de Liceus:

- nacionais - centrais, com o Curso completo;
- nacionais - só com o Curso Geral;
- municipais - apenas com as três primeiras classes.

⁸² Idem, *ibidem*, p.625

⁸³ Idem, *ibidem*, p.625

⁸⁴ Rómulo de Carvalho, ob. cit., p.745

No que diz respeito à preparação de professores do ensino liceal também o Governo da Ditadura publica legislação específica.

A I República criara por decreto de 21 de Maio de 1911, duas escolas Normais Superiores, uma em Lisboa e outra em Coimbra, competindo às respectivas Universidades a preparação teórica dos candidatos a professores, o que constituía o primeiro ano do Curso, e um segundo ano de preparação pedagógica prática orientada por professores liceais no activo.

O novo esquema, criado pela Ditadura Nacional por decreto de 16 de Outubro de 1930, consistia na frequência de um curso de Ciências Pedagógicas, teórico, especialmente criado na Faculdade de Letras de Lisboa e de Coimbra, e da frequência de um estágio de dois anos, em Liceus Normais, um em cada uma daquelas cidades.

A 2 de Outubro de 1926 quando da publicação do Estatuto da Instrução Secundária, foi também publicado o Estatuto da Instrução Universitária, também assinado pelo ministro Ricardo Jorge. Este decreto foi revisto com a publicação de um outro em 27 de Julho de 1930, assinado por Cordeiro Ramos.

Em 12 de Abril de 1928 o ministro seguinte, Alfredo de Magalhães, planeia a extinção de diversos estabelecimentos escolares, uns universitários mas outros não, criados pela I República, no sentido de reduzir as despesas do Estado.

Era a destruição, em grande escala, de boa parte da obra republicana no ensino.

Nos primeiros anos do regime ditatorial todas as escolas superiores formam regulamentadas.

Relativamente ao ensino técnico profissional veio a Ditadura encontrar as respectivas escolas na dependência do Ministério do Comércio e Comunicações e do da Agricultura, conforme tinham sido colocadas em 1918 pelo Governo de Sidónio Pais. Por decreto de 13 de Abril de 1929, todas essas escolas foram transferidas para o Ministério da Instrução Pública, condição em que já tinham estado em 1913 por decisão inicial da I República. Para a coordenação dos serviços cria o mesmo decreto uma Direcção Geral do ensino

Técnico, procedendo-se de imediato à reformulação do respectivo sistema de ensino.

Estas são as medidas tomadas a nível do Ministério da Instrução Pública pelos Governos da Ditadura Nacional, de 1926 a 1933, antes de Salazar tomar posse como Presidente do Conselho.

Em 5 de Julho de 1932 Salazar foi nomeado Presidente do Ministério, tendo escolhido novamente Cordeiro Ramos para ministro da Instrução Pública. Cordeiro Ramos ocupava o mesmo cargo pela terceira vez e a sua escolha significava que merecia a confiança de Salazar como garante da defesa da ideologia política do Estado Novo no campo do ensino.

“No desempenho deste cargo foi o primeiro concretizar o pensamento pedagógico de Salazar, lançando as bases da escola nacionalista de inculcação de calores patrióticos e morais”⁸⁵

Em 11 de Abril de 1933, entra em vigor a nova Constituição, já referidas no capítulo anterior com as principais disposições no campo do ensino. Salazar é nomeado Presidente do Conselho, o Governo é exonerado e Cordeiro Ramos é escolhido, pela quarta vez, para a pasta da Instrução Pública. Estava consagrada a sua presença no Ministério, uma vez que já tinha dado boas provas de o merecer como executor do pensamento nacionalista. Foi um dos principais ideólogos na formatação da política da educação do Estado Novo, tendo por modelo a ideologia nazi. Foi uma das figuras de destaque da germanofilia, em especial, no período que antecedeu a 2ª Guerra Mundial.

Carneiro Ramos foi, no entanto exonerado três meses depois da sua última nomeação.

Salazar inicia então a procura de um ministro de Instrução para colocar em prática a transformação da mentalidade portuguesa, embora a escolha não tenha sido fácil. Durante dois anos e meio não encontrou solução e passam pela pasta da Instrução três novos ministros: Alexandre Sousa Pinto (24 de Julho de 1933 a 28 de Junho de 1934), Manuel Rodrigues (29 de Junho a 22

⁸⁵ Maria Cândida Proença, ob. cit., p.813

de Outubro de 1934) e Eusébio Tamagnini (23 de Outubro de 1934 a 17 de Janeiro de 1936). Dos dois primeiros não há nenhuma obra particularmente notória a recordar. Apenas a realçar o início da publicação, em 11 de Outubro de 1934, de *A Escola Portuguesa*, Boletim do Ensino Primário Oficial, que defendia os princípios do Estado Novo, e em cujas páginas se encontram informações como porta-voz do Governo na sua dura actuação contra as ideias consideradas subversivas. Esta publicação termina em Janeiro de 1970 com o número 1351. Neste boletim, como veremos mais à frente nesse trabalho encontramos de forma muito explícita os valores que se pretendiam transmitir directamente aos alunos e indirectamente à população em geral.

Em 13 de Maio de 1935, Eusébio Tamagnini assina um decreto destinado a iniciar a depuração dos serviços públicos com carácter sistemático

*“Artigo 1º - Os funcionários ou empregados, civis ou militares, que tenham revelado ou revelem espírito de oposição aos princípios fundamentais da Constituição Política, ou não dêem garantia de cooperar na realização dos fins superiores do Estado, serão aposentados ou reformados, se a isso tiverem direito, ou demitidos em caso contrário”.*⁸⁶

Aplicado de imediato, logo caíram trinta e seis funcionários entre os quais os prestigiados professores universitários Abel Salazar e Aurélio Quintanilha. Estas medidas vão a curto prazo levar ao enfraquecimento dos quadros docentes do ensino superior, que por razões meramente políticas são substituídos por adeptos da União Nacional.

Por precaução, todos os funcionários do Estado e de serviços administrativos no activo foram obrigados, por decreto de 21 de Maio seguinte, a assinar um documento onde estavam impressas as seguintes palavras:

“Declaro, sob minha honra, que não pertenço nem jamais pertencerei a associações ou institutos secretos”. Mais tarde foram acrescentados aos termos da declaração mais o empenhamento da honra do funcionário em

⁸⁶ Decreto-lei nº 25 317, de 13 de Maio de 1935, *Diário do Governo*, I Série, nº108, pp. 649-650

proceder sempre “com activo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas”⁸⁷

Estas exigências feitas aos candidatos à função pública eram mais uma forma de repressão. Por associações secretas subentendia-se a “Maçonaria, então interdita”.⁸⁸

A acção repressiva do Estado sobre os cidadãos e as instituições começa a desenhar-se e a legislar-se. Encontra-se, no entanto, integrada num quadro mais amplo, de âmbito europeu, que na época se desenhava, e que deu fundamento à coragem com que o Estado Novo passou a exprimir-se. A Ditadura portuguesa não estava só. A italiana de Mussolini, já vinha de longa data e Hitler subiu ao poder em 1933. O contexto europeu ajudou para que a mão forte de Salazar se fechasse sobre a Nação.

Mais do que pôr em ordem a vida económica e financeira do país, era necessário olhar para a Escola, afastando dela todos os elementos perigosos instalados no seio do professorado, e aliciar as crianças e os adolescentes exaltando a pátria e a religião.

3.2. O PROJECTO DE CARNEIRO PACHECO (1936-1940)

Em 18 de Janeiro de 1936, Salazar encontra finalmente o ministro que procurava: António de Faria Carneiro Pacheco (1887-1957).

Revelou-se inabalável na implementação da política educativa do Estado Novo, no sentido de estruturar a escola nacionalista de exaltação patriótica e religiosa. Carneiro Pacheco foi um executor implacável da doutrina política de Salazar. Era um homem de fé em Deus e na Pátria. O que fez e disse durante o período em que assumiu a pasta da educação assim o confirmam. Foi um “apóstolo” da Revolução Nacional.

⁸⁷ Rómulo de Carvalho, *História do ensino em Portugal. Desde a fundação da Nacionalidade até ao fim do regime de Salazar – Caetano*, 4ª Edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2008, p.752

⁸⁸ José Augusto França, *O Ano X, Lisboa 1936, Estudo de factos socioculturais*, Lisboa, Editorial Presença, 2010, p.63

*“O repúdio do demo-liberalismo, a condenação de toda e qualquer forma de internacionalismo, a exaltação das virtualidades lusíadas e da sua dimensão universal, a ideia do primado do bem comum, a paz religiosa, a dignificação da família e do trabalho, as reformas no campo educacional, a criação de novas fontes de cultura ou de energia espiritual, o constante apelo à formação de uma mentalidade nova esmaltam do princípio ao fim o espírito do político e governante Carneiro Pacheco com a irrefutável presença da doutrina de Salazar. A doutrina de Carneiro Pacheco é apenas a doutrina de Salazar, as linhas de rumo por ele rasgadas foi Salazar quem as traçou”.*⁸⁹

Carneiro Pacheco compreendeu Salazar e executou na íntegra a sua doutrina e os valores veiculados pelo regime. Foi um dedicado colaborador e seguidor de Salazar, porque no Chefe encontrou a personificação do homem português e na sua doutrina a síntese de um nacionalismo integral. Foi um dos mais convincentes propagandistas do ideário da Revolução Nacional, uma vez que esse ideário continha tudo quanto fosse português. Foi acima de tudo

“mestre e obreiro da Lusitanidade.

*“Seremos sempre nós e não os outros”.*⁹⁰

Esta última frase presente num dos seus discursos acompanhou-o ao longo da carreira de educador e estadista. As reformas que vai levar a cabo como Ministro de Educação vão reflectir a sua defesa pelas tradições portuguesas, pelo nacional em detrimento das influências estrangeiras.

Era doutor em Direito, jurista, monárquico, professor universitário, político e diplomata. Foi embaixador de Portugal na Santa Sé de Agosto de 1940 a Março de 1946 e embaixador em Madrid de 1946 a 1953. Desde cedo defendeu a adopção de soluções ditatoriais para a resolução dos problemas do país. Foi colega de Salazar na Universidade de Coimbra e será ao longo da sua vida um dedicado seguidor, materializando as suas ideias, nomeadamente no domínio da educação. Foi dirigente da Comissão Central e da Comissão

⁸⁹ António Maria Zorro, *Carneiro Pacheco Um Homem de Fé e o Pensamento da Revolução Nacional*, Lisboa, Edições Panorama, Cadernos do Quadragésimo Ano, 1966, p. 18

⁹⁰ Idem, *ibidem*, p.21

Executiva da União Nacional, foi deputado na Assembleia Nacional e vice-reitor da Universidade de Lisboa desde 1931 até à sua nomeação como ministro da Instrução Pública, em Janeiro 1936.

“À frente deste ministério veio a revelar-se como o principal obreiro da política educativa do Estado Novo, no sentido de estruturar a escola nacionalista de exaltação patriótica e religiosa.”⁹¹

Manifestou ao longo da sua vida, através da sua acção e dos seus discursos as tendências autoritárias de direita, defendendo a adopção de soluções ditatoriais para a resolução dos problemas do país.

António Maria Zorro, descreve-o

“Era ele um daqueles homens que, não sendo embora militares, vivem na prática quotidiana da vida civil certas virtudes fundamentais da carreira das armas, como são a coragem moral, o culto de honra e de hierarquia, a noção bem definida das responsabilidades próprias e das alheias, a preocupação de fazer as grandes e pequenas coisas como quem cumpre apenas um dever. A sua obra como político, como educador ou como diplomata constitui, precisamente, isso: o escrupuloso cumprimento do dever, na tarefa para que o haviam chamado”.⁹²

É a partir de 1936 que a educação, pela acção de Carneiro Pacheco, se vai transformar ainda de uma forma mais intensa, num instrumento privilegiado de doutrinação de regime. Manter-se-á em funções até Agosto de 1940.

Logo no acto de posse dá conta das suas intenções:

“É costume dizer-se que quem ocupa um posto ministerial vai render a guarda. Eu não venho render a guarda! Venho tomar uma ofensiva. Dirigir a ofensiva do Estado Novo pela educação nacional.”⁹³

⁹¹ Maria Cândida Proença, “António Faria Carneiro Pacheco”, *Dicionário de História do Estado Novo*, Direcção Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, Venda Nova, Bertrand Editora, Vol. II, 1996, p.709

⁹² António Maria Zorro, ob. cit., p. 16

⁹³ António Nóvoa, ob. cit., p. 593

Carneiro Pacheco compreendeu que as mudanças ao nível da educação necessitam de um discurso que as suportassem. Os seus discursos vão ser proferidos numa linguagem clara, acessível aos portugueses, verdadeiros discursos de um propagandista de ideias, relembrando frequentemente dos deveres que condicionam o poder, em nome da Moral e do Direito.

Uma das suas frases preferidas era

“um lugar para cada um e cada um no seu lugar”⁹⁴

que define de forma clara a sua política educativa, a organização mental que possuía, a hierarquia de valores que defendia, o culto e defesa da lei, o amor à Pátria que demonstrava. Cumpriu ao longo da sua carreira como político a norma de Salazar de que

“só vence bem quem vence com honra, quer dizer: com verdade e com justiça”⁹⁵

O Ministério vai então adoptar e implementar políticas e esquemas organizativos com o objectivo de conceber e ministrar à juventude portuguesa uma educação controlada pelo regime, transmitindo aos jovens um conjunto de conceitos e princípios no sentido de os moldar à ideologia e aos ideais defendidos pelo Estado Novo, nomeadamente

*“o sentido anti-democrático”, “a fé em Deus”, “os bons costumes”, “o amor filial”, “a obediência aos chefes”, “o culto da humildade”, “a glorificação da vida rural”, “o amor à Pátria”, “a exaltação dos Heróis” e “o elogio do Estado Novo”.*⁹⁶

Como referiu António Nóvoa, Carneiro Pacheco ao definir as suas políticas educativas, vai ter como principais preocupações a redução da

⁹⁴ António Maria Zorro, ob.cit., p.28

⁹⁵ Idem, *ibidem*, p. 30

⁹⁶ Eduardo Marçal Grilo, “Ministério da Educação Nacional”, in *Dicionário de História de Portugal*, Coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. VIII, Suplemento F/Z, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 1999, p.470

informação e o enquadramento moral do povo português. Esta questão encontra-se bem expressa na *Trilogia da Educação Nacional*, nomeadamente ao nível da publicação do conjunto de cartazes de *A Lição de Salazar*, a que nos dedicaremos na segunda parte deste trabalho.

“A estrutura familiar hierarquicamente organizada, obediente a um homem-marido-pai, integrava-se numa sociedade governada por um homem-chefe-de-Estado, espiritualmente vigiada por uma entidade divina igualmente masculina, Deus.”⁹⁷

Pretendia-se formatar os jovens, educa-los sob os padrões da ordem e do conformismo, para que estes correspondessem ao que deles se esperava.

Carneiro Pacheco adaptou o seu projecto às exigências do Estado. Pretendeu, da mesma forma que Cordeiro Ramos anteriormente o tinha feito, colocar a Escola ao serviço da Nação.

Como referiu Salazar em 26 de Maio de 1926, em Braga nas comemorações do décimo aniversário do movimento de 28 de Maio,

“Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever.”⁹⁸

As orientações estavam definidas. O caminho estava traçado. Não havia discussões, mas certezas: claras e precisas. Era necessário educar os cidadãos para que estes cumprissem e não questionassem nada. Estes são os grandes valores, que ficaram conhecidos como os *Valores de Braga* que vão orientar a partir de então a política portuguesa.

“As suas certezas – escreveu de Carneiro Pacheco um dos seus mais dilectos e competentes colaboradores no Ministério de Educação Nacional,

⁹⁷ Raquel Pereira Henriques, *Discurso Legais e Práticas Educativas Ser Professor e Ensinar História (1947-1974)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian Fundação para a Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2010, p.106

⁹⁸ Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas II 1935-1937*, Coimbra, Coimbra Editora, L^{DA}, 1937, p.130

*o Dr. José Manuel Costa – as suas certezas não comportavam nem a dúvida própria nem a alheia, não havia obstáculos que pudesse opor-se ao dever de servir sempre e de levar adiante, em actos e em factos, a vida dos princípios, o valor operante da doutrina, o desejo de seguir, de caminhar, de não parar em nenhuma circunstância, de não perder mais tempo na ressurreição das grandes verdades e das grandes certezas com que Portugal havia de retomar o seu lugar na História e na Vida”.*⁹⁹

Carneiro Pacheco pretendia implementar na sociedade portuguesa um sistema de educação integral, que incluísse de forma equilibrada a educação religiosa, cívica, nacionalista, estética e física no sentido de formar e moldar o carácter da juventude. A sua acção educativa tinha como principal objectivo educar além de instruir, dando à Escola uma dimensão social e humano da sua missão, dotando-a de estruturas próprias como foi o caso da criação da MP e da OMEN.

Pretendia-se conjugar os esforços da Família, da Igreja e da Escola no sentido do desenvolvimento da educação e da implementação das políticas educativas.

Na lei de 11 de Abril de 1936¹⁰⁰, intitulada *Remodelação do Ministério da Instrução Pública*, Carneiro Pacheco define o seu programa de acção, constituído por catorze bases. Pretendia-se com este diploma incluir todas as vertentes da organização do sistema educativo e promover a assimilação dos valores veiculados e defendidos pela ideologia salazarista, entre os quais se destacam a hierarquia, a obediência, a devoção cristã, o amor à Pátria, o espírito nacionalista e a organização corporativa, entre outros.

Na Base I altera o nome de Ministério da Instrução Pública para Ministério da Educação Nacional. Traduz a intenção da Ditadura privilegiar a educação, no sentido de inculcação de determinados valores, em detrimento da instrução, no sentido de transmissão de conhecimentos. Esta reduzida ao mínimo de ler, escrever e contar, já expressa na anterior obra da Ditadura, aquela, exaltada ao máximo, nas suas implicações nacionalista e cristã.

⁹⁹ António Maria Zorro, ob. cit., pp. 32-33

¹⁰⁰ Lei nº1:941, de 11 de Abril de 1936, *Diário de Governo*, Iª Série, nº84

Na Base II, institui a Junta Nacional da Educação, organismo destinado ao

“estudo de todos os problemas que interessam à formação do carácter, ao ensino e à cultura”¹⁰¹.

Esta Junta desdobra-se em sete secções, das quais a primeira e mais importante, se domina *Educação moral e física*.

Nas Base III, IV e V estabelece-se um rigoroso controlo sobre a escolha e conduta dos intervenientes no processo educativo. Na Base III avisa-se que

“ No fundamento dos serviços do Ministério será Observada rigorosamente a hierarquia, sob pena disciplinar para todos os inspectores”¹⁰²

Na Base V refere

“Na selecção do professorado de qualquer grau de ensino ter-se-ão em conta, sem prejuízo da necessária preparação científica as exigências da sua essencial cooperação na função educativa e na formação do espírito nacional”¹⁰³

Na Base VI, criam-se cursos obrigatórios de organização corporativa em todas as escolas, com excepção da escola primária. Explica que

“Haverá nas escolas de formação de pessoal docente e em todos os estabelecimentos de ensino, com excepção do primário, cursos obrigatórios de organização corporativa para todos os candidatos e alunos, adaptados ao grau do respectivo ensino”, ¹⁰⁴

o Estado Novo deve ser um Estado Corporativo.

¹⁰¹ Idem, *ibidem*, pp.411-412

¹⁰² Idem, *ibidem*, p.412

¹⁰³ Idem, *ibidem*, p.412

¹⁰⁴ Idem, *ibidem*, p.412

Na Base VII são definidas as condições de utilização dos bolseiros do Estado, concedidas bolsas a estudantes de fracos recursos, mas com

*“uma elevada capacidade moral e intelectual, rigorosamente comprovada”,*¹⁰⁵

e prémios para os melhores estudantes, que seriam preferencialmente constituídos por

*“visitas aos monumentos históricos e viagens às colónias portuguesas”.*¹⁰⁶

Mais uma vez encontramos aqui presente, a preocupação com a exaltação da Pátria e a valorização das nossas colónias. Por sua vez é mais valorizada a capacidade moral do aluno, em detrimento da intelectual.

Na Base VIII encontramos presente a hierarquização do ensino através das aptidões dos alunos.

*“[...]repartição dos alunos, segundo as suas aptidões, entre o ensino liceal e o ensino técnico profissional, e pela atribuição de uma finalidade autónoma àquele, sem prejuízo da sua função preparatória para os cursos superiores.”*¹⁰⁷

Nas Base IX e X propõe-se a revisão dos programas e a imposição do livro único. Na base IX sugere-se

*“por forma que no início do ano lectivo de 1936-1937 se encontre posto no lugar próprio o que se verifique estar deslocado, e suprimido tudo o que seja inútil ou pedagogicamente dispensável.”*¹⁰⁸

¹⁰⁵ Idem, *ibidem*, p.412

¹⁰⁶ Idem, *ibidem*, p.412

¹⁰⁷ Idem, *ibidem*, p.412

¹⁰⁸ Idem, *ibidem*, p.412

E na Base X que

“ Nos estabelecimentos de ensino de todo o País, com exclusão do superior, haverá um compêndio único para cada classe das disciplinas de História de Portugal, história geral e filosofia, bem como, em cumprimento do § 3º do artigo 43º da Constituição Política, um único compêndio de educação moral e cívica, em relação com o respectivo grau de ensino”¹⁰⁹

Deste modo delineava o Estado as linhas orientadoras da sua actuação, procedendo à imposição do seu ideário político, criando uma História, uma Filosofia e uma Educação Moral e Cívica para a sua expressão particular. Ao determinar o livro único, não se pretendia nem interessava a sua uniformização, mas sim a utilização dos compêndios que o Estado escolhesse para o efeito e que seriam obviamente catecismos da sua doutrina e fiéis divulgadores dos seus ideais. As disciplinas escolhidas eram exactamente aquelas que se prestavam melhor a ser veículo dessa mesma doutrina.

Na Base XI lê-se

“Será dada à mocidade portuguesa uma organização nacional e pré-militar que estimule o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria e a coloque em condições de poder concorrer eficazmente para a sua defesa.”¹¹⁰

Esta lei é esclarecedora do seu projecto pedagógico, no sentido de privilegiar a educação, orientada para a inculcação de valores muito definidos, em detrimento da instrução, entendida como uma mera transmissão de conhecimentos.

Foi um dos principais defensores do ideário do Estado Novo, sendo expressão disso as obras que publicou e os discursos que foi proferindo, quase sempre de carácter propagandístico e patriótico.

¹⁰⁹ Idem, *ibidem*, p.412

¹¹⁰ Idem, *ibidem*, p.412

Estas medidas faziam supor a existência de um inimigo que colocava em perigo a nossa integridade nacional. E de acordo com o Estado Novo esse inimigo tinha um nome: era o comunismo.

Era necessária uma mocidade fardada e armada que garantisse a defesa da Pátria. E também deveriam cantar de cabeça erguida, enquanto desfilassem. Nesse sentido trata a Base XIII

“Em todos os estabelecimentos de ensino, com exclusão superior, tanto oficiais, como particulares, será obrigatório o canto coral, como elemento de educação e coesão nacional.”

“Organizar-se-á uma pequena colecção de cânticos nacionais, exaltando as glórias portuguesas, a dignidade do trabalho e o amor à Pátria, os quais são frequentemente executados.”¹¹¹

A Base XIII determina que

“Em todas as escolas públicas do ensino primário infantil e elementar existirá, por detrás e acima da cadeira do professor, um crucifixo, como símbolo da educação cristã determinada pela Constituição”¹¹²

Esta lei não apenas define as alterações introduzidas na estrutura orgânica do Ministério, como ainda integra importantes medidas para o sector educativo que vão definir, de uma forma muito acentuada, o modo como o regime orientou e condicionou o processo educativo.

“Esta lei constitui um dos documentos onde, de uma forma explícita, o Ministério assume um papel “doutrinário” através de um conjunto de medidas destinadas a manter, por parte do Ministério, um controlo ideológico sobre praticamente todas as áreas de actuação no sector da educação.”¹¹³

¹¹¹ Idem, *ibidem*, p.413

¹¹² Idem, *ibidem*, p.413

¹¹³ Eduardo Marçal Grilo, “Ministério da Educação Nacional”, in *Dicionário de História de Portugal*, Coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. VIII, Suplemento F/Z, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 471

No mesmo ano é publicada uma nova lei relativa ao ensino primário elementar que espelha bem as intenções do governo

“É a razão do presente decreto-lei, assente na ideia de que o ensino primário elementar trairia a sua missão se continuasse a sobrepor um estéril enciclopedismo racionalista, fatal para a saúde moral e física da criança, ao ideal prático e cristão de ensinar bem a ler, escrever e copiar, e a exercer as virtudes morais e um vivo amor a Portugal.”¹¹⁴

O governo definia que a melhor instrução para os pobres era a religião. O que valorizava os conteúdos curriculares eram a doutrina cristã. Só através dela o saber se tornaria útil. A reforma de Carneiro Pacheco foi notável na cristianização do ensino. A religião inculcava nas crianças os valores que correspondiam aos ideais salazaristas fazendo reviver os grandes feitos da História de Portugal levados a cabo por homens patrióticos e devotos que se tornam heróis.

“[...] o ABC foi legalmente derrotado por Deus.”¹¹⁵

À lei de reorganização do sistema educativo, segue-se a publicação, em 1936, dos regulamentos da Organização Nacional da Mocidade Portuguesa para o sexo masculino e em 1937, para o sexo feminino, a criação da Obra das Mães pela Educação Nacional ¹¹⁶, assim como outras reformas importantes em todos os níveis de ensino. Estas organizações deveriam colaborar e de certa forma apoiar o Estado e as famílias na tarefa da educação.

No que diz respeito à Mocidade Portuguesa, como já foi referido anteriormente

“Art.40.º É instituída, em cumprimento da base XI da lei nº1:941, a organização nacional denominada Mocidade Portuguesa (M.P.) que abrangerá toda a juventude, escolar ou não, e se destina a estimular o

¹¹⁴ Lei nº27:279 de 24 de Novembro de 1936, *Diário de Governo*, Iª Série, nº276

¹¹⁵ Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1978, p.149

¹¹⁶ Decreto nº26: 893 de 15 de Agosto de 1936, *Diário de Governo*, Iª Série, nº175,p.191

*desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria, no sentimento da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar.*¹¹⁷

A ela deverão pertencer “obrigatoriamente” todos os portugueses, estudantes ou não, dos sete aos catorze anos, abrangendo “todo o Império Português”. A Mocidade Portuguesa pretendia transmitir aos seus filiados a educação cristã tradicional do País e

*“Como guias ideais da sua acção eram apontados os “grandes exemplos de Nuno Álvares Pereira e do Infante D. Henrique.”*¹¹⁸

A criação desta organização paramilitar da juventude portuguesa nesta data, correspondia a um modelo de militarização levado a cabo pelas ditaduras europeias. É o caso da Juventude Hitleriana na Alemanha, dos Balilas italianos de Mussolini, na Itália e da falangista Frente de Juventude da Espanha de Franco. Em todos os casos o grande objectivo era recrutar desde muito cedo as camadas mais jovens da população, para a base de apoio dos respectivos regimes. A educação da juventude era um terreno privilegiado para a inculcação dos valores do regime.

*“Tratava-se portanto de uma organização pré-militar que se viria a tornar num dos principais instrumentos de enquadramento da juventude na ideologia do regime.”*¹¹⁹

A Mocidade Portuguesa tinha uma estrutura organizacional extremamente hierarquizada e centralizada, tendo à frente a figura do comissário nacional, nomeado pelo ministro da Educação Nacional. O primeiro

¹¹⁷ Decreto-lei nº26:611 de 19 de Maio de 1936, *Diário do Governo*, I Série, nº116, p.545

¹¹⁸ Lopes Arriaga, *Mocidade Portuguesa, Breve História de uma Organização Salazarista*, Lisboa, Terra Livre, 1976, p.15

¹¹⁹ Isabel Maria Henriques Pedro, *A Mocidade Portuguesa Feminina no Liceu Nacional Infanta D. Maria de Coimbra (1948-1974)*, *Contributo para o Estudo da Educação em Portugal*, Dissertação de Mestrado em Didáctica da História, apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, exemplar fotocopiado, 2010, p.62

comissário nacional escolhido por Carneiro Pacheco foi Francisco José Nobre Guedes, tendo este sido substituído em 1940, por Marcelo Caetano.

“[...]o Prof. Marcelo Caetano magistralmente resumiria na sua “Missão dos Dirigentes”, ao definir em quatro palavras – Deus, Império, Autoridade, Justiça – os ideais da Mocidade Portuguesa: “nem uma secção de partido político, nem uma obra de Acção Católica, nem uma organização militar, nem uma sociedade desportiva ou de educação física, nem uma disciplina escolar, um tempo nos horários, nova matéria nos programas do ensino.”¹²⁰

Três anos após a sua criação noticiava o jornal *O Século* em Junho de 1939,

“A Mocidade Portuguesa é, principalmente, uma grande oficina, onde se modelam corpos e almas, preparando-os para bem servir a Pátria.”¹²¹

mostrando que os seus objectivos iniciais estavam a ser cumpridos.

A Mocidade Portuguesa pretendeu ser uma forma complementar de enquadramento da juventude nos ideais do Estado Novo, apesar de na prática ter ficado muito longe dos objectivos que de início se propunha atingir, ainda mais se comparada com as suas congéneres italiana e alemã.

“Mas a aproximação ao modelo nazi chegou a ser explicitamente reconhecida por Carneiro Pacheco no discurso que proferiu no banquete com que obsequiou uma delegação da Juventude Hitleriana em 5 de Março de 1938, ao acentuar a “coincidência de métodos e imperativo de alguns princípios essenciais” existentes entre as organizações juvenis alemã e portuguesa.”¹²²

A 15 de Agosto de 1936, foram aprovados os estatutos da Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN), com o objectivo de

¹²⁰ António Maria Zorro, ob.ct.,p.39

¹²¹ Lopes Arriaga, ob.cit.,pp.89-90

¹²² António Reis, “A política de ensino: do controlo ideológico às exigências da industrialização”, *Portugal Contemporâneo*, Direcção de António Reis, Publicações Alfa, Lisboa, vol.4, 1990, p.276

“Artigo 1º [...] estimular a acção educativa da família e a assegurar a cooperação entre esta e a escola, nos termos da Constituição.”¹²³

A OMEN pretendia orientar as mães portuguesas para noções que considerava fundamental enquadradas na defesa da família, na promoção de um “ambiente educativo”, defendendo os “bons costumes”, assegurando a educação infantil pré-escolar, desenvolvendo o gosto pela cultura física tendo em conta a saúde e o serviço da Pátria. O que se pretendia era

“[...] contribuir por todas as formas para a plena realização da educação nacionalista da juventude portuguesa.”¹²⁴

Carneiro Pacheco definiu a OMEN como

“destinada a restaurar na família a consciência da sua indeclinável missão de educar e de aumentar a sua capacidade educadora, mediante simples processos de bom senso, que começam na glorificação da maternidade e no fortalecimento dos laços morais pela lição do melhor exemplo” e que vão “até à elevação do nível de cultura e às regras sociais de cooperação entre famílias”.¹²⁵

A 30 de Setembro de 1936 é criada a Legião Portuguesa, uma organização militar que tinha como objectivo principal a luta contra o inimigo, nomeadamente o comunismo e o anarquismo

“O Governo reconhece a Legião Portuguesa, formação patriótica de voluntários destinada a organizar a resistência moral da Nação e cooperar na sua defesa contra os inimigos da Pátria e da ordem social”¹²⁶

¹²³ Decreto nº 26:893 de 15 de Agosto de 1936, *Diário do Governo*, I Série, número 191, p.981

¹²⁴ Idem, *ibidem*, p.982

¹²⁵ António Maria Zorro, ob. cit. p. 36

¹²⁶ Decreto-lei nº27:058 de 30 de Setembro de 1936, *Diário do Governo*, I Série, número 230, p.1145

Entretanto, em 11 de Maio de 1936, Salazar foi nomeado ministro de Guerra e foi nesse mesmo ano, a 17 de Julho, que se iniciou a sangrenta Guerra de Espanha, considerada uma cruzada contra o comunismo.

Retomando a análise das bases publicadas por Carneiro Pacheco, de acordo com a Base IX era necessário rever os programas. Nesse sentido, a 24 de Novembro de 1936 foi publicado um decreto – lei com a indicação do currículo do ensino primário obrigatório. Este currículo, de acordo com o pensamento do Estado Novo, seria reduzido ao mínimo:

*“Língua Portuguesa (leitura, redacção e feitos pátrios); Aritmética e sistema métrico; Moral; Educação Física; canto Coral”.*¹²⁷

Relativamente aos agentes do ensino entende este ministro que não seria necessário ter grandes preocupações com o assunto. Exige-se, naturalmente um comportamento moral irrepreensível para os agentes do ensino primário. O controlo sobre estes era maior do que aquele que o Estado Novo impunha para a generalidade dos funcionários públicos. Em 1938 uma portaria dava conta

*“(…) 2) Serão eliminados, em julgamento de admissão, os que não tenham irrepreensível conduta moral e comprovado espírito nacionalista (…):”*¹²⁸

Pretendia-se um professor ideal e idóneo, com habilitações mínimas, que no caso dos regentes de ensino não iam além da 4ª classe, mas portadores e defensores de um nacionalismo de acordo com os interesses do regime.

Os postos de ensino então existentes foram convertidos em postos escolares e o ensino primário, tanto oficial como particular iria ser ministrado em regime de separação de sexos.

Este decreto inclui ainda a intervenção do Estado no casamento das professoras. Diz o artigo 9º:

¹²⁷ Idem, *ibidem*, p.761

¹²⁸ Portaria nº9:015 de 11 de Junho de 1938, *Diário do Governo*, I Série, número 133, p.965

“O casamento das professoras não poderá realizar-se sem autorização do Ministério da Educação Nacional, que só deverá concedê-la nos seguintes termos:

1º ter o pretendente bom comportamento moral e civil

2º ter o pretendente vencimentos ou rendimentos, documentalmente comprovados, em harmonia com os vencimentos da professora”¹²⁹

Após a publicação deste decreto-lei o país aguardou ano e meio para a sua aprovação e apreciação pela Assembleia Nacional.

Para assegurar o êxito da política de ensino que o Estado Novo se propunha levar a cabo era necessário a existência de um livro de leitura da escola primária que servisse de veículo incentivador à mentalidade nacionalista e cristã para a qual toda a actividade pedagógica era dirigida, e que servisse de robusto alicerce à construção ideológica que sobre ela se faria assentar. Este livro vai ser então elaborado por uma comissão de técnicos escolhidos de entre os de reconhecido mérito pedagógico, literário e artístico. E vai ser inspirado nos livros italianos destinados ao mesmo grau de ensino e realizados em Itália, de acordo com as exigências ideológicas do regime fascista de Mussolini, semelhantes às nossas. Estes livros vão servir de veículos de propaganda dos ideais e ensinamentos da doutrina cristã defendidos pelo estado Novo.

É de referir que as relações entre Portugal e a Santa Sé foram reforçadas nesta época com a assinatura da Concordata, em Maio de 1940, o que trouxe compromissos de diversa natureza com reflexos inevitáveis no campo do ensino.

O ano de 1940 foi, ainda, um ano de glória para o Estado Novo. Comemoravam-se dois centenários: o da Fundação da Nacionalidade, em 1140 e o da Restauração, em 1640.

Foi ainda neste ano realizado o recenseamento da população e das suas diversas actividades, onde se fez o ponto de situação relativamente ao ensino. Em dez anos, de 1930 a 1940, o analfabetismo tinha diminuído 8,4%, de 67,8% para 59,4%. Entre 1926 e 1940 faz-se sentir um aumento da

¹²⁹Decreto-lei nº27:058 de 30 de Setembro de 1936, *Diário do Governo*, I Série, número 230, p.762

percentagem da frequência feminina nas escolas e uma diminuição da frequência masculina.¹³⁰

A ascensão do sexo feminino era visível não apenas ao nível das alunas, mas igualmente das professoras.

O número de Liceus aumentou assim como a respectiva frequência escolar nos diversos graus e tipos de ensino.

No entanto, a realidade é que a situação do ensino continuava muito precária.

Carneiro Pacheco, em 14 de Outubro de 1936, também levou a cabo várias reformas sobre o ensino liceal, anteriores às do ensino primário, sempre tendo presente, os fins morais que defendia. O ensino liceal deveria então ser orientado segundo a perspectiva de integrá-lo

“na missão educativa da Família e do Estado para o desenvolvimento harmónico da personalidade moral, intelectual e física dos Portugueses, nos termos da Constituição”¹³¹

retirando-lhe intencionalmente uma das suas finalidades tradicionais que era a de preparação para o ensino superior.

O estreitamento dos objectivos do ensino liceal provocou uma simplificação do esquema do currículo escolar que se concretizou, entre outras mudanças no abandono da bifurcação do curso, na sua recta final, em Letras e em Ciências.

O decreto-lei considera “pedagogicamente irreal” a distinção entre Curso Geral e Curso Complementar, defendendo um curso igual para todos e distribuído por três ciclos:

- o 1º ciclo, essencialmente prático e descritivo, constituído pelos três primeiros anos;
- o 2º ciclo, teórico e experimental, por mais três anos, o 4º, o 5º e o 6º;
- o 3º ciclo, de um só ano, o 7º, que “visará a sistematização mental e a

¹³⁰ Idem, *ibidem*, p.771

¹³¹ Idem, *ibidem*, p.774

síntese de todos os conhecimentos adquiridos, em volta de novos centros de estudo”.

Os Liceus passaram a chamar-se nacionais ou provinciais conforme neles se leccionava o curso completo ou só o 1º e o 2º ciclo. O regime de estudos passa, então, a ser por disciplinas.

Para as alunas liceais determina-se que haja actividades particulares

“visando a missão natural da mulher”¹³²

Também o mesmo decreto determina que haja, nos Liceus, durante o ano lectivo, e duas vezes por mês, sessões culturais, de presença obrigatória para professores e alunos do 2º e do 3º ciclos, efectuadas por pessoas competentes, que

“visarão de modo particular o conhecimento do Império Colonial, a arte portuguesa e a educação cívica”¹³³

O Canto Coral naqueles mesmos ciclos,

“visará especificamente o culto das glórias de Portugal e a exaltação do sentimento patriótico”¹³⁴

As preocupações máximas de Carneiro Pacheco sempre foram: o culto dos heróis, a exaltação patriótica e a prática de virtudes cristãs. Pretendeu formar nos alunos uma mentalidade corporativa num quadro do papel educativo da família e do Estado.

“Art.14º Cada liceu será designado pela denominação educativa de um grande vulto da história pátria e todos os anos celebrará em dia certo a festa do respectivo patrono para conhecimento e exemplo da sua vida.”¹³⁵

¹³² Idem, *ibidem*, p.775

¹³³ Idem, *ibidem*, p.775

¹³⁴ Idem, *ibidem*, p.775

¹³⁵ Decreto-lei nº27:084 de 14 de Outubro de 1936, *Diário do Governo*, I Série, número 241, p.1238

É ainda de referir que já em 1936 Carneiro Pacheco legislava a afixação de *dísticos educativos*, reconhecendo desta forma a importância da imagem na interiorização de certos valores

“Art. 15º Em todos os estabelecimentos oficiais ou particulares que ministrem o ensino liceal serão oferecidos à reflexão dos alunos, e obrigatoriamente expostos nos lugares mais apropriados dos respectivos edifícios, dísticos educativos.”¹³⁶

Estes objectivos fundamentais da sua doutrina pedagógica estiveram sempre presentes em toda a sua actuação. Desde a mudança do nome do ministério, até à simplificação exagerada dos currículos escolares, pois segundo os seus ideais, toda a instrução era objectivo de pouca valia em confronto com a educação que às escolas competia praticar. Na Escola Primária bastava aprender a ler, escrever e contar. Nos Liceus bastava saber umas coisas, desarticulados os conhecimentos entre si pela escolha do ensino por disciplinas, que permitissem satisfazer a um exame com poucas exigências e obter com facilidade uma carta de aprovação. Foi nesta linha de pensamento que, sem qualquer justificação pedagógica, mas apenas com o fim de aliviar o processo escolar, o ministro decidiu simplificar os exames dos Liceus acabando com as provas orais. O sistema corrente de exames no ensino liceal constava, desde há muito, de provas escritas e de provas orais e, em algumas disciplinas de provas praticas.

Em 1928, legislou-se, no sentido de dar carácter eliminatório às provas escritas e práticas a quem não atingisse, em qualquer delas, nos respectivos exames, determinada classificação. Em 1929, alarga-se o sistema permitindo-se a dispensa das provas orais a quem não apresentasse boas provas escritas. Era esta a situação quando Carneiro Pacheco chegou ao ministério.

Este ministro considerava que para economia de tempo e simplificação dos trabalhos escolares, haveria vantagem em acabar com as provas orais nos exames dos Liceus, com excepção das línguas vivas. Segundo este ministro

¹³⁶Idem, *ibidem*, p. 1238

deveria fazer-se duas provas escritas e escolher a de maior classificação, em cada disciplina, para resultado final do exame. Para não haver dúvidas relativamente à avaliação das provas propôs-se que fossem anónimas.

Carneiro Pacheco manteve-se na pasta da Educação durante quatro anos e meio, comportando-se sempre como executor admirável do pensamento de Salazar. “Deus, Pátria e Família” foi o lema de toda a sua actuação, sobre o qual procurou estruturar solidamente a Escola, impulsionando-a para um futuro a seu contendo que esperava durasse muitos anos.

Com a criação da Mocidade Portuguesa, em 1936, que foi a sua obra de maiores dimensões, obrigou toda a juventude do país à disciplina de uma farda e ao compasso de um hino, tentando imitar o fascismo italiano e o nazismo alemão.

Tudo quanto executou teve sempre como objectivo a moldagem das crianças e dos adolescentes ao modelo nacionalista que defendia, e isso obrigou a concentrar todas as atenções nos ensinos primário e liceal. O ensino universitário não lhe interessou. E pouca atenção deu ao ensino técnico.

Apesar de seguidor de Salazar e executor da sua política, foi exonerado de ministro a 28 de Agosto de 1940, no ano das comemorações centenárias.

A sua política foi desenvolvida no sentido de tornar o ensino um instrumento de enquadramento ideológico ao serviço dos objectivos do Estado Novo.

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO 4. A PROPAGANDA NO ESTADO NOVO

A propaganda, entendida como uma técnica que visa controlar e manipular comportamentos, nomeadamente políticos, levando à aceitação de certos grupos relativamente a interesses específicos, existe desde há muito tempo e tem uma história muito longa. Muitos milhares de anos antes da invenção dos meios de comunicação de massas, já as civilizações antigas utilizavam de forma eficaz canais de comunicação próprios da sua época no sentido de convencer os indivíduos para uma acção ou apoiar determinados ideais.

“[...] Napoleão compreendeu perfeitamente que um governo se deve preocupar sobretudo por obter o consentimento da opinião pública: “Para ser justo, não é suficiente fazer o bem, é igualmente necessário que os administrados disso estejam convencidos. A força fundamenta-se na opinião. Que é o Governo? Nada, se não dispuser da opinião pública”¹³⁷

Desde sempre os políticos, ditadores e estadistas procuraram convencer e converter as populações aos seus ideais e aos regimes políticos que defendiam. Pretendiam persuadir e dirigir as massas enquadrando-as nos seus regimes ideológicos. O objectivo era influenciar e modificar a atitude das pessoas relativamente a determinados assuntos. O homem na sua maioria é facilmente influenciável, pretendendo-se com a propaganda modificar-lhe as ideias levando-o a alterar a sua atitude de acordo com um objectivo definido previamente. O caso da propaganda política tem sempre inerente a transmissão de uma ideologia, de um conjunto de ideias e valores. Poderemos referir como exemplo a propaganda nazi levada a cabo por Hitler e Goebbels em que se

“[...] proclama que o povo alemão faz a guerra “em defesa da civilização cristã”, tal afirmativa não tem, para ele, nenhuma realidade

¹³⁷ Jean- Marie Domenach, *A Propaganda Política*, Lisboa, Circulo dos Leitores, 1975, p.9

concreta; não passa de oportuna fórmula destinada à mobilização de novas massas [...].

Quando, porém, ao dirigir-se às multidões fanáticas, que lhe respondiam o “Sieg Heil”, Hitler invocava o sangue e a raça, importava-lhe apenas sobreexcitá-las, incutindo profundamente nelas o ódio e o desejo de poder.”¹³⁸

A propaganda assume-se neste caso como uma tática precisa, uma arte de converter multidões, de mobilizar o povo para um determinado fim. Pode ser entendida como uma arma utilizada pelos regimes políticos para moldar mentalidades.

“De acordo com o que Goebbels diz: “Fazer propaganda é falar de uma ideia por toda a parte, até nos autocarros. A propaganda é ilimitada nas suas variações, na sua flexibilidade de adaptação e nos seus efeitos.”¹³⁹

O objectivo primordial da propaganda é a difusão, propagação de ideias, persuadindo um público/população para um determinado tipo de comportamento e adopção de certas convicções ou como lhe poderemos chamar durante o período em estudo “verdades inquestionáveis”. Os meios, os veículos utilizados para fazer passar a informação e incuti-la nos indivíduos são diversos. No caso particular da nossa análise o cartaz foi um dos meios utilizados. É ainda de referir que neste caso o Chefe e as suas ideias estavam sempre, directos ou indirectamente, presentes. A imagem apresenta-se como um dos instrumentos mais eficazes e mais notáveis para atingir os fins desejáveis. A sua percepção é imediata e não necessita de esforço. Acompanhada de uma legenda, substituiu em muitos casos um texto ou o discurso.

O Estado Novo, como regime político e como sistema de valores é resultado de um processo longo e complexo que se inicia com a ditadura militar resultado do movimento de 28 de Maio de 1928 até à publicação da Constituição de 1933. Durante estes anos o salazarismo foi-se estruturando e

¹³⁸ Idem, *ibidem*, p.42

¹³⁹ Idem, *ibidem*, p.56

definindo os princípios sobre os quais iria assentar o regime, nomeadamente as questões da autoridade, nacionalismo e corporativismo e da importância crescente do chefe de Governo, figura de destaque onde tudo se encontrava concentrado. A sociedade deveria adaptar-se aos princípios defendidos e tudo se deveria sacrificar em sua função, nomeadamente o desenvolvimento e o exercício das liberdades fundamentais.

É a ordem que domina, na rua e nos espíritos, o “viver habitualmente”, de acordo com a ordem natural das coisas. “Manda quem pode, obedece quem deve”.

O discurso ideológico exprime desta forma um simplismo sobre a realidade económica, política e social, não correspondendo à situação real bem mais complexa. O objectivo desta simplificação ideológica autoritária prende-se com o facto de pretender transmitir certezas claras e incontestáveis que legitimem e auxiliem a autoridade e anulem a oposição. A autoridade e as certezas apresentadas deverão ser entendidas como naturais, não se questionando o dever de obedecer. Em muitas situações os discursos ideológicos têm inerente uma função disciplinadora muito para além das ideias e conteúdos que pretendem transmitir. Esta questão encontra-se de forma muito explícita no discurso proferido por Salazar em 26 de Maio de 1936, que já referimos anteriormente em que define de forma muito clara as “verdades indiscutíveis”, estabelecidas pela nova ordem. Deus, Pátria, Família, Autoridade e Trabalho são dogmas que o Estado Novo transforma em grandes verdades e certezas, em princípios ordenadores sobre os quais vai orientar a sua acção. Princípios que vão ser em grande parte veiculadores através das políticas educativas, como já referimos na primeira parte do nosso trabalho, e também transversalmente pelo SPN e de todas as campanhas de propaganda levadas a cabo neste período de afirmação do regime.

Segundo Salazar

“Politicamente só existe o que o público sabe que existe: a ignorância das realidades, dos serviços, dos melhoramentos existentes é causa de descontentamento, de frieza nas almas, de falta de orgulho patriótico, de

*não haver confiança, alegria de viver. O facto tem interesse político, porque o tem no terreno da coesão, da vitalidade nacional.*¹⁴⁰

Era então necessário encenar as grandes certezas, transmitir, mostrar e persuadir a população da sua importância, dos seus benefícios. Era fundamental impô-las no espírito de todos. Torna-se então necessária a propaganda.

*“Só uma entidade, por dever e posição, tudo tem de ver à luz do interesse de todos. Ela deve ter para legítima e necessária correcção dos aspectos deformados ou incompletos das coisas os mesmos meios de que usam os particulares.”*¹⁴¹

Uma propaganda orientada de acordo com o regime, mostrando apenas o necessário

*“[...] Elevar o espírito da gente portuguesa no conhecimento do que realmente é e vale[.]”*¹⁴²

Mostrava-se apenas o necessário, o que convinha, o que não colocava em causa as “verdades indiscutíveis”.

Pretendia-se revitalizar os espíritos, formata-los de acordo com estas certezas e estas verdades. Daí como temos vindo a referir ao longo do nosso trabalho, a importância do ensino como veículo privilegiado de inculcação ideológica, conjuntamente formativa, impositiva e repressiva.

Salazar considerava a propaganda como um veículo através do qual se transmitia a ideologia, essencial para doutrinar a sociedade. Acreditava que o controlo da opinião pública era a solução para fazer prevalecer os princípios políticos que defendia. Tinha uma visão totalitária da sociedade portuguesa e pretendia impor um conjunto de valores, de verdades que considerava serem as ideais para o país.

¹⁴⁰Oliveira Salazar, *Discursos 1928-1934*, Coimbra, Coimbra Editora, 1935, p. 259

¹⁴¹Idem, *ibidem*, p. 260

¹⁴²Idem, *ibidem*, p. 261

A difusão propagandista do regime, o planeamento e concretização da política do espírito começa na escola, passa entre outros aspectos, pela organização dos tempos livres, daí a importância da FNAT, pela acção corporativa rural através das casas do povo e pelo enquadramento da juventude com a criação da MP. Cada instituição/organização tem a sua propaganda específica através de congressos, confraternizações, acampamentos, boletins e revistas ou como no caso em estudo de cartazes. Sempre com o objectivo de enquadrar a população no espírito do regime, segundo os padrões ideológicos definidos.

Aliás as políticas educativas propostas neste período e analisadas anteriormente são um exemplo dessa linha de acção. Esta acção propagandística vai ter o seu auge com a realização, em 1940, da Exposição do Mundo Português (fig. 1 e 2), no âmbito das suas comemorações centenárias, 1140 da fundação da nacionalidade e 1640, a Restauração da independência.

*“Objectivamente, portanto, para a Estado Novo chegara a altura de transformar pretextos dessas datas numa razão maior onde integrar a sua imagem lendo no seu conteúdo a continuação da heroicidade de uma História de que sempre se reclamara. Por outras palavras, e como igualmente se escreveu, o ano de 1940, que marcara a fundação da nacionalidade, explicava 1640, na definitiva recuperação da independência temporariamente perdida, como 1640 preparava 1940; ou seja, celebravam-se “três anos sagrados da nossa história”: “o ano do nascimento, o ano do renascimento e o ano apoteótico do ressurgimento”.*¹⁴³

¹⁴³ Margarida Acciaiuoli, *Exposições do Estado Novo 1934 – 1940*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p.107

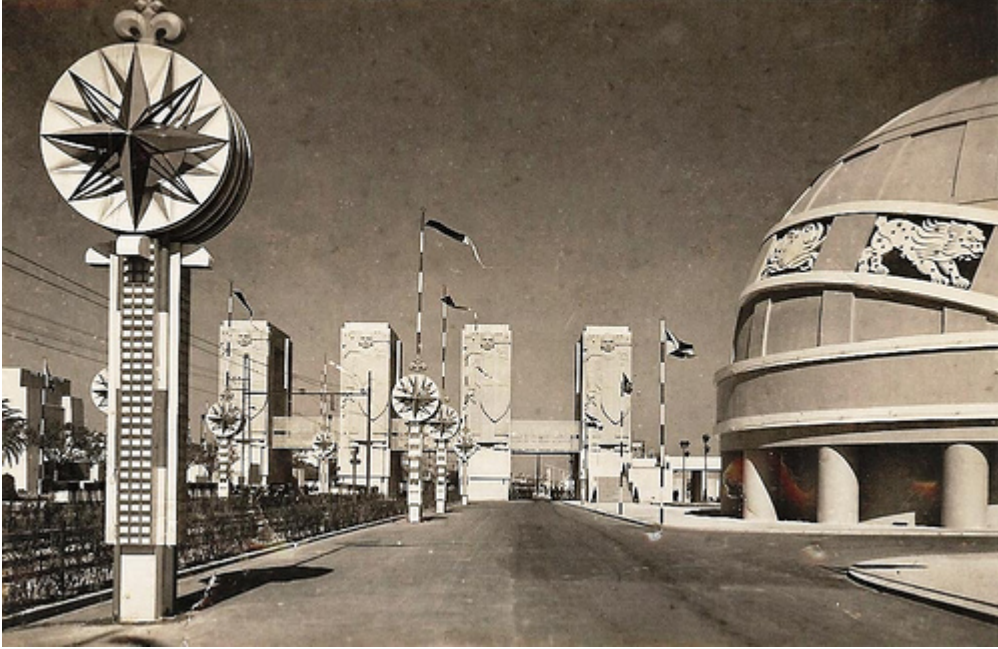


Fig. 1 - Exposição do mundo português - 1940 –
Porta da fundação e esfera dos Descobrimentos
bilhete postal editado por Heliuss - Lusitarte – Lisboa



Fig. 2 - Exposição do Mundo Português - 1940 –
Pavilhão da Fundação
bilhete-postal editado por Lusitarte - Lisboa

Pretendia-se com todas estas iniciativas evocar a grandeza do nosso império e dos seus heróis, reconstruir a História do País, numa vertente

nacionalista e cristã. Mostrar obra feita, as grandes realizações era também um dos objectivos do regime.

Por outro lado o grande peso da ruralidade no viver e no pensar filtravam todas estas acções e acomodavam a população no seu “viver habitualmente”.

“Salazar elogiava a lentidão e o “fazer Portugal viver habitualmente” era o seu lema, tal como Massis o averbou em 1936”¹⁴⁴

A população portuguesa neste período era maioritariamente camponesa, destituída de hábitos de disciplina, com uma baixa escolaridade demonstrando algumas dificuldades em se enquadrar nestas iniciativas.

“A propaganda do regime tenderá, por isso mesmo, a deixar a política, a formação e mobilização política e ideológica aprofundada para a educação dos seus quadros e a reprodução das suas restritas elites, privilegiando para o exterior, para as massas, a encenação do entretenimento ou do prestígio do Poder.”¹⁴⁵

É a propaganda da subordinação pelo poder realizador, a vontade inquestionável do Estado tendo sempre presente e inerentes os seus ideais.

É neste sentido e com estas intenções que é criado o SNP.

4.1.O SECRETARIADO DE PROPAGANDA NACIONAL (1933-1944)

“O que é o novo organismo? Verdadeiramente não é nada; vai ser o que o seu director quiser que ele seja. Livre de qualquer tipo de burocracias, dependendo directa e exclusivamente do Presidente do Conselho, seguro ou inseguro apenas na confiança que este lhe mantenha, pelo arrojo (já temperado pelos seus 38 anos de idade) e pela capacidade de invenção de

¹⁴⁴ João Medina, “Iconografia Salazarista”, in *Dicionário de História de Portugal*, Coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. VIII, Suplemento F/Z, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 1999, p.208

¹⁴⁵ José Matoso (dir.) *História de Portugal O Estado Novo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p.294

*António Ferro se vai medir a dimensão e o eventual êxito da acção interventora do Secretariado.*¹⁴⁶

O Estado Novo, à semelhança do que se passava nos outros países da Europa, começa a preocupar-se com a opinião pública. Nesse sentido é constituído, em 25 de Setembro de 1933, o Secretariado de Propaganda Nacional (SNP)

*Artigo 1º. É criado junto da Presidência do Conselho o Secretariado de Propaganda Nacional.*¹⁴⁷

A criação do SPN é criada no seguimento do que já tinha sido estipulado na Constituição de 1933 no que diz respeito à opinião pública

“ Art.20º A opinião pública é elemento fundamental da política e administração do País, incumbindo ao Estado defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a boa administração e o bem comum.”¹⁴⁸

Toda a liberdade de expressão é controlada pelo Governo

“Art.21º A imprensa exerce função de carácter público, por virtude da qual não poderá recusar, em assuntos de interesse nacional, a inserção de notas oficiosas de dimensões comuns que lhe sejam enviadas pelo Governo”¹⁴⁹

Com a criação do SPN, Salazar assume a propaganda como um instrumento de Governo, na sequência do que tinha acontecido por essa época com a Alemanha e a Itália.

O objectivo da criação deste organismo era

¹⁴⁶ Fernando Guedes, *António Ferro e a sua Política do Espírito*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, MCMXCVII, p.21

¹⁴⁷ DL nº23:054, de 23 de Setembro de 1933, *Diário de Governo*, nº218, p.1675

¹⁴⁸ *Constituição Política da República Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1933, p 9

¹⁴⁹ Idem, *ibidem*, p.9

“Artigo 2º[...] a direcção e superintendência da Propaganda Nacional interna e externa, competindo-lhe, como órgão central dos serviços de propaganda, coordenar toda a informação relativa à acção dos diferentes Ministérios, de modo que, pela sua organização sistemática e oportuna difusão, possa evidenciar-se, no País e no estrangeiro, o espírito de unidade que preside à obra realizada e a realizar pelo Estado Português.”¹⁵⁰

Salazar partia do princípio segundo

“o qual “politicamente só existe o que o público sabe que existe” e justificava a existência deste novo organismo com a tese de que “a aparência vale a realidade, é uma realidade política”¹⁵¹

Na sua perspectiva era necessário que as iniciativas promovidas pelo Estado fossem postas em prática num ambiente que as tornasse agradáveis e que atraíssem a população. Esta era no entanto uma das competências do SPN.

O SNP é para Salazar

“uma instituição que tem em vista unicamente a propaganda nacional, e que através dela colmatará a ignorância das novas realidades, e esclarecerá os esforços empreendidos pelo governo na restauração do equilíbrio político, económico e social. O Secretariado tem como objectivo reforçar a confiança do povo português e fortalecer a consciência da especificidade nacional”.¹⁵²

A importância na divulgação das obras desenvolvidas era entendida como a permanente identificação entre governantes e governados. Era necessário fazer a propaganda do que é verdadeiramente nacional.

¹⁵⁰, DL nº23:054, de 23 de Setembro de 1933, *Diário de Governo*, nº218,p.1675

¹⁵¹ Jorge Ramos do Ó, “Secretariado de Propaganda Nacional (SPN)/Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI) /Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT)”, *Dicionário de História do Estado Novo*, Direcção de Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, vol. II, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, p.894

¹⁵² “Discurso pronunciado pelo Senhor Presidente do Conselho em 26 de Outubro de 1933”, in Secretariado Nacional da Informação, *Um instrumento do Governo – 25 Anos de Acção (1933-1958)*, Lisboa, Edições SNI, 1958, pp. 15

A legitimidade do regime, ainda que de matriz autoritária, passava pelo reconhecimento mútuo entre a acção dos governantes e a concordância dos governados.

A questão central do SPN era o da identidade nacional. Essa identidade vai em grande parte ser definida pelo ideário do regime, pelas grandes verdades definidas, pelas certezas integradoras como “Deus”, “Pátria”, “Família”, “Trabalho” e “Autoridade”. Verdades presentes e divulgadas também a partir de um conjunto de cartazes que analisaremos pormenorizadamente neste trabalho.

O SPN encontra-se vinculado directamente à Presidência do Conselho. A sua acção é orientada interna e externamente.

Do ponto de vista interno era necessário incutir na sociedade portuguesa o ideário do regime, através da política de espírito levada a cabo, e tendo como principal mentor António Ferro, um jornalista apaixonado pelas ditaduras e exímio na execução deste projecto.

Integraram ainda o SPN várias personalidades, que não sendo nomes representativos do meio literário nacional, eram provenientes das vanguardas artísticas. Numa fase inicial definiram a ideologia salazarista que deveria ser divulgada e na qual se deviam enquadrar todas as obras literárias e artísticas. Foram criados prémios literários e patrocinadas exposições individuais e colectivas com o objectivo de afirmar esses valores.

O regime político impunha uma orientação clássica, defendendo a existência de um estilo próprio português, e os artistas ao serviço do SPN teriam de divulgar por todo o lado

“o “Bom Gosto”, na interminável busca dos trabalhos mais singulares e “pitorescos” da “raça humana”¹⁵³

Uma sequência de grandes acontecimentos, que se iniciava com a Exposição Internacional de Paris, em 1937 e culminava na Exposição do Mundo Português, em Lisboa, em 1940, concebeu-se um conjunto de aldeias apresentado como quadro típico da vida no campo, transformando o regional, o

¹⁵³ Jorge Ramos de Ó, *idem* ibidem, pp. 894-895

rural, no conceito fundador das práticas artísticas patrocinadas pelo salazarismo.

O SPN desenvolve ainda a sua acção como

“uma espécie de força auxiliar das Comissões de Censura”¹⁵⁴

permitindo o livre acesso dos funcionários do SPN nos espectáculos e reuniões públicas.

“Art. 7º Os funcionários do Secretariado da Propaganda Nacional, a quem para tal efeito sejam conferidos poderes especiais, têm livre entrada em todos os espectáculos e em quaisquer reuniões públicas que dependam de autorização administrativa.”¹⁵⁵

Do ponto de vista externo pretendia-se captar o apoio da opinião pública internacional, não só para o Estado Novo que se pretendia edificar, como ainda para o espaço colonial que dele faz parte

“Artigo 5º Compete essencialmente à secção externa :[...]

c) [...] elucidar a opinião pública internacional sobre a nossa acção civilizadora e de modo especial sobre a acção exercida nas colónias e o progresso do nosso Império Ultramarino [...]”¹⁵⁶

A grande preocupação centrava-se na imagem de Portugal, assim como do seu Império Colonial.

Em 1937, quando da participação de Portugal na Exposição Internacional de Paris, é mais uma vez reforçada a importância do Império Colonial

Art.2º[...]mostrar a contribuição portuguesa para a civilização do mundo, a obra e o pensamento políticos do Estado Novo, as realizações, os métodos e os ideais colonizadores portugueses, hoje e no passado [...]”¹⁵⁷

¹⁵⁴ Helóisa Paulo, *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil O SPN/SNI e o DIP*, Coimbra, Livraria Minerva, 1994, p. 75

¹⁵⁵ DL nº23:054, de 23 de Setembro de 1933, *Diário de Governo*, nº218, p.1675

¹⁵⁶ DL nº23:054, de 23 de Setembro de 1933, *Diário de Governo*, I Série, nº218, p.1675

A importância que reveste o contacto com o exterior e a necessidade de apoio internacional leva a tentativas de aproximação com diversos países. São traduzidas para inglês, francês, italiano, espanhol e alemão várias obras sobre os objectivos definidos pelo regime.

O SPN é acima de tudo um organismo centralizador da acção de controlo da informação no país, tendo entre as suas funções a repressão definida em vários decretos que o sustentam.

Pretende elevar o nível moral e intelectual da população portuguesa, exaltando e valorizando a sua individualidade nacional. Uma individualidade tendo por base o ideário do regime. A sua grande preocupação é a imagem do regime.

Em Fevereiro de 1944, o SPN passou a denominar-se Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo.

“Artigo único. O Secretariado da Propaganda Nacional, os serviços de turismo, os serviços de imprensa, em que serão integrados os serviços de censura, os serviços de exposições nacionais ou internacionais não atribuídos por qualquer providência especial a qualquer outro organismo e os de radiodifusão serão concentrados num Secretariado Nacional de Informação e Cultura Popular, dependente da Presidência do Conselho.”¹⁵⁸

Em decreto de 24 de Novembro de 1944 passa a ser designado por Secretariado Nacional de Informação (SNI) ¹⁵⁹ e é-lhe entregue a gestão dos Serviços de Censura.

Define novamente como prioridade

“Art.3º [...] 3ºElaborar estudos e efectuar publicações acerca dos diferentes aspectos da vida nacional, nomeadamente das realizações do Estado, e de quanto interesse à divulgação do carácter e do esforço do povo português no presente e no passado [...]”¹⁶⁰

¹⁵⁷ DL nº 26 730, de 27 de Junho de 1936, *Diário de Governo*, I Série, nº149, pp.722-723

¹⁵⁸ DL nº33 545, de 23 de Fevereiro de 1944, *Diário de Governo*, I Série, nº37, p, 149

¹⁵⁹ DL nº34 133, de 24 de Novembro de 1944 *Diário de Governo*, I Série, nº260, p, 1125

¹⁶⁰ Idem, *ibidem*, p, 1127

A principal intervenção do SPN era baseada numa política de restrição. A todos os níveis, desde a literatura, à imprensa, ao teatro, ao cinema, a todas as áreas artísticas. Todas as manifestações deviam enquadrar-se no ideário definido pelo regime.

No entanto a política cultural do Estado Novo nesta época não se reduzia apenas ao SPN/SNI. Era desenvolvida por outros organismos do Estado, sob a orientação de Salazar, o seu verdadeiro mentor. Em todas as áreas contava com a colaboração de muitos dos melhores criadores e intelectuais do tempo. Para além das câmaras municipais, cinco organizações do Estado possuíam uma acção de destaque.

O Ministério da Educação Nacional, em especial durante o ministério de com Carneiro Pacheco assumiu claramente uma função doutrinária no regime, como já foi referida anteriormente. É neste contexto que vão ser criados o conjunto de cartazes intitulados *A Lição de Salazar* e objecto de estudo deste trabalho.

O Ministério do Interior, por decreto de 29 de Julho de 1926, regula o exercício do direito de liberdade de imprensa.¹⁶¹

A partir de 1927 tinha ainda a seu cargo a censura à imprensa e aos espectáculos. Cabia-lhe ainda o licenciamento dos espectáculos e dos recintos onde estes se realizavam. Controlava o registo dos artistas, intérpretes e das empresas promotoras de actividades artísticas. Em 1940, a censura da imprensa e espectáculos passou a ser coordenada também pelo SPN, sendo integrada definitivamente no SNI em 1944, assim com as restantes áreas. Este Ministério passou a assumir uma função mais policial.

A Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT) foi criada em 1935 e ocupava-se dos tempos livres dos trabalhadores, assim como da sua formação cultural, de acordo com os valores do regime.

“ Artigo 1º É criada a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, que terá por fim promover por todas as formas ao seu alcance o aproveitamento do tempo livre dos trabalhadores portugueses por forma a

¹⁶¹, Decreto nº12:008, de 2 de Agosto de 1926, *Diário de Governo*, I Série, nº167, pp.905-906

*assegurar-lhes o maior desenvolvimento físico e a elevação do seu nível intelectual e moral.*¹⁶²

A FNAT vai ter uma grande acção de propaganda em ligação com o SPN e a Legião Portuguesa, assim como estreitas ligações com as organizações congéneres estrangeiras, nomeadamente a alemã, *Força pela Alegria* (Kraft durch Freude), cujos cruzeiros marítimos fizeram escala em Lisboa entre 1935 e 1937, assim como o movimento internacional Alegria e Trabalho, com sede em Berlim.

O objectivo era colocar o espaço dos tempos livres e dos lazeres sob a alçada do Estado Novo e da sua ideologia, assegurando desta forma o seu preenchimento com actividades culturais e lúdicas consonantes com a inculcação do ideário do regime.

O Comissariado Nacional do Emprego, criado em 1932, chefiado por Duarte Pacheco, de forma muito discreta, mas não menos eficaz, teve também um papel activo na promoção cultural, nomeadamente financiando a contratação de desempregados.

No que diz respeito ao SPN, mais tarde SNI, deve-se a António Ferro, ao longo de 16 anos a sua transformação numa verdadeira máquina de propaganda e controlo das actividades informativas, culturais e turísticas.

Nos primeiros anos, o SNP deu especial destaque a três áreas: a propaganda do ideário do regime, o turismo como meio de difusão da imagem de um país tranquilo, e a cultura popular como instrumento integrador das camadas mais desfavorecidas da população.

Após 1944, o SNI passa a dispor de novos meios. Para além da propaganda, começa a actuar no controlo e censura da informação divulgada pela comunicação social e com a inspecção das actividades culturais. O turismo perde uma parte da sua função ideológica, para se transformar na promoção de mais um destino para férias a preços acessíveis.

¹⁶² DL nº25:495, de 13 de Junho de 1935, *Diário de Governo*, I Série, nº134, p. 857

As preocupações económicas sobrepõem-se às de natureza ideológica. A cultura popular vai ser enquadrada no âmbito da etnografia, que se encontrava muitas vezes ao serviço também da promoção turística. O SNI que até aí privilegiara a população rural e o imaginário dirige-se agora para as camadas urbanas, nomeadamente as de maior rendimento e instrução.

Entre outras actividades, o SPN dedicava-se à produção de cartazes. Durante a direcção de António Ferro os cartazes tinham um cunho político e ideológico, como é o caso do Decálogo do Estado Novo, analisado mais à frente neste trabalho. Após o seu afastamento do SNP verificou-se uma certa perda de qualidade estética e de variedade e importância política dos cartazes editados pelo então já SNI.

O SPN, com uma dimensão predominantemente política, vai cumprir o propósito para que foi criado, sendo um instrumento muito útil no enaltecimento do Estado Novo e do seu Chefe, assim como uma oficina de doutrinação através do cartazes que produziu, dos livros e publicações que elaborou, pela radiodifusão, pelo cinema, pelo aproveitamento da artes, que colocou ao serviço do regime, sempre numa perspectiva nacionalista e conservadora.

4.2. A POLÍTICA DO ESPÍRITO

“O desenvolvimento premeditado, consciente, da Arte e da Literatura é tão necessário, afinal, ao progresso de uma nação, como o desenvolvimento das suas ciências, das suas obras públicas, da sua indústria, do seu comércio e da sua agricultura (...) A Política do Espírito (Paul Valery acaba de fazer uma conferência com o mesmo título) não é apenas necessária, se bem que indispensável em tal aspecto, ao prestígio exterior da nação: é também necessária ao seu prestígio interior, à sua razão de existir. Um povo que não vê, que não lê, que não ouve, que não vibra, que não sai da sua vida material, do Dever e Haver, torna-se um povo inútil e mal-humorado. A Beleza – desde a Beleza moral à Beleza plástica – deve constituir a ambição suprema dos homens e das raças. A literatura e a arte são os dois grandes órgãos dessa aspiração, dois órgãos que precisam

de uma afinação constante, que contêm, nos seus tubos, a essência e a finalidade da Criação. “

António Ferro (1932)¹⁶³

António Ferro vai ser escolhido por Salazar, em 3 de Outubro de 1933, para director do SNP. Jornalista de *O Século*, apoiante de Sidónio Pais, colega do Liceu Camões de Mário de Sá Carneiro, que o vai iniciar nas lides literárias e liga-lo ao *Orfeu*, autor de alguns livros publicados, entre os quais de poesia, casado com Fernanda de Castro.

Como jornalista de *O Século* é, em meados de 1921, convidado para dirigir a *Ilustração Portuguesa*, publicação que durante mais de vinte anos, retrata a sociedade portuguesa da época. Torna-se então assídua a colaboração de nomes como Almada Negreiros, Stuart de Carvalhais, Eduardo Viana, Fernando Pessoa, Jaime Cortesão, entre muitos outros.

António Ferro demonstra uma preocupação constante com a modernidade, com a renovação, com a inovação. Não concebe o pensamento sem acção e não apenas se interessa pelas novas manifestações de arte, como as dá a conhecer ao público, seu possível consumidor.

“Inseparável do movimento modernista, ele é interpretado na dissonância e no movimento renovador. A solução autoritária, por sua vez, proclamá-lo-á como ordem e equilíbrio interiores, mas para António Ferro significará sempre algo mais do que acção psicossocial despersonalizada pelos media”.¹⁶⁴

Cerca de um ano depois a *Ilustração Portuguesa* era uma revista mais moderna. António Ferro parte então para o Brasil onde permanece até 1923. Quando do seu regresso provoca um escândalo com a representação da sua peça *Mar Alto*, estreada no teatro São Carlos e imediatamente proibida pelo governador civil. A proibição mais tarde foi suspensa mas a peça não voltou à cena. Ingressa neste ano no *Diário de Notícias* e nos dez anos seguintes

¹⁶³ Fernando Guedes, ob. cit., p.63

¹⁶⁴ Raquel Pereira Henriques, *António Ferro, Estudo e antologia*, Lisboa, Publicações Alfa, Testemunhos Contemporâneos, 1990, p.9

dedica-se a realizar entrevistas a nomes importantes em várias áreas, como Mussolini, Primo de Riviera, Unamuno, Ortega entre muitos.

Em 1932, quando realiza as cinco entrevistas a Salazar, António Ferro já era um jornalista experiente, um escritor moderno, um homem de acção com ideias bem definidas, sabendo muito bem o que, no seu entender, era necessário e útil à sua Pátria. É um homem com o culto do Chefe, do chefe condutor de homens e de pátrias.

“[...] não quero esconder que simpatizo mais com as ideias quando elas se corporizam, quando essas ideias são homens, do que com as ideias simplistas que não passam do estado embrionário das palavras [...] o que me interessa como repórter, como espectador diante da cena do mundo, são os animadores, os homens de acção, os autores com teatro, os criadores de vida, de vida contemporânea. Interessou-me fazer uma viagem à volta das ditaduras porque me interessam os ditadores, porque os achei fotogénicos, porque Mussolini, Rivera, Kemal, são ou foram excelentes modelos de jornalismo de hoje, admiráveis protagonistas das reportagens vivas, flagrantes, que a nossa época exige. Aproximei-me deles, admirei-os e disse, claramente, a minha admiração, com a mesma imparcialidade e o mesmo calor com que posso louvar a boa construção duma personagem de teatro, esteja ou não de acordo com essa personagem”.¹⁶⁵

As entrevistas que fez a Salazar nos finais de 1932, publicadas no Diário de Notícias¹⁶⁶ vão, em 1933 ser editadas no livro *Salazar, o Homem e a Sua Obra*, com o prefácio escrito por Salazar

“Livro-manual para o Ano I do “Estado Novo”, está ao serviço da apologia do presidente do Conselho, o qual corporiza, no momento, a proposta de regeneração autoritária, nacionalista e corporativa. Com uma forma essencialmente didáctica, apresenta o primeiro corpo de doutrina

¹⁶⁵ António Ferro, *Prefácio da República Espanhola*, Prefácio dum prefácio, 1933, in Raquel Pereira Henriques, *António Ferro, Estudo e antologia*, Lisboa, Publicações Alfa, Testemunhos Contemporâneos, 1990, p.140

¹⁶⁶ As entrevistas a Salazar saíram entre 19 e 23 de Dezembro de 1932

*acessível ao grande público. O regime inaugurava a sua fase revolucionária, dispondo de um em conseguido instrumento de propaganda”.*¹⁶⁷

Quando António Ferro faz a definição física do ditador, define o que entende da acção política do mesmo, dando uma panorâmica do próprio regime, demonstrando ao mesmo tempo a admiração por uma figura emblemática que tenha a capacidade de transpor para o país a heroicidade que revela na sua própria figura. Segundo Ferro, estes são os iluminados, os chefes imprescindíveis, os novos Césares, os Desejados, os

*“grande [s] mestre [s] da política moderna”*¹⁶⁸

António Ferro confia abertamente não apenas nas qualidades humanas do ditador, mas acima de tudo no regime político que o chefe preconiza, ainda que de intervenção marcadamente autoritária. Refere a esse propósito

*“[...] a proibição exercida sobre certas actividades é legítima enquanto visar o bem da comunidade e da Nação, com todas as contradições que tais atitudes encerram”.*¹⁶⁹

É neste contexto, e depois de tudo aquilo que publicou como jornalista que em 1933 vai ser o escolhido por Salazar para a direcção do SPN.

Compromete-se a fazer a propaganda do ressurgimento nacional

*“Mais do que uma obra, cumpre-nos fazer a propaganda moral de uma obra”*¹⁷⁰

O Estado Novo procurava fortalecer-se e era necessário o maior número de apoiantes possíveis.

¹⁶⁷ Ernesto Castro Leal, *António Ferro Espaço Político e Imaginário Social (1918-1932)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994, p.50

¹⁶⁸ António Ferro, *Viagem à volta das Ditaduras*, Lisboa, Tipografia da Empresa do Anuário Comercial, 1927, p.74

¹⁶⁹ António Ferro, *D. Manuel II, O Desventurado*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1954, pp. 44-45

¹⁷⁰ “A resposta do director do SPN” in *Catorze Anos de Política do Espírito – Apontamentos para uma Exposição*, Lisboa, Edições SNI, Janeiro de 1948, p.21

A contribuição que Salazar pretendia que António Ferro desse para a obra de reconstrução nacional em curso era dar ao regime um conteúdo intelectual. De acordo com as palavras de António Ferro “dar à vida nacional uma fachada impecável de bom gosto.”

Os objectivos de Salazar ao criar o SNP eram muito claros. É de acordo com estes objectivos e no contexto de um Estado marcadamente ideológico que António Ferro desenvolve a sua actividade.

Para Ferro a propaganda assume-se como um meio mais educativo e formativo, que opõe a essência à aparência, a imaginação à superficialidade. O espírito vai unir-se à política auxiliando-a.

Em Fevereiro de 1934, cerca de seis meses após a sua nomeação para o cargo, no discurso da entrega dos primeiros prémios literários refere

“Política do Espírito não é apenas fomentar o desenvolvimento da literatura, da arte e da ciência, acarinhar os artistas e os pensadores fazendo-os viver numa atmosfera em lhes seja fácil criar. Política do Espírito é aquela que se opõe, fundamental e estruturalmente, à política da matéria. Política do Espírito, por exemplo, neste momento que atravessamos, não só em Portugal como no Mundo, é estabelecer e organizar o combate contra tudo o que suja o espírito. (...) Defender a Política do Espírito é combater sistematicamente, obra da vida ou obra de arte, tudo o que é feio, grosseiro, bestial, tudo o que é maléfico, doentio, por simples volúpia ou satanismo!”¹⁷¹

Estes prémios eram atribuídos a obras que se enquadrassem nos princípios defendidos e veiculados pelo Estado Novo.

É no apoio dado às artes plásticas que a acção de António Ferro foi mais intensa.

A festa e o concurso têm um objectivo formativo, pretendem ser lições de estética. São ainda um motivo para levar a colectividade a participar no processo político.

¹⁷¹ Fernando Guedes, ob. cit., p.24

A Política do Espírito não se resumiu apenas aos prémios literários definidos e aos salões de arte moderna. A sua acção era muito mais abrangente.

Em 1936 foi criado o Teatro do Povo, em 1937 e 1938, o nosso país esteve presente nas exposições internacionais de Paris, Nova Iorque e São Francisco, criaram-se postos fronteiriços de turismo e brigadas de turismo, foram criadas as Pousadas que vão dar um novo fôlego ao Turismo, foi a criação dos Bailados Verde Gaio, a criação das bibliotecas ambulantes, do Museu de Arte Popular, dos salões de Artes decorativas, o apoio dado às sociedades de recreio, muito populares na época, a criação das revistas *Atlântico* e *Panorama* e do boletim *Portugal*, com distribuição no estrangeiro, foi o destaque dado a visitas que personalidades estrangeiras fizeram a Portugal, como foi o caso de Miguel de Unamuno, Gabriel Mistral e T.S.Eliot, entre outros.

A Política do Espírito foi também a Lei de Protecção ao Cinema Nacional e os prémios cinematográficos. O SPN não participa apenas nos argumentos de algumas produções cinematográficas, como é ele próprio o produtor de muitas delas. Muitos dos filmes produzidos pelo SPN não têm apenas como finalidade o entretenimento, mas muitos dos documentários realizados têm um carácter informativo, um discurso totalitário, orientador das massas, pretendendo passar uma mensagem política. O filme *A Exposição do Mundo Português* (1941) é disso exemplo.

Foi ainda a acção de António Ferro como Comissário Geral da Exposição do Mundo Português e a realização do pavilhão “Portugal Hoje”. Foi a criação do Círculo Eça de Queiroz.

António Ferro pretendia com a sua acção educar e formar, conservando, no entanto os hábitos e tradições, uma vez que através destes se consolida a ideologia popular. Desejava-se também ocupar os tempos livres dos trabalhadores, assim como elevar o nível intelectual das cidades e vilas.

Dez anos após a constituição do SNP, António Ferro, num discurso que proferiu, em 26 de Outubro de 1943, por ocasião da homenagem que lhe foi prestada refere

“ergui a bandeira da Política do Espírito e transformei o Secretariado da Propaganda Nacional, facto talvez único na história administrativa de Portugal e de qualquer outro país, no organismo oficial da irreverência, se considerarmos irreverência a afirmação moral mas plena da personalidade do artista ou do escritor.”¹⁷²

A acção de António Ferro prolongou-se ao longo de dezasseis anos. Durante este período este homem desenvolveu e colocou em marcha uma verdadeira campanha que tinha como principal objectivo a introdução de alegria e de bom gosto na imagem austera transmitida pelo Governo, no “viver habitualmente” que Salazar definiu e destinou para Portugal. António Ferro foi um homem que viveu à frente no seu tempo, tentando aplicar as suas ideias modernas e futuristas a um Portugal rural. Tentou imprimir alma nas actividades artísticas que desenvolveu e que implementou. Sobre a sua acção referiu

“Fizemos muito? Alguma coisa? Nada? Não sabemos, sinceramente não sabemos. Temos apenas a certeza de que vamos envelhecendo, criando rugas, cabelos brancos neste desejo constante de ser novo, actual, de ser presente e até futuro...”¹⁷³

Entretanto terminara a Segunda Guerra Mundial, a Europa e o mundo tinham mudado e muito estava a mudar também em Portugal, sob a mão de ferro de Salazar.

No final de 1947, António Ferro deve ter sentido o futuro e que o seu cargo como director do SPN, agora SNI estava a chegar ao fim. Em Janeiro de 1948, apresenta uma grande exposição, que intitula “14 anos de Política do Espírito”, onde faz o balanço da sua actividade. No discurso da inauguração demonstra a sua convicção da importância da acção que tinha desenvolvido ao

¹⁷² António Ferro, *Dez anos de Política do Espírito*, Edição do Secretariado da Propaganda Nacional, [s.d.] p.17

¹⁷³ Fernando Guedes, ob. cit., p.31

longo desses anos e faz uma referência a todos aqueles criticaram as suas decisões

“É difícil, muito difícil, estabelecer às vezes o diálogo entre pessoas de mundos diferentes, entre aqueles que olham só para a superfície das coisas e os outros, aqueles que surpreendem a alma, o espírito através da máscara. Aliás, a questão, às vezes, nem sequer é de má vontade ou de inteligência mas de mentalidade, de subtilidade. (...) Instrução e civilização ou até instrução e cultura são palavras diferentes e nem sempre se juntam em pessoas indiscutivelmente de grande valor e até úteis à nação noutros aspectos.”¹⁷⁴

António Ferro, tal como Goebbels, na Alemanha de Hitler, teve a nítida percepção de como a cultura se poderia transformar num poderoso instrumento ao serviço do poder do Estado Novo. Vai então construir um discurso cultural onde os conflitos sociais são minimizados em detrimento dos grandes ideais nacionais. O Povo Português é incumbido de uma missão divina, de divulgar e defender os valores cristãos. O nosso Império Colonial é apresentado como exemplo.

As nossas aldeias e vilas habitadas e construídas, por pessoas trabalhadoras, pobres e felizes são apresentadas como um exemplo a outros países desenvolvidos e industrializados, mas onde domina a desordem.

A política do Estado Novo vai desenvolver a sua acção no sentido de restabelecer a "alma da pátria portuguesa" que os governos anteriores tinham tentado destruir.

A ordem pública e o equilíbrio financeiro eram apresentados como exemplos de um país que se aceita o que herdou no passado, mas destituído de desejos no presente. Era necessário valorizar o que se tinha e não ter grandes aspirações com o futuro. O objectivo do engrandecimento patriótico dos "valores nacionais" é feito no sentido da auto-contemplação do ser português, e do seu enaltecimento, e não no sentido de descobrir novas técnicas e novos saberes.

¹⁷⁴ Fernando Guedes, ob. cit., pp.30-31

A História de Portugal concebida por Salazar e posta em prática por António Ferro é no sentido da contemplação e exaltação dos nossos heróis e dos acontecimentos importantes vividos pelos portugueses. É nesse sentido que é definido um livro único.

António Ferro criou ao longo deste período uma estrutura burocrática e concebeu inúmeros programas culturais.

Toda a propaganda desenvolvida vai ser acompanhada por uma enorme produção de informação, destinada aos órgãos de comunicação e à Emissora Nacional. A produção editorial era vasta e em diversas línguas.

O turismo foi entendido como um meio de propaganda e de transmissão de uma imagem de um Portugal tranquilo e feliz.

No apoio às artes plásticas, cinema, música, dança, teatro, privilegiou essencialmente a atribuição de prémios, a encomenda ou compra de obras ou a produção de eventos em detrimento do apoio à criação de estruturas para a produção cultural.

A promoção cultural foi um dos grandes investimentos de António Ferro. Encontrava-se centrados essencialmente na cultura popular, na realização de romarias, arraiais e feiras, onde uma equipa de artistas procurava dar um cunho mais moderno, embora genuinamente populares.

As temáticas eram essencialmente regionalistas e historicistas e apesar das inúmeras obras encomendadas ou apoiadas pelo Estado Novo, nenhum criador, ideia ou obra cultural vai conseguir alcançar projecção além fronteiras.

A arte produzida em Portugal encontrava-se desta forma muito longe das grandes correntes internacionais.

Perante este facto muitos artistas passaram a defender que a cultura portuguesa não era compreendida noutras línguas. A especificidade da cultura portuguesa era compreendida apenas pelos portugueses.

O discurso da eficiência do modelo português, assente no corporativismo vai-se transformar no discurso das causas do atraso económico do país. Neste contexto, Salazar compreende que tinha que alterar o discurso do regime e mudar os mecanismos de controlo social. É no seguimento desta alteração de política cultural que António Ferro é afastado do cargo que até

então ocupava. Tornava-se necessário afastar o homem que criara e encarnara o modelo anterior. Em 1949 António Ferro é afastado do cargo que desempenhara desde 1933.

Como refere o seu filho, António Quadros

*“António Ferro foi, na sua acção, um homem só. Ele não foi apenas o criador e o orientador da Política do Espírito: ele foi a Política do Espírito. E a tal ponto que, desde a sua saída do Secretariado, nunca mais tal expressão [...] foi usada, defendida ou sequer modificada no seu conteúdo. Nasceu com António Ferro, morreu com António Ferro”.*¹⁷⁵

José Manuel da Costa vai ser o seu sucessor no cargo de secretário nacional de Informação. Na sua intervenção em 3 de Março de 1951 refere

*“Crente, patriota, soldado da Revolução, eu me comprometo perante testemunhas de tanta qualidade a que o Secretário Nacional da Informação sempre seja, como lhe cumpre, espelho fiel da doutrina, da acção, da presença, de Salazar na vida e na alma da Pátria e símbolo exacto dos valores eternos da Nação. dele não deixaremos que saia pensamento, palavra ou acto que negue Deus, os preceitos da Igreja, e as virtudes cristãs: que desfigure a imagem de Portugal confundindo o essencial da civilização e da cultura com o acessório das aparências brilhantes e enganosas; que traia os princípios da Revolução Nacional, deixando algumas vezes de ser, com orgulho e coragem, a primeira trincheira aberta “contra o erro, a mentira, a calúnia ou a simples ignorância”, quer no plano interno, quer no plano internacional”.*¹⁷⁶

É a Trilogia da Educação Nacional, Deus, Pátria e Família que aqui se encontra expressa, onde é visível o carácter formativo patente neste organismo e intrínseco nas palavras do seu novo director.

¹⁷⁵ António Quadros, prefácio à obra, publicada postumamente, de António Ferro, *Saudades de Mim – Poemas*, Lisboa, Livraria Bertrand, s/d, p. 29

¹⁷⁶ Secretariado Nacional de Informação, *Um Instrumento do Governo – 25 Anos de Acção* (1933 – 1958), Lisboa, Edições SNI, Outubro de 1958, pp.27-28

4.3. A Ideologia e a Educação

“...esta ciência em movimento vai-se formando
Em debate com ideologias, contra elas e servindo-se delas.”

Luís Reis Torgal¹⁷⁷

Educar implica sempre um objectivo, isto é, uma meta ou fim a atingir. Os objectivos educacionais não são mais que o reflexo da multiplicidade de concepções filosóficas e políticas, uma vez que a ideia que se tem das finalidades educativas resulta da ideia que se tem do homem e do seu destino. Existe desta forma uma interdependência entre o acto de educar e os fins e alvos. Os alvos sócio - políticos visados pelo currículo estão directamente ligados à função de reprodução da sociedade e aparecem sob diferentes formas. Uma dessas formas encontra-se relacionada com a questão de moldar ou formar a personalidade e o carácter das pessoas. Esta parece ser uma questão pertinente no período em estudo.

As finalidades da educação em geral, isto é, dos grandes alvos ou metas educacionais, ultrapassam, por vezes, o âmbito da pedagogia, uma vez que dependem do poder político. De época em época, mudam os fins da educação e as políticas educativas. Ao longo da história tem-se registado vários tipos de ensino de tendências ideológicas diferentes. Esta questão remete-nos para a constante interacção entre a sociedade e a educação.

Cabe ao poder político definir os grandes alvos da educação. Esta definição é feita de acordo com as suas orientações, o seu programa e a sua linha de orientação.

A relação entre educação e ideologia apresenta-se, de acordo com as épocas, como um fenómeno diluído e inconsciente e noutros, como no período em estudo, é um fenómeno vincado presente, e em muitos casos explícito. Educam-se as crianças para seguir determinadas orientações, para interiorizar valores definidos pelo regime, aplica-los e defende-los.

¹⁷⁷ Luís Reis Torgal, *História e Ideologia*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989,p.28

As ideologias têm desde sempre se entrelaçado com a História e em certos casos aproveitado a própria História para se afirmar.

Na perspectiva de Luís Reis Torgal ¹⁷⁸ a História define-se muito para além daquela que é produzida pelos historiadores. Entende este autor a história como memória e considera-a em toda a sua complexidade epistemológica e sociológica. A memória histórica é na sua perspectiva a consciência da história, apreendida colectivamente.

Originalmente, a noção de “ideologia” designava, conforme a crença materialista, apenas aquilo que sua etimologia indicava: uma ciência das ideias ou mais propriamente, o estudo científico das ideias.

Este termo foi criado por Desttut de Tracy, em 1798¹⁷⁹, no contexto de um movimento filosófico de feição empirista, cuja origem se encontra no sensualismo de Condillac, e que se difundiu em França em fins do século XVIII e começos do século XIX.

Em 1817, este autor referia

*“L'idéologie est une partie de la Zoologie, et c'est surtout dans l'homme que cette partie est importante et mérite d'être approfondie [...]”*¹⁸⁰

Tracy designava de ideologia a ciência que estuda as ideias como factos ou estados de consciência. Argumentou que as ideias resultavam das percepções sensoriais do mundo exterior à consciência, e não de raciocínios a priori. Nesta perspectiva, as ideias seriam o resultado da interacção entre os organismos vivos e o meio ambiente.

A ideologia aparece como um sistema de noções ou abstracções alheias à realidade prática, à experiência, aos factos reais e concretos.

¹⁷⁸ Luís Reis Torgal, ob. cit., p.20

¹⁷⁹ http://www.avizora.com/publicaciones/ciencias_sociales/textos/0064_ideologia_brumarista_n_apoleon_bonaparte.htm

¹⁸⁰ Desttut de Tracy, *Elémens d'idéologie*, Première Prtie, Troisième Édition, Paris, M^{ème} V^e Courcier, Imprimeur-Libraire, 1817, p. XIII

Karl Marx¹⁸¹ retoma este termo, mas numa perspectiva histórica e filosófica, atribuindo-lhe um sentido diferente. Opondo-se às filosofias de tipo contemplativo, preocupado com o problema da praxis social, Marx entende que não é a consciência dos homens que determina a sua existência, mas a sua existência social que determina a sua consciência. A base fundamental desta existência social encontra-se no complexo de relações materiais que definem a estrutura económica de uma sociedade num momento dado, sendo sobre ela que se constrói a estrutura jurídica e política e se configuram determinadas formas de consciência social. Encontrando-se dependente dos modos de produção da vida material e dos graus do seu desenvolvimento, a consciência evolui correlativamente a eles, o que significa que não é autónoma. Desta forma, a um dado tipo de estrutura económica corresponde um dado tipo de representações conscientes, que, sob formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, se constituem como ideologias, isto é como formulações teóricas dessas “representações colectivas”, que Marx revelou encontrarem-se veiculadas, no seu processo histórico, a certos grupos, classes sociais ou partidos que as utilizam como instrumentos de domínio em determinados complexos sócio - económicos.

Este termo foi utilizado por Engels e Marx para qualificar os pensamentos tomados enquanto entidades independentes da realidade material, enquanto juízos puramente especulativos, tais como os sistemas de filosofia e a religião.

Engels, mais adiante, atribuiu um outro significado à noção de ideologia e ela passou a compreender todos os motivos falsos ou aparentes, todas as concepções ilusórias (“falsa consciência”) que concorriam para ocultar do próprio sujeito as suas condições materiais e as contradições sociais em que este se encontrava.

No século XX a palavra ideologia significa o “conjunto de convicções filosóficas, sociais, políticas de um indivíduo ou grupo de indivíduos”(Houaiss) designando um pensamento doutrinário, sectário, parcial, dogmático.

¹⁸¹ Karl Marx; Friedrich Engels, *A ideologia alemã*, Lisboa, Editorial Presença, 1974

É de referir ainda os estudos de José Madureira Pinto¹⁸² e de Armando Castro¹⁸³ sobre este conceito. E a contribuição dada por Sedas Nunes¹⁸⁴.

Segundo Luís Reis Torgal a ideologia descreve-se sobretudo pelos objectivos e pela estratégia de “reprodução”. Uma ideologia é entendida como um sistema de representações – ideias, imagens, mitos, valores, práticas – que se procura impor, “convencendo”.

Existem diversos pontos de vista e definições, quando nos referimos ao conceito de ideologia. Nesta reflexão, debruçamo-nos em particular sobre a sua influência ao nível da História. Muito embora o historiador deve procurar que a sua ciência seja válida, objectiva, imparcial e desta forma manter algum distanciamento em relação à “história ideológica”. Não quer isto dizer que o historiador não deva ter consciência de que as ideologias muitas vezes penetram na sua ciência, e em determinadas épocas a atravessem e a condicionam, como foi o caso do período do Estado Novo.

O historiador deve procura construir com rigor a sua ciência. No entanto, no seu discurso, o historiador não deixará de sofrer influências ideológicas. Uma vez que se encontra enquadrado num determinado contexto social, num determinado tempo e espaço com características particulares e especificidades.

As ideologias são estruturas coerentes de representações, que supõem interesses próprios e que, além da sua tendência reprodutiva e, em certos casos, totalizante, têm uma enorme elasticidade, criando, por vezes, num processo de luta contra outras ideologias, de recuperação do seu espaço de reprodução.

Durante o Estado Novo procuravam-se combater as “ideologias partidárias” em nome dos “princípios universais” e indiscutíveis, que constituem os elementos basilares de um forte sistema ideológico.

A relação entre a ideologia e a educação é muito complexa e pode assumir diferentes formas consoante a época a que nos referimos.

¹⁸² José Madureira Pinto, *Ideologias: inventário crítico de um conceito*, Lisboa, Presença – G.I.S., 1978

¹⁸³ Armando de Castro, “Para a teoria das ideologias”, in *Revista de História das Ideias*, nº8, O Sagrado e o Profano, Coimbra, 1986, pp. 613-

¹⁸⁴ A. Sedas Nunes, *Questões preliminares sobre as Ciências Sociais*, Lisboa, Presença, 1987

Luís Reis Torgal fala-nos em “ideologia social” referindo

“ o complexo de relações entre ideologia e história apresenta-se-nos mais simplesmente configurável, na acepção que vínhamos a abordar – isto é, no domínio da “ideologia social” – nas sociedades de “partido único” e, assim de “ideologia única”, onde impera o “espírito de sistema”, ou nas sociedades que acabaram de sair dessa situação ou que estão em evolução dentro do “sistema”, ou, nas sociedades que romperam com domínios “coloniais” e “neo-coloniais” ou no seio das “oposições” que lutam contra as ideologias dominantes.”¹⁸⁵

É isto que se verifica em Portugal, durante o Estado Novo. Neste período a historiografia universitária desenvolvia investigações de tipo “metódico”, “narrativo” e “documentalista”, de carácter pretensamente “não ideológico”, escolhendo especialmente temas ligados à Idade Média, considerada pelo Governo como a época áurea de formação da “Nação Português”, profundamente ligada ao Cristianismo, e na época moderna até ao Marquês de Pombal, em que se situavam os Descobrimentos, marco da construção do “Império”, e a “Restauração, símbolo, não apenas da recuperação da Independência, mas também da “verdadeira cultura nacional e tradicional”. Durante este período, o Governo assumiu, ao nível da comemoração, da divulgação e do ensino da história, claras posições de uma história ao serviço de um ideal, ou poderemos dizer de uma ideologia.

O duplo Centenário da Fundação da Nacionalidade e da Restauração, ocorrido em 1940, é um exemplo emblemático da história passado ao serviço da história presente. Esta comemoração pretendia reforçar a ideia de um Estado forte, coeso, uno, corporativo, nacionalista, cristão, imperial, sem diversidades partidárias.

Era também através destas comemorações, em que exaltava a Pátria e se difundia os valores e ideais defendidos, que a ideologia do Estado Novo chegava aos portugueses.

¹⁸⁵ Idem, *ibidem*, p. 31.

Existiam vários canais através dos quais o Estado Novo fazia passar a sua mensagem. Os manuais, através do livro único, o cinema, a criação de bibliotecas nas Casas do Povo e Recriações Culturais, os cartazes, hinos, canções histórico - patrióticas, entre outros são disso exemplo.

Neste trabalho iremos proceder à análise pormenorizada de um conjunto de cartazes intitulado *A Lição de Salazar* que são um bom exemplo de como se pretende utilizar a imagem para transmitir uma ideologia.

Todos estes canais são reveladores dos mecanismos de reprodução de uma consciência histórica fabricada ideologicamente, que tinha no ensino da História, a nível primário, secundário e até superior, um dos seus mais importantes aparelhos.

Os programas e as directrizes de ensino eram muito explícitas e visavam incutir nos alunos, futuros cidadãos os ideais do regime. Muito comum foi neste período a veneração de figuras nacionais, em que se exalta a Pátria e que se apresenta como exemplo os feitos importantes levados a cabo pelos nossos antepassados. O Estado Novo serviu-se e recorreu frequentemente ao passado para reforçar e como fundamento dos seus ideais.

As práticas de doutrinação, visíveis numa série de aspectos como a afixação de frases nas salas de aula, como já referimos anteriormente, na escolha dos currículos das várias disciplinas impregnados do ideário nacionalista, na imposição do livro único, na escolha e disposição do material didáctico, assim como a afixação do crucifixo nas salas de aula, na organização física do espaço, foram uma constante desde o Estado Novo.

As preocupações com a formação moral dos alunos atravessam todo o currículo escolar, com especial destaque para as disciplinas de História e Português, assim como as actividades de Canto Coral, de Educação Física e de Trabalhos Manuais. O objectivo era a criação de condições que imponha como naturais certos princípios que mais não são que uma construção ideológica. A força doutrinal do Estado Novo define-se pela capacidade de identificar e de se apropriar de valores atemporais, socialmente partilhados.

Por outro lado através de disciplinas como a Educação Moral e Cívica reafirmam-se os princípios éticos e morais da doutrina cristã, sobre os quais se alicerça o regime.

O caso do ensino da História, em particular da História nacional

“constitui um lugar particularmente sensível das políticas educativas, visto que é através dele que primordialmente é veiculada uma memória colectiva às novas gerações.”¹⁸⁶

Os programas pedagógicos apresentados nos livros escolares apresentam na sua generalidade um conjunto de saberes considerados pelos governos vigentes úteis para a formação/formatação dos cidadãos. Esta foi uma das estratégias de transmissão da memória nacional.

Quer na disciplina de Português, quer na de História dão-se destaque às biografias de grandes heróis personalidades que se apresentam como modelos a seguir. A doutrinação nacionalista e corporativista alargava-se a várias disciplinas do curso liceal, estabelecendo e legislando mesmo essa questão a todos os professores

“Art. 24 Além dos deveres gerais dos funcionários, o professor é, em todas as circunstâncias, obrigado a uma actividade formativa do espírito nacional e contínuo aperfeiçoamento pedagógico, sob pena de suspensão e procedimento disciplinar.”¹⁸⁷

Art. 33 O professor [...] ao ensino o sentido colonial e corporativista.”¹⁸⁸

No entanto como refere François Furet não é possível saber em que medida o dever implícito num discurso

“é aceite, obedecido, interiorizado pelos homens.”¹⁸⁹

¹⁸⁶ Sérgio Campos Matos, “O utranacionalismo da memória institucional”, *Portugal Contemporâneo*, Direcção de António Reis, Publicações Alfa, Lisboa, vol. 4, 1990, p.339

¹⁸⁷ Decreto-lei nº27:084, 14 de Outubro de 1936, *Diário do Governo*, I Série, número 241, p.1240

¹⁸⁸ Idem, *ibidem*, p. 1241

O Estado Novo utiliza a escola como um instrumento de controlo das práticas familiares e sociais, em especial através dos serviços de saúde escolar, assistência social e Mocidade Portuguesa, que controlam os costumes sociais e os hábitos familiares nomeadamente de alunos provenientes de classes mais desfavorecidas.

“A glorificação nacionalista da família exige uma fiscalização apertada da vida no lar.”¹⁹⁰

Esta fiscalização, este controlo era feita pelas vivências corporais, higiénicas, morais e sociais das crianças em idade escolar, através das quais se tomava conhecimento de todo o seu quotidiano familiar.

O Estado Novo encontra formas internas e eficazes de legitimar o seu poder, não necessitando desta forma de fontes externas de legitimação. Esta questão leva a um distanciamento com os movimentos educativos de outros países. Vai então fazer-se sentir neste período um empobrecimento do tecido educacional, uma vez que as redes internacionais de circulação de ideias e de produção de práticas são excluídas atendendo em que poderiam prejudicar a afirmação da pedagogia nacionalista e conservadora que se pretendia impor.

De acordo com António Nóvoa a pedagogia nacionalista exprime-se em duas áreas:

- por um lado elabora-se um discurso abrangente, moralizante, projectando de fora para dentro do campo educativo um conjunto de regras de comportamento e de normas sociais. Uma pedagogia de enquadramento, bem visível na acção da Mocidade Portuguesa, vocacionada para uma integração totalizante da juventude;

- por outro lado destacam-se os meios e as técnicas de ensino, relegando para segundo plano uma reflexão pedagógica mais profunda. Uma

¹⁸⁹ François Furet, *A oficina da História*, Lisboa, Gradiva, Colecção Construir o Passado 8, [s.d.], p.95

¹⁹⁰ António Nóvoa, “Política de educação”, in *Dicionário de História de Portugal*, Coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. VIII, Suplemento F/Z, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 595

pedagogia metodológica, presente nos programas de formação de professores e na produção de obras sobre didáctica geral e especial.

Produz-se uma cultura pedagógica que coloca as desigualdades de uma forma natural, legitimando desta forma as práticas de discriminação social.

Durante o Estado Novo a instrumentalização do ensino é muito explícita.

Actualmente e após o 25 de Abril de 1974, com a influência da História Nova, com o reforço da História cronológica, e com um enorme destaque para a entrada de Portugal na União Europeia, a História vai virar-se para a Europa e a sua importância a nível mundial.

A verdade é que a ideologia e a educação encontram-se entrelaçadas. Apenas mudam os ideais e os contextos temporais.

Neste período o ensino da História foi essencialmente de carácter narrativo e descritivo, centrada na figura dos reis e das grandes personagens, veiculando um discurso ideológico.

Um dos aspectos mais relevantes da ideologia do Estado salazarista foi o corporativismo, a concepção de um Estado onde se encontravam harmoniosa e organicamente representados os interesses económicos, sociais e morais das diferentes camadas da população, numa coexistência de consenso possibilitada permitida pela polarização comum em torno do engrandecimento da Pátria.

O Estado Novo centrava todo o seu programa em torno da “causa nacional”, proclamando a necessidade de restaurar a “alma da Pátria”, após o período da 1ª República. A exaltação patriótica desdobrava-se na apologia dos “verdadeiros valores nacionais”, contidos nos hábitos e costumes do povo, dum povo que se mitificava e idealizava.

Uma das grandes preocupações do Estado Novo foi revelar-se como defensor de uma autoridade firme.

O Estado Novo apresenta uma imagem negativa do liberalismo e da República, e realça factos passados, quer no que diz respeito à fundação da nacionalidade como à época dos Descobrimentos, enaltecendo os feitos de algumas das personagens mais conhecidas da nossa História, como D. Afonso Henriques e o Infante D. Henrique. Ao nível dos manuais de História, do curso

complementar, encontramos algumas imagens das grandes figuras da História de Portugal, apresentadas como heróis e exemplos a seguir, enaltecendo sempre o nosso passado histórico.

A ideologia do regime salazarista foi reproduzida e divulgada através de uma rede eficaz de aparelhos, de dispositivos de propaganda criados pelo Estado Novo.

A utilização das imagens presentes nos cartazes de divulgação é disso exemplo.

CAPÍTULO 5. A LIÇÃO DE SALAZAR

5.1. ICONOGRAFIA DO ESTADO NOVO

Durante o Estado Novo foram várias as formas que o regime encontrou de divulgar os seus ideais através da iconografia¹⁹¹.

No que diz respeito à representação do Chefe, quer ao nível da pintura, escultura e fotografia, o grande objectivo era apresentar à população uma imagem positiva, elogiosa, laudatória, exaltando e valorizando a sua figura. Todos quiseram deixar de Salazar uma imagem positiva,

*“de chefe sereno, firme, cristão, clarividente, decidido, etc., em suma, de um “sábio” que exerceria, como disse António Ferro em Paris, ao inaugurar o pavilhão português da grande Exposição Universal de Paris em 1937, uma “ditadura do professor, uma ditadura da razão”.*¹⁹²

Não pretendemos com este trabalho fazer uma análise do sentido e intencionalidade das imagens de Salazar, relacionadas com o Estado Novo, e

¹⁹¹ Entendida como o estudo descritivo da representação visual dos símbolos e imagens tal como se apresentam nos quadros, gravuras, estampas, medalhas, efígies, retratos, estátuas e monumentos de qualquer espécie, sem levar em conta o valor estético que possam ter (Houaiss)

¹⁹² João Medina, “Iconografia Salazarista”, in *Dicionário de História de Portugal*, Coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. VIII, Suplemento F/Z, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 205

que nos foram deixadas por artistas, pintores como Henrique Medina (1901-1988), Dordio Gomes (1890-1976) e Eduardo Malta (1900-1967) e escultores como Francisco Franco (1885-1955), Leopoldo de Almeida (1898-1975), António Duarte (1912-1988) e Barata Feyo (1899-1990), todos eles simpatizantes do regime.

Apresentamos apenas a título de exemplo o busto e a estátua de Salazar, da autoria de Francisco Franco, mais tarde promovido a escultor oficial do Estado Novo.



Fig. 3 - Francisco Franco esculpindo Salazar sob o olhar de António Ferro (1934)



Fig. 4 - Busto em bronze de Salazar com insígnias doutorais da autoria de Francisco Franco (1934)

Este busto

“apresenta-nos um Salazar interiorizado, pensativo, com a cabeça ligeiramente inclinada para a frente, como que sopesando os problemas transcendentais, as agruras e as dificuldades do cargo de dirigir um país e ter de resolver os espinhosos problemas da política nacional, e respira uma muito especial visão calmamente apologética do chefe português”¹⁹³

¹⁹³ João Medina, “Iconografia Salazarista”, in *Dicionário de História de Portugal*, Coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. VIII, Suplemento F/Z, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 211



Fig. 5 - Estátua em bronze representando Salazar de toga, capelo e borla, da autoria de Francisco Franco, que esteve no palácio foz de 1959 até 1974¹⁹⁴

Todas estas obras pretendiam não apenas a exaltação da figura de Salazar, apresentando-o como o Chefe, mas ainda as virtudes do regime. No entanto, segundo João Medina

“só uma pequena fracção da arte oficial – ou oficiosa – cultuou directamente o Chefe do Estado Novo ou glorificou de forma explicita o seu ideário político- social”.¹⁹⁵

¹⁹⁴ José Barreto, *Salvador da Pátria apreendido pela polícia*, http://malomil.blogspot.pt/2012/03/este-postal-ilustrado-de-1935_23.html
Réplica da que foi exibida na Exposição Internacional de Paris (1937), na de Nova Iorque (1939) e na Exposição do Mundo Português (1940). Outra réplica encontrava-se no Liceu Salazar, em Lourenço Marques e, segundo o historiador João Medina, foi dinamitada pouco antes da independência de Moçambique

¹⁹⁵ João Medina, “Iconografia Salazarista”, in *Dicionário de História de Portugal*, Coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. VIII, Suplemento F/Z, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 1999, p.211

No que diz respeito à emissão do primeiro selo postal adesivo (fig.6), da autoria de Álvaro Lucas, com o rosto de Salazar surgiu só, em 1971, após a sua morte. Apresentava três valores – de 1, 5 e 10\$00. Salazar está aqui representado de perfil, de cara virada para a esquerda, aparentando já alguma idade. Encontramos ainda a indicação da data do seu nascimento e da sua morte.



Fig. 6 - Selo postal adesivo com a imagem de Salazar

A imagem de Salazar na pintura oficial, da autoria sobretudo de Dordio Gomes, Eduardo Malta e Henrique Medina, pretendeu retratar o Chefe como um homem calmo, reflectido, concentrado, um homem de gabinete, como na realidade era, um professor centrado no seu trabalho, que preparava cuidadosamente os seus discursos, com pose doutoral e que os transmitia aos seus seguidores atentos. Foi retratado como um homem solitário e isolado, fechado no seu mundo, na sua concha

“[...] estas formas ingénuas de projectar uma imagem mítica, ainda que simplista, do nosso ditador completam de modo expressivo o tipo mesmo da mitologia e de iconologia que o regime da Ditadura estimulava, acarinhava”.¹⁹⁶

¹⁹⁶ João Medina, “Iconografia Salazarista”, in *Dicionário de História de Portugal*, Coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. VIII, Suplemento F/Z, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 211

No que diz respeito às fotografias oficiais de Salazar eram, na sua maioria da autoria de San Payo, de nome próprio Manuel Alves (1890-1974) natural de São Paio, cineasta que acabaria por se dedicar ao retrato fotográfico. Era este autor da maior parte das fotografias que Salazar oferecia com dedicatória aos seus admiradores.

O objectivo principal do nosso estudo é, no entanto, a análise pormenorizada dos sete cartazes que compõem *A Lição de Salazar* e outros dois documentos iconográficos, um de propaganda política do Estado Novo: o *Decálogo* do Estado Novo e um postal, da autoria de um particular em que Salazar se apresenta como o Salvador da Pátria.

Estes cartazes dizem respeito ao período de edificação e implementação do Estado Novo, entre 1933-1949.

Faremos inicialmente uma breve contextualização do seu aparecimento e da importância do cartaz como veículo de transmissão da ideologia salazarista, tendo em conta as suas características técnicas e a sua evolução ao longo do tempo.

O ano de 1933 é o ano em que é aprovada a Constituição, promulgado o Estatuto do Trabalho Nacional, criadas as primeiras organizações corporativas e proibidos os sindicatos livres, oficializada a censura, publicada a Carta Orgânica do Império Colonial Português, iniciadas as emissões regulares da Emissora Nacional.

O período entre 1933 e 1949 corresponde à implantação e consolidação do regime, correspondendo à fase de maior e mais prolongada estabilidade do Estado Novo, marcada por uma grande “pureza” doutrinária do qual os cartazes são um nítido reflexo, como também abarca a sua primeira crise ocorrida por influência da conjuntura da Segunda Guerra Mundial.

Uma das questões que se levantaram com este trabalho é tentar saber até que ponto o Estado Novo terá compreendido a importância do impacto social, político, mental que poderiam ter os cartazes, o que significa perguntar até que ponto o Poder compreendeu que partido poderia tirar das condições

técnicas desse meio de comunicação que é o cartaz. Até que ponto o poderia transformar num instrumento de poder?

A origem do cartaz impresso remonta o séc. XV, posteriormente à invenção da imprensa tipográfica por Gutenberg, por volta de 1436.

“ O primeiro cartaz conhecido intitula-se “Grande Perdão de Nossa Senhora” e foi impresso em 1492. Este cartaz pretendia mobilizar as populações para uma manifestação religiosa na cidade de Reims”.¹⁹⁷

Ao longo dos anos, nomeadamente a nível técnico, o cartaz tem vindo a sofrer muitas alterações, embora o seu principal objectivo, de divulgação de uma mensagem tendo como principal suporte a imagem, se tenha mantido. O cartaz, como o conhecemos actualmente surgiu depois da invenção da litografia, descoberta por Alois Senefelder, em 1789, no séc. XVIII. Esta técnica vai tornar mais económica e menos demorada a impressão do cartaz, levando ao aumento das suas tiragens. Este novo processo vai ser, ao longo do séc. XIX utilizado pela imprensa e permitir um aumento das tiragens, economizando os custos. A cromolitografia descoberta por Godefroy Engelmann em 1827, já no séc. XIX, vai permitir a introdução de cor naquele tipo de impressão. O cartaz afixável, de grandes dimensões e colorido vai ser reproduzido em grandes quantidades graças à litografia. Com a utilização da técnica cromolitográfica a partir os anos oitenta e noventa do séc. XIX, a imagem passa a ser dominante em detrimento do texto, que até aqui tivera grande destaque.

“[...] as imagens de uma riqueza formal extraordinária exigiam da parte do observador uma leitura exigente e demorada, disposta a decifrar o volume intenso de pormenores que exista em cada cartaz.”¹⁹⁸

¹⁹⁷ Rui Estrela, *A Publicidade no Estado Novo*, vol. I (1932- 1959), Lisboa, Colecção Comunicando, 2004, p.57

¹⁹⁸ Maria Alice Samara, Tiago Baptista, *Os cartazes na Primeira República*, Lisboa, Edições tinta-da-china, 2010, p.10

O cartaz ao longo do tempo vai desenvolver uma linguagem gráfica específica, tornando-se a imagem cada vez mais importante, tentando afirmar-se na capacidade de comunicar uma ideia. O cartaz vai ganhando cada vez mais relevância como meio de comunicação de uma nova linguagem artística, assim como um novo modo de observar e apreciar a sociedade moderna. O cartaz vai ser utilizado simultaneamente como meio de transmissão de informação e como meio de expressão plástica.

No início do séc. XX, o grande desenvolvimento, em Portugal, das técnicas de impressão tipográfica, contribui para uma maior difusão do cartaz. A imagem, em grande parte dos casos dominava a concepção do cartaz e era muitas vezes concebida pelos pintores e artistas da época.

O cartaz é entendido como um meio de comunicação com condições técnicas favoráveis à eficácia propagandística, um vez que é um objecto público que se impõe ao olhar, ao destacar-se com nitidez do material que o suporta, como por exemplo a parede, no qual é afixado, ao combinar o elemento texto (texto esse que se socorre por vezes da dinâmica da combinação de cores e tamanhos diferentes de letras, ou seja do ponto de vista gráfico pode recorrer a várias combinações de letras e tamanhos...), com as formas e cores da imagem.

O cartaz apresenta-se como um estímulo visual, e oferece a vantagem de veicular, em regra, uma mensagem relativamente breve, de leitura rápida, visando despoletar no receptor uma reacção imediata de adesão ou rejeição à sua mensagem.

O texto, para além de fornecer um certo número de ideias – chave a reter pelo receptor, começa a funcionar segundo a lógica do cartaz entendido enquanto imagem. Passa a ser texto para ser visto.

Consideramos importante a análise, ainda que breve, das características técnicas do cartaz, da sua linguagem específica, para compreendermos melhor a apropriação e o uso que o Estado Novo fez deste meio para fins políticos. O cartaz era nesta época um meio de comunicação inovador e de certa forma considerado eficaz.

Em Portugal, no início da década de 30 o cartaz não distinguia, ainda, as condições de uma exposição interior (*indoor*) de uma exterior (*outdoor*). O mesmo cartaz tanto poderia ser exposto em espaços exteriores como no interior de lojas, cafés, teatros, cinemas, grandes armazéns, entre outros. Por outro lado o desenvolvimento das infra-estruturas, especialmente as estradas e os meios de transporte encontravam-se numa fase inicial, sendo que a publicidade exterior se encontra-se em particular nos grandes centros urbanos e nas zonas mais movimentadas. A afixação de cartazes exteriores encontrava-se ainda condicionada pelo clima, dado que o mau tempo, especialmente a precipitação deteriorava-os, uma vez que não tinham qualquer tipo de protecção ou impermeabilização, consequência das limitações técnicas existentes na época. A afixação fazia-se preferencialmente na Primavera e no Verão.

Neste período surgem os cartazes feitos em madeira e depois pintados à mão com tintas à prova de água. Mais caros, pelas dificuldades de fabrico e de execução, são produzidos em número reduzido e com objectivos específicos. Têm, no entanto maior durabilidade. Não se danificam facilmente, como aqueles feitos em papel, são de fácil transporte e permitem um maior tempo de exposição.

Nos anos 30 em Portugal, o maior anunciante em cartazes era o Estado. Através dos seus ministérios, como é o caso dos cartazes em estudo, financiava campanhas que visavam objectivos específicos de acordo com áreas. Todos eles defendiam os produtos nacionais, pretendendo desenvolver a economia portuguesa, diminuir a dependência externa e promover o turismo. Estas campanhas vão ser responsáveis pela produção de um número considerável de cartazes nas décadas de 30 e 40. Estes cartazes eram, na sua maioria destinados a uma exposição *indoor*, em câmaras municipais, cantinas, estações ferroviárias e rodoviárias, repartições públicas, hospitais e escolas, o caso que nos interessa particularmente. Estes cartazes vão ainda subsidiar muitos dos artistas da época, entre os quais destacamos Almada Negreiros, um dos vultos mais importantes do modernismo em Portugal, Martins Barata o autor da *A Lição de Salazar*, Stuart Carvalhais, entre outros, escolhidos pelo

SPN, um dos principais produtores e divulgador destes cartazes. Estes artistas eram muitas vezes os mediadores de uma mensagem que o Estado pretendia transmitir, ditando e definindo a mensagem e que estes deveriam ilustrar da forma mais precisa.

O cartaz vai ser um dos principais meios de divulgação escolhido pelo Estado Novo para apoiar as suas campanhas económicas-políticas. A propaganda salazarista, ao contrário do que tinha acontecido durante a Primeira República vai ser feita através da imagem. O cartaz político durante a Primeira República vai dar primazia ao texto sobre a imagem. Durante o Estado Novo passa-se o inverso. A leitura pública é por outro lado o que vai definir e legitimar a função do cartaz. É idealizado e concebido para ser divulgado ao maior número de pessoas possível. O cartaz é utilizado para mobilizar a população para uma determinada acção e comportamento, para orientar a sua conduta. A *Lição de Salazar* vai apresentar, utilizando sempre a mesma imagem, uma comparação entre o presente de ordem, de progresso e de desenvolvimento em contraponto do passado caracterizado pela desordem financeira, económica e social. Este conjunto de cartazes tem inerente uma mudança de atitude pretendendo induzir a população para uma doutrina. O país vai ser promovido através de um conjunto de imagens, tendo como suporte o cartaz, utilizado para fins políticos. As imagens difundidas são portadoras de um sistema de valores, de uma ideologia.

É neste período que o Estado mais investe na divulgação da sua ideologia baseado na sua trilogia de valores, nomeadamente Deus, Pátria e Família como analisámos pormenorizadamente no nosso trabalho. A intenção do governo era fomentar e transmitir uma ideologia nacionalista e cristã inculcando-a na população e não um apelo ao consumo. O cartaz é o veículo escolhido para fazer chegar à população as grandes verdades defendidas pelo regime, o ideário do Estado Novo. O cartaz de propaganda vai ser o veículo de divulgação do regime, integrando-se nos objectivos propagandísticos do Estado Novo. O cartaz vai, na década de 30, difundir a mensagem política de Salazar, nomeadamente a nível do ensino, uma vez que pretende modificar e moldar a comunidade escolar através, entre outros meios, como os manuais

escolares, dos cartazes que coloca nos interior das salas de aula, que sintetizam através da imagem e de palavras-chaves ou pequenos textos a mensagem que se pretende passar. O cartaz é o suporte adequado para transmitir ideias bem precisas, que rapidamente chegam à população, ainda mais que a maior parte dela era analfabeta. As imagens deveriam ser bem explícitas e os textos, frases ou apenas algumas palavras, curtos e de fácil memorização. O cartaz assume-se como um meio de comunicação rápido, informativo e simultaneamente atractivo.

“[...] o cartaz, enquanto meio passível de ser reproduzido só ganha a sua verdadeira dimensão juntos do público que o contempla”.¹⁹⁹

Até que ponto o Estado Novo recorreu ao cartaz e à propaganda para legitimar o seu poder? É uma das questões que colocamos no decorrer deste trabalho.

A análise dos cartazes permitem ver como o Estado Novo tirou proveito das condições e linguagem específicas do cartaz, enquanto meio de comunicação, de uma forma até então não realizada, entre nós, no que respeita à propaganda política.

Procuramos encontrar na linguagem específica do cartaz os mecanismos de poder através dos quais o Estado Novo investiu neste meio de propaganda.

Que discurso elaborou ao longo dos cartazes aqui considerados na justificação de um novo espaço político e ideológico para si mesmo?

A marca fundamental do discurso destes cartazes é dada pelo uso da negação. Recorrem à categoria da contraposição com uma outra realidade.

Muitos dos cartazes do Estado Novo apresentam acontecimentos que mostram e reforçam a desordem vigente durante a Primeira República. Apela à recordação de acontecimentos desordeiros da Primeira República, destinado

¹⁹⁹ Pedro Miguel Aparício Alves Rosa, *O Cartaz de Propaganda do Estado Novo 1930/1940*, Tese de mestrado em Teoria da Arte, apresentada à Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, exemplar fotocopiado, 2000, p.46

a reactivar a memória das pessoas, pretendem fazer com que as informações e impressões representadas como passadas se tornem de certa maneira actualizáveis, sendo o passado sujeito a uma (re)leitura em função do presente do Estado Novo.

O Estado Novo encontra a sua mais profunda razão de ser na restauração dos valores da nacionalidade.

Ao colocar o destaque na negação, o discurso do Estado Novo radicaliza-se, pois necessita, sobretudo numa fase em que o regime se está ainda a estruturar, de afirmar indiscutivelmente o seu espaço político e de demonstrar a necessidade da sua vigência. Esta passa, em grande medida pela questão da ordem pública, aparecendo a desordem sócio - política, ao longo de muitos dos cartazes, como característica principal da inoperacionalidade da Primeira República. A ordem pública tida como possível devido ao Estado Novo, pode ser vista como um argumento de consenso, capaz de suscitar e de consagrar o apoio de diferentes sensibilidades sócio-políticas do regime.

O Estado Novo pretendia a instauração de um Estado forte, capaz de proceder à desarticulação do movimento e organizações operárias e de criar alternativas políticas aos mecanismos de exercício de poder do Estado liberal.

Esta questão da (des)ordem pública é tanto mais importante quando analisada não só a nível sócio-político, mas ainda ao nível da importância que, no discurso do Estado Novo, tem a perspetivação, numa óptica ideológica, da própria História de Portugal.

O Estado Novo constrói um discurso nacionalista sobre a História de Portugal.

O país é apresentado como um Estado/Pátria, um Império, a História com uma projecção universalista, decorrente do descobrimento, evangelização e civilização de outros mundos.

A tónica do discurso do Estado Novo em muitos cartazes, predominantemente um discurso de negação, é colocada no binómio desordem/ordem que, funcionando em termos de síntese, congrega à sua volta todos os outros valores/realizações. A desordem, que claramente é pertença

dos outros, revestirá muitas formas que passam por diversos processos de caracterização. A transformação dos adjectivos político e demagógico em substantivos é um deles.

A memória apresenta-se como um espaço privilegiado de exercício do poder. A memória, ideologicamente reactivada, pode inclusive, para os mais velhos, fazer reavivar a memória vivencial, o que funciona como reforço da legitimidade do discurso.

O apelo aos valores da afectividade, da religiosidade, da segurança é contrabalançado com o uso da estatística, que é outro processo de caracterização do “outro”, usado pelo discurso do Estado Novo nos cartazes que produziu. A estatística possui uma grande eficácia em termos de dar uma cobertura de legitimidade e de autenticidade ao discurso.

O uso ideológico da História é um uso purificador. O combate aos outros é algo que permite fazer realçar o Estado Novo como uma realidade construída de raiz, purificada dos males da desordem, do comunismo, do parlamentarismo e dos males da guerra e, conseqüentemente, uma realidade com maior força, com força que possui uma época de fundação. A fundação de um novo tipo de estado – o Estado Novo – implicou entre outras coisas este apagar da história recente.

O discurso dos cartazes é um discurso de negação, um discurso neutralizador e recriador da memória da história, tanto da história que se nega como da que se glorifica.

5.2. A ICONOGRAFIA E A EDUCAÇÃO

“Ver é um acto voluntário e individualizado, mas também educável”²⁰⁰

A iconografia, do grego *“Eikon”*, imagem, e *“graphia”*, descrição, escrita, é uma forma de linguagem visual que utiliza imagens para representar determinado tema. A iconografia estuda a origem e a formação das imagens.

²⁰⁰ Pedro Xavier, “O valor didáctico da iconografia”, in *O Ensino da História* nº18, Associação de Professores de História, Lisboa, Outubro 2000, p.30

A imagem tem um enorme valor didáctico no processo de ensino aprendizagem. Existem um conjunto de técnicas adequadas ao nível etário dos alunos para a exploração e para o aproveitamento da cultura visual.

Os métodos de ensino que assentam na componente visual melhoram a aprendizagem em relação ao método tradicional do ensino estruturado em torno da audição. Os meios audiovisuais permitem despertar a curiosidade dos alunos, devido ao facto das aulas se tornarem menos rígidas e do impacto que as imagens causam junto dos mesmos.

A imagem permite a observação e a verificação dos factos, a clarificação dos conceitos, e o treino de competências.

É complexo tentar definir a palavra imagem²⁰¹, uma vez que depende de alguém que a produz e a reconhece. Está ligada essencialmente à representação visual. Este trabalho baseia-se no estudo da imagem fixa.

Uma análise teórica da imagem poderá contribuir para uma melhor compreensão da sua especificidade. O nosso objectivo é abordar a imagem do ponto de vista da significação, sob o seu aspecto semiótico, ou seja o seu modo de produção de sentido, a maneira como eles suscitam significados e interpretações. Um signo é um *signo* quando exprime, transmite ideias e provoca uma atitude interpretativa. Nesta perspectiva podemos afirmar que tudo pode ser signo, uma vez que vivemos em sociedade e aprendemos a interpretar o mundo que nos rodeia.

A História tem objectos de estudo não materializáveis e que só podem ser alcançados através do estudo de fontes auxiliares. A imagem apresenta-se como uma dessas fontes.

A decodificação das imagens exige uma leitura técnica e cultural da obra, sempre que possível cruzada com o estudo da vida do artista e dos acontecimentos mais marcantes da sua época.

Na análise de uma imagem não interessa apenas saber o que se vê, mas como se vê.

²⁰¹ Entendida como representação da forma ou do aspecto de ser ou objecto por meios artísticos (Houaiss, p. 4513)

A leitura iconográfica é uma tarefa complicada e pode ser morosa, exigindo um treino, pois a linguagem não-verbal abre um campo muito mais vasto de interpretações do que a linguagem verbal, sujeitando-se a critérios e circunstâncias de análise não tão objectivos como se poderia desejar.

Colocam-se desta forma várias questões: até que ponto o visionamento de imagens garante as aprendizagens pretendidas?

Até que ponto a informação que se pretende transmitir através das imagens é correctamente descodificada pelo receptor?

Ewin Panofsky (1939) defende três níveis distintos de análise de conteúdo temático das artes visuais. Segundo este autor

*"Iconografia é um ramo da História de Arte que trata do conteúdo temático ou significado das obras de arte, enquanto algo diferente da sua forma."*²⁰²

Este autor distingue no seu conteúdo temático ou significado os três níveis:

1. Conteúdo Temático Natural ou Primário, subdividido em Factual e Expressivo: apreendido pela identificação das formas puras, como algumas configurações de linha e cor, identificando as suas relações como factos e entendendo as qualidades expressivas

*"O mundo das formas puras, reconhecidas como portadoras de significados primários ou naturais, pode ser chamado o mundo dos motivos artísticos. Uma enumeração destes motivos constituiria uma descrição pré-iconográfica da obra de arte."*²⁰³

2. Conteúdo Secundário ou Convencional: quando da análise de uma obra de arte relacionamos motivos artísticos e combinações de motivos artísticos com temas ou conceitos. Os motivos, como portadores dum significado secundário

²⁰² Ewin Panofsky, *Estudos de Iconologia temas humanísticos na arte do renascimento*, Lisboa, Editorial Estampa, Imprensa Universitária nº52, 1986, p.19

²⁰³ Idem, *ibidem*, p.21

ou convencional, são chamados de imagens e as combinações de imagem vulgarmente denominadas de histórias e alegorias. A identificação e análise destas imagens pertencem ao campo da iconografia no sentido mais restrito da palavra. Uma análise iconográfica aprofundada implica uma rigorosa identificação dos motivos.

3. Significado Intrínseco ou Conteúdo: compreendido com a análise dos pressupostos que revelam a atitude de uma nação, uma época, uma classe, adoptados de forma inconsciente por um indivíduo e sintetizados numa obra. As imagens, os motivos, as histórias e as alegorias são entendidos como manifestações de princípios essenciais e interpretados como valores simbólicos. A descoberta, exploração, análise e interpretação destes valores simbólicos é o objecto daquilo que se chama iconografia: um processo de interpretação que se apresenta mais como síntese do que como análise. A identificação rigorosa dos motivos é condição fundamental para uma exigente análise iconográfica, e a análise pormenorizada das imagens, histórias e alegorias é condição prévia para uma exacta interpretação iconográfica.

A descrição pré-iconográfica da esfera dos motivos, de uma maneira geral é realizada de acordo com a nossa experiência, embora não garanta uma exactidão, uma vez que quando o fazemos estamos a identificar os motivos de acordo com o que se nos apresenta ao olhar, segundo o modo como os objectos e acções se exprimem através de formas, em contextos históricos específicos.

A análise iconográfica que diz respeito às imagens, histórias e alegorias, em vez dos motivos, pressupõe muito mais do que o conhecimento dos objectos e das acções que fomos conquistando através da experiência prática. Exige um conhecimento mais profundo com temas ou conceitos específicos.

Para a interpretação do significado intrínseco ou conteúdo, que diz respeito aos valores simbólicos e não às imagens, histórias e alegorias, é necessário mais que o conhecimento de temas ou conceitos específicos, como são transmitidos através das fontes literárias. Para compreender na sua essência esses princípios é necessária uma faculdade mental, semelhante à de

fazer diagnósticos, uma *intuição sintética*. Todas estas análises têm de ter em conta os contextos históricos em que se encontram as obras em estudo.

Desta forma quando nos propomos fazer uma análise rigorosa é necessário distinguir três níveis de conteúdo ou significado, o mais baixo dos quais se apresenta como a forma e o segundo é o campo específico da iconografia em sentido estrito.

“Em qualquer dos níveis em que nos movamos, as nossas identificações e interpretações dependerão da nossa bagagem subjectiva e, por essa mesma razão, terão de ser corrigidas e controladas por uma grande consciência dos processos históricos que, no seu conjunto, se podem designar por tradição.”²⁰⁴

É importante referir que estes métodos de tratamento apresentados como três formas independentes, são entendidas como um todo, uma vez que a análise de qualquer obra de arte deve ser entendida dessa forma.

Na exploração didáctica das imagens em História e em História de Arte, afiguram-se duas vertentes essenciais: a vertente científica e a pedagógica.

Do ponto de vista científico, a selecção das imagens para estudo e a sua adequação aos conteúdos programáticos constituem uma das principais preocupações do professor. Nem todas as imagens servem os mesmos temas da mesma forma e, por vezes, pequenas diferenças podem assegurar ou destruir o conteúdo científico.

Do ponto de vista pedagógico, a questão central prende-se com as características do público-alvo e o nível de aprofundamento que o programa propõe em cada abordagem. Certas obras podem ser muito relevantes para o estudo de um dado tema, mas a sua difícil leitura pode na aula não ser eficaz.

Existem duas situações em que a exibição/análise de imagens pode ocorrer em contexto escolar: a sala de aula e a visita de estudo.

Na sala de aula, as imagens podem servir para ilustrar, compreender temas, estimular e desenvolver o método de pesquisa histórica. Essa

²⁰⁴Idem, *ibidem*, p. 28

exploração pode ser feita de diversos modos, recorrendo ao manual, ou a outros meios.

No decurso do processo de ensino aprendizagem podem ocorrer diferentes necessidades e usos de exploração da imagem. No entanto, a imagem assume um papel importante no processo de ensino aprendizagem

“[...] a compreensão do valor da imagem como meio poderoso do processo de ensino aprendizagem actual [...]”²⁰⁵

É possível inaugurar um sub tema com a exploração de algumas imagens com o objectivo de despertar a curiosidade dos alunos, fornecer pistas de estudo ou definir a linha de exposição que se irá seguir ao longo das aulas. Regra geral os professores recorrem à exibição/exploração de imagens durante o desenvolvimento de um tema, sobretudo para ilustrar questões e/ou desenvolver as capacidades de observação e de interpretação dos alunos. A imagem pode ainda ser usada no final do estudo de um tema/sub tema, com o objectivo de consolidar conhecimentos e avaliar capacidades.

Uma outra questão que se deverá ter em conta são os efeitos perversos que a exposição contínua e indiscriminada de imagens pode provocar nos alunos.

No domínio da educação inter cultural é importante verificar se as imagens usadas em contexto didáctico desfavorecem, em número e em qualidade, qualquer um dos sexos ou se determinados povos, raças, religiões ou culturas surgem em desvantagem.

A exibição de imagens que possam favorecer a conservação/formação de estereótipos deverá ser conscientemente assumida e devidamente comentada.

Do ponto de vista científico, podemos ter alguma preocupação em representar de forma equilibrada os vários géneros artísticos e de evitar a sobrevalorização de certos estilos, períodos ou países em detrimento de outros, através do tempo concedido à imagem de cada um.

²⁰⁵Miguel Monteiro (org), *Cinema & História*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004, p.11

Pensamos que as vantagens da utilização do suporte iconográfico são inúmeras.

Existe ainda o carácter lúdico e subjectivo da contemplação de imagens. Observar uma imagem não deixa de suscitar admiração ou repulsa. Deve admitir-se aos alunos a expressão de emoções e opiniões desde que perfeitamente enquadradas.

Por outro lado defendemos que a observação de imagens tem duas finalidades educativas: por um lado a educação do olhar e por outro a formação pessoal do gosto de cada um.

A utilização da imagem deve ser entendida como uma fonte de conhecimento, facilitadora da aprendizagem.

“Entre as imagens ocultas e as imagens expostas, em silêncio, os estudantes vão construindo as suas identidades, fabricando os seus imaginários e tecendo os seus bancos de memória visuais.”²⁰⁶

As imagens, entendidas como representações gráficas do conhecimento têm sido essencialmente utilizadas frequentemente com a função de ilustração.

A interpretação da imagem deve ser feita de acordo com o contexto histórico, político, económico e religioso em que foi criada e divulgada.

Em muitos casos as linguagens artísticas podem ser utilizadas como formas de expressão do conhecimento histórico apreendido.

O documento iconográfico permite consolidar aprendizagens ou destacar elementos relevantes delas.

A descodificação das imagens desvenda o seu intuito intrínseco e possibilita a detecção dos seus valores mais profundos. A aplicação didáctica assim conduzida permite uma melhor eficácia pedagógica, uma vez que respeita a leitura técnica e cultural do documento.

Em muitos dos documentos iconográficos, a funcionalidade e a utilidade prendem-se com factores ideológicos. São exemplo deste aspecto os cartazes de propaganda ao Estado Novo. Neste caso em particular, os documentos

²⁰⁶ Maria do Céu de Melo (Org.), *Imagens na Aula de História Diálogos e Silêncios*, Mangualde, Edições Pedagogo, Lda, 2008

iconográficos não são produzidos para obedecer a ideais estéticos, mas sim como veículos privilegiados divulgadores de uma ideologia.

Nos livros da instrução primária que consultamos, as imagens presentes, são maioritariamente a cores, sem referência ao autor e com um carácter ilustrativo. Nos livros de História da Civilização Portuguesa, as imagens são a preto e branco e essencialmente das grandes figuras da História de Portugal, de monumentos, assim como mapas das nossas colónias, mais uma vez remetendo para a questão da extensão do nosso Império. Não aprofundamos, no entanto, suficientemente esta questão e constatamos já foram realizadas outras investigações específicas sobre esta matéria.

O documento histórico, aqui na sua forma iconográfica, pode ser considerado um condutor de aprendizagens, uma vez que através de imagens transmite um conjunto de ideias estruturantes e organizadas.

5.2.1. A Lição de Salazar

Em 1938, no décimo aniversário da chegada ao governo de Oliveira Salazar como ministro das Finanças, realizaram-se à escala nacional várias iniciativas de carácter político-cultural de apoio ao governo, enaltecendo e elogiando o seu Chefe.

*“[...] decidiu o Governo exaltar a sua acção através de quadros didácticos que expusessem nas escolas a acção do “Chefe” da “Revolução nacional”.*²⁰⁷

Em 1937, um ano antes da publicação destes cartazes, nas páginas da *Escola Portuguesa*,²⁰⁸ o professor M. Nogueira Gonçalves publicava um conjunto de quadros que apresentavam as virtudes a adquirir no âmbito do ensino da moral, ilustrando com imagens, acompanhadas de texto, um chefe

²⁰⁷ João Medina, *Salazar, Hitler e Franco, Estudos sobre Salazar e a Ditadura*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000, p.55

²⁰⁸ Ver anexo 1

de família à mesa durante a refeição, um professor numa escola e um padre numa igreja.

*“ [...] O pai é o chefe da família. [...] Na escola o chefe é o professor.
[...] Na igreja o chefe é o padre. [...] É o governo quem manda fazer as fontes, as estradas, as pontes e os navios.
O Governo sabe o que a Nação precisa.
É o Governo que faz as leis.
Devemos obedecer sempre às leis.
Na Nação o chefe é o Governo”.²⁰⁹*

Estas imagens tinham como objectivo glorificar a chefia, na figura do pai, do professor, do padre e do Governo, destacando-a como base da vida civil, académica religiosa e política. São também estas ideias que vamos encontrar presentes um ano depois nos cartazes dados à estampa pelo Ministério da Educação.

Entre 1938 e 1940 o governo preocupou-se ainda de estabelecer a comparação entre 1139, ano em que se travou a batalha de Ourique e em que D. Afonso Henriques se intitulou pela primeira vez Rei de Portugal e 1640, ano em que restauramos de novo a independência, expulsando os espanhóis de Portugal e terminando o domínio filipino.

“Surge deste modo a obrigatoriedade da comemoração em todas as escolas do País, da data “histórica” de 27 de Abril de 1938”.²¹⁰

Integradas nestas iniciativas determinou Carneiro Pacheco, o Ministro da Educação nesta data, editar um conjunto de sete cartazes didácticos, intitulados *A Lição de Salazar*. Estes cartazes, pretendiam enaltecer a obra realizada por Salazar em vários domínios, formar a população de acordo com os ideais defendido pelo regime, enaltecendo a década do governo de Salazar.

²⁰⁹ *Escola Portuguesa*, Ano IV, nº 164, 16 de Dezembro de 1937

²¹⁰ Alda M. Vaz Martins Aguiar, Carlos Manuel da Silva Tomé, Violeta de Oliveira Morais, A “Lição de Salazar”, in *História*, nº73, Novembro de 1984, p.6

A edição de 14 de Abril de 1938 da revista *Escola Portuguesa*²¹¹, um boletim de acção educativa publicado pela Direcção Geral do Ensino Primário, reproduz antecipadamente este conjunto de cartazes didácticos explicando e dando orientações para a sua respectiva exploração didáctica (fig.7).

²¹¹ *Escola Portuguesa*, nº181, de 14 de Abril de 1938

A lição de Salazar

(As gravuras reproduzem os quadros que vão ser distribuídos pelas escolas do ensino primário)



Grças à restauração financeira, iniciada em 1928, os títulos do Estado e a moeda portuguesa, fortes pela modelar administração e pelas reservas de ouro, são hoje dos mais acreditados do mundo.

Orçamento do Estado e orçamento familiar. As dificuldades económicas das famílias perturbam-lhes a paz. Surgem entre esposos questões graves. Os estranhos diminuem a sua consideração pelos membros de famílias que não sabem administrar o que têm e que contraem dívidas sem necessidade.

Semelhança entre o orçamento duma família e o do Estado. O Estado Português foi durante muitos anos mau administrador. O dinheiro do Estado desaparecia, absorvido por serviços que não correspondiam a reais necessidades. Não se cuidava em o aplicar ao progresso da Nação, mas em retribuir com êle favores políticos, tantas vezes gravosos da prosperidade nacional.

Consequentes perturbações da ordem pública e agravamento das contribuições. Os grupos políticos disputavam violentamente entre si a posse do Poder, para se poderem tornar os dispensadores generosos de benefícios aos amigos que os serviam. Não havia paz nas ruas, nem nos quartéis, nem nas repartições, nem nos lares. Portugal estava cheio de dívidas, que, em vez de diminuir, aumentavam constantemente, agravando o sobressalto de todos os que pensavam no futuro. Os países estrangeiros olhavam-nos com desconfiança. Tinham pouca consideração por nós, porque o Estado Português havia perdido o crédito.

Salazar, ao tomar posse da pasta das Finanças em 27 de Abril de 1928, prometeu acabar com o desequilíbrio financeiro do Estado e cumpriu-o. Sob a sua gerência, as nossas contas passaram a acusar no fim de cada ano, não *defeitos*, como dantes, mas *saldos*, como nunca.

Os governos antigos multiplicavam o dinheiro em papel para poderem pagar o que deviam. O resultado foi tornarmo-nos cada vez mais pobres.

Salazar acabou com aquele dinheiro desvalorizado e tornou possível a compra de toneladas e toneladas de ouro e de prata, para garantia das notas em circulação.

Da melhoria económica da vida do Estado provieram muitos benefícios: o prestígio de Portugal no mundo inteiro e os variadíssimos melhoramentos feitos em todas as terras do País, ao mesmo tempo que os lavradores tiveram a juro módico capital para poderem fazer as colheitas e valorizar as terras.

Salazar é homem muito honrado. Não fez favores a ninguém com o dinheiro da Nação, e todo é aplicado com muito zelo no engrandecimento do País.

Portugal é hoje dos países mais bem governados em todo o mundo, e todo o mundo, por isso, exalta a obra de Salazar. Admiremos a sua inteligência, o seu saber, a seriedade com que êle falou ao País e a verdade com que cumpriu todas as suas promessas.

ESCOLA PORTUGUESA N.º 181

A LIÇÃO DE SALAZAR




Onde eram escavados os montes, ressequidos os campos e intransitáveis os caminhos já reverdecem pinhais, brilham lours searas, e magníficas estradas cortam Portugal de lés-a-lés.

De tudo quanto dantes o povo pagava nada se via que fôsse aplicado para seu bem. Só se viam ruínas por toda a parte. As estradas, então, eram um verdadeiro suplicio para quem tinha de as percorrer. Só conservavam ainda o nome de estradas, porque no resto eram mais caminhos velhos a fazer lembrar um Estado velho incapaz de executar qualquer cousa que fôsse nova ao serviço da Nação. Os pavimentos não tinham brita. Em consequência disto, no inverno vinham as chuvas e transformavam-se em verdadeiros charcos. Os automóveis passavam por cima de lama, atolados até aos eixos, e freqüentemente tinham de ser arrancados dali por juntas de bois. No verão, as covas impossibilitavam todo o trânsito. Os veículos desconjuntavam-se, como se percorressem fragedos de serras.

Hoje as estradas são lisas como folhas de papel. Desapareceram as covas. Muitas nem sequer já têm pó, porque são alcatroadas. Também as serras estavam nuas, e as suas encostas eram de inverno sulcadas pelas águas impetuosas, que destruíam tudo o que encontravam.

Hoje povoam-nas milhões e milhões de árvores, que o Estado mandou plantar, que reprimem os ímpetos das chuvas torrenciais e protegem as terras dos vales e que hão-de no futuro mais e mais engrandecer as regiões a que pertencem. Intensificou-se também a cultura do trigo e do arroz. Dantes tínhamos de dar por ano milhares de contos ao estrangeiro para a compra daqueles cereais necessários ao consumo do País. Hoje temos o que basta.

A LIÇÃO DE SALAZAR



Não havia portos que satisfizessem as exigências da economia nacional ou que ao menos servissem de apoio à rude faina dos nossos pescadores. Está a construí-los o Estado Novo; e já os maiores transatlânticos do mundo podem acostar aos cais de Portugal.

Portos e sua especificação. Influência dos portos na economia nacional. Abandono a que tinham sido votados. Referência especial ao porto de Lisboa, onde, devido ao grande assoreamento, não podiam acostar barcos de certa tonelagem.

Hoje a situação é completamente diferente. Salazar tem consagrado elevadas importâncias ao desassoreamento e apetrechamento dos portos, com grandes benefícios para as respectivas regiões, que, afinal, vêm a reflectir-se no enriquecimento da Nação.



Importância das escolas, não só como instrumentos de valorização intelectual, mas também, e principalmente, da formação de valores morais. O Estado velho suspendera a construção de edifícios escolares, e mesmo os que existiam desfaziavam-se sob a acção do vento e das chuvas. As crianças não podiam frequentá-los, porque não encontravam neles o conforto necessário à conservação da sua saúde.

Como as escolas, estavam os edifícios públicos. Era a ruína do Estado a revelar-se concretamente nos seus edifícios. Sempre, e por toda a parte, a demonstração das consequências da má administração.

As escolas construídas em grande número pelo Estado Novo são lindas e confortáveis. A sua construção vai ser intensificada, para que a educação possa chegar a toda a parte. Ao mesmo tempo, repararam-se os edifícios antigos, e os que não o foram ainda sê-lo-ão dentro de curto prazo. O Estado Novo, dirigido e administrado sábiamente por Salazar, vela por tudo e deixa impresso, em obras admiráveis de reparação dos velhos edifícios públicos, que encontrou em ruínas, o seu zelo de conservação por tudo o que ao bem da Nação interessa.

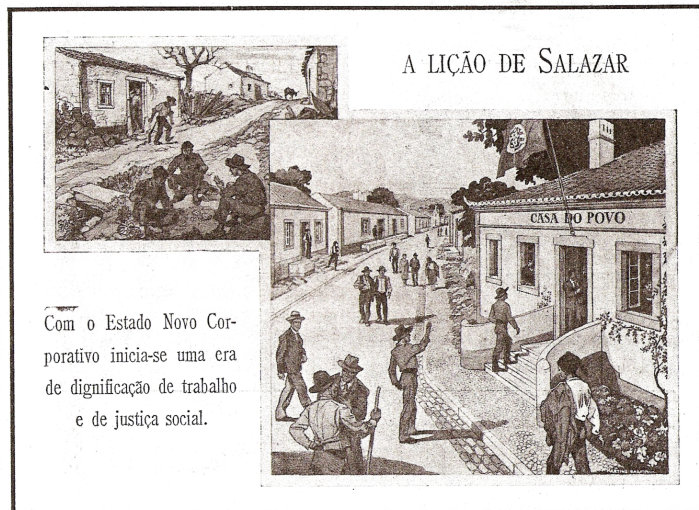
E nem só se multiplicam as escolas e os melhoramentos dos edifícios públicos. Também o telégrafo e o telefone estendem progressivamente a sua rede por todos os cantos do País, facilitando os meios de comunicação, e até a electricidade anda espalhando por toda a parte a riqueza da sua força. É a afirmação do progresso de Portugal, da sua saúde financeira, em tudo o que pode servi-lo.



Necessidade da defesa nacional. Uma Nação, como uma família, precisa de ter asseguradas as suas condições de defesa, para não poder ser incomodada por estranhos maus.

Quando Salazar chegou ao Governo não havia armamento nos quartéis, a aviação estava reduzida a poucos aviões, e, mesmo assim, velhos, já cansados, e os nossos navios de guerra eram poucos e incapazes do serviço. A segurança do Império sofria com esta grande pobreza. Hoje o exército está bem armado e equipado com o que existe de mais moderno. Potentes trimotores e bimotores garantem-nos a defesa pelo ar, e nas águas do Tejo já temos modernos navios de guerra, que, de vez em quando, percorrem todos os pontos do Império, na afirmação da nossa soberania. E tudo foi pago, integralmente pago, com dinheiro integralmente português, como já disse Salazar, que não mente.

Que orgulho ser dirigido por um Chefe que assim afirma ao mundo, com a eloquência do concreto, a eternidade do valor de Portugal!



Salazar é muito amigo do povo. Ninguém como ele sente os seus infortúnios e procura diminuí-los. Dantes, os que se diziam amigos do povo não sabiam nem podiam garantir a ordem, e fomentavam a luta de classes, que era foco de intermináveis e sangrentas lutas intestinas. Os operários insurgiam-se contra os patrões, os patrões exploravam os operários. Disto nascia a inquietação permanente, as desordens de todos os dias. Muita gente morreu nelas, e os lares das vítimas eram invadidos pela dor da viuvez e da orfandade, de mãos dadas com a miséria. O corporativismo acabou com a luta de classes. Ao progresso da Nação só convém a paz, nascida da leal cooperação de todos — pobres e ricos. As corporações organizam-se em sindicatos para acautelar a qualidade da produção e a honestidade da venda e o bem-estar do operariado. O Estado construiu para os operários higiênicos bairros económicos, cheios de luz e de conforto. Conseqüências: — enquanto o operariado de outros países, iludido pelos falsos amigos, rouba os patrões e aflige os governos com greves, dando vivas ao maior flagelo de todos os tempos, que é o comunismo, o operariado português cultiva na paz a alegria de viver, contribue pelo seu trabalho honrado para o bom nome e engrandecimento de Portugal, e aclama Salazar, e com muita justiça, como o seu maior amigo.



Noção do Deus, Pátria e Família. Mostrar como as ideias contidas naquelas palavras andam associadas ao bem universal, servindo ao mesmo tempo os interesses nacionais de todos os países. A felicidade dos que creem em Deus, amam a Pátria e têm família cristãmente constituída. Revigorando os sentimentos cristãos, o Estado português apenas reintegra Portugal nos caminhos de glória por onde assombrámos o mundo com feitos imortais. Os grandes portugueses foram grandes crentes, excelentes patriotas, exemplares chefes de família. Insistir nas virtudes do chefe de família, nas belezas da família, no amor da vida familiar. Salazar é filho de pais cristãos, e toda a sua vida é admirável exemplo das virtudes cristãs, elevadas até ao heroísmo.

Fig. 7 - A Lição de Salazar na Escola Portuguesa, ano IV, nº181 de 14 de Abril de 1938

Estes cartazes deveriam ser enviados às Casas do Povo, Juntas de Freguesia e Direcções Escolares, que os reenviariam às delegações escolares para serem posteriormente distribuídos por todas as escolas primárias. Havia ainda a recomendação aos professores para que mandassem fazer catorze tiras de madeira, duas para cada cartaz, com as medidas indicadas nas instruções. Seriam depois afixados nas paredes das salas de aula (fig. 8 e 11). Vai dar-se especial atenção ao ensino, em especial ao primário, constituído por crianças de uma faixa etária facilmente influenciáveis. Estes cartazes didácticos eram considerados muito elucidativos e explícitos da acção e obra levada a cabo por Salazar.



Fig. 8 - 25ª aniversário da Albergaria de Lisboa
alguns alunos internos, na sala de aula, sentados à secretaria
arquivo D.N 13 de Julho de 1938

Disso dão conta os jornais da época. O Diário de Notícias refere (fig. 9)

“A comemoração nas escolas primárias

Por iniciativa do Ministro da Educação Nacional foram distribuídos por todas as escolas do País 7 quadros intitulados “A lição de Salazar”- notável síntese da obra de ressurgimento nacional nos últimos 10 anos.”²¹²

Após a reprodução integral dos cartazes podemos ainda ler:

“Revigorando os sentimentos cristãos, o Estado Português apenas reintegra Portugal nos caminhos da glória por onde assombrámos o Mundo com feitos imorais. Os grandes portugueses foram grandes crentes, excelentes patriotas, exemplares chefes de família. Insistir nas virtudes do chefe de família, nas belezas da família, no amor da vida familiar. Salazar é filho de pais cristãos, e toda a sua vida é admirável exemplo das virtudes cristãs, elevadas até ao heroísmo.”²¹³

²¹² *Diário de Notícias*, 27 de Abril de 1938, p.4

²¹³ *Idem, ibidem*, p.4

O jornal *O Século* do mesmo dia dedica a primeira página enaltecendo os primeiros dez anos de governo de Salazar, assim como a acção do chefe

*“Foi ele quem edificou um Estado que, por assentar os alicerces na vontade colectiva e se destinar a assegurar o bem público, o prestígio da raça, o império da lei e a majestade da justiça é a mais forte garantia de segurança da Pátria”.*²¹⁵

No que diz respeito à afixação dos cartazes notícia

“A Lição de Salazar

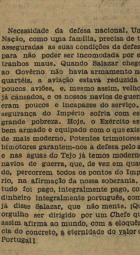
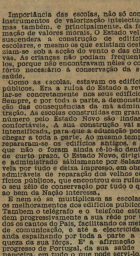
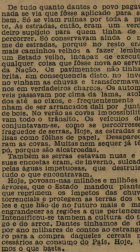
*Já foram colocados em todas as escolas do País, por ordem do sr. ministro da Educação Nacional, 84 000 exemplares dos sete quadros em que os artistas Raquel Roque Gameiro Otolini, Martins Barata e Emérico Nunes sintetizam, por maneira simples e prática a grande obra realizada, após dez anos de constante trabalho, pelo sr. Presidente do Conselho”.*²¹⁶

Reproduz igualmente os sete cartazes tecendo algumas considerações sobre a política de obras públicas levada a cabo pelo regime.

²¹⁵ Jornal *O Século*, 27 de Abril de 1938, 1ª página

²¹⁶ Idem, *ibidem*, p.5

Já foram colocados em todas as escolas do País, por ordem do sr. ministro da Educação Nacional, 84.000 exemplares dos sete quadros em que os artistas Raquel Roque Gameiro Otolini, Martins Barata e Emérico Nunes sintetizaram, por maneira simples e prática, a grande obra realizada, após dez anos de constante trabalho, pelo sr. Presidente do Conselho

[illegible]

Portos e sua especificação. Influência dos portos na economia nacional. Abandonos a que tinham sido votados. Referência especial ao porto de Lisboa, onde, devido ao grande assoreamento, não podiam acostar barcos de certa tonelagem. Hoje, a situação é completamente diferente. Salazar tem consagrado elevadas importações ao desassoreamento e apetrechamento dos portos, com grandes benefícios para as respectivas regiões, que, a final, vêm a reflectir-se no enriquecimento da Nação.

[illegible][illegible]

Fig. 10 - Jornal *O Século* de 27 de Abril de 1938²¹⁷

Estes cartazes deveriam ser utilizados como material didáctico, colocados sobre o quadro preto e deveriam servir de base à lição do dia. Todos os assuntos seriam leccionados a partir deles nas quatro classes. A *Escola Portuguesa* reproduz em muitos dos seus números as lições ou “aulas-modelo” que deveriam ser dadas aos alunos a partir da análise dos cartazes, onde, integrados nos vários conteúdos programáticos, nomeadamente na “Língua Materna” e “Feição Moral e Cívica”, se explorariam as grandes verdades transmitidas pelo regime e se orientariam as lições. São variados os exemplos apresentados na *Escola Portuguesa* com sugestões para a exploração das imagens presentes nos cartazes relacionando-os muitas vezes com o livro de leitura. Os professores deveriam proferir uma palestra quando da sua afixação nas escolas e utiliza-los como material didáctico complementar da aprendizagem. Quadro e cartazes tinham, aproximadamente, as mesmas dimensões. As dimensões dos sete cartazes eram aproximadamente de 1,12m por 0,78 cm, que se aproximavam de um quadro negro que tinha 1,20m por 0,90 cm. A colocação dos cartazes em cima do quadro teria uma função semelhante a este no processo de ensino/aprendizagem.

A distribuição dos cartazes era gratuita, mas custaria ao Governo 30 escudos²¹⁸. No que diz respeito à sua tiragem foi de 84 000, 12 000 de cada cartaz. Os cartazes foram impressos em “off-set”, o que na época constituía uma novidade técnica e as empresas que litografaram os cartazes foram a Lith. Port. Litografia de Portugal e a Bertrand & Irmãos, Lda, esta última era considerada nesta época como uma das casas mais importantes do ramo. Os autores dos cartazes foram Jaime Martins Barata (1899- 1970)²¹⁹, Emmerico Nunes (1888-1968)²²⁰ e Raquel Roque Gameiro (1889-1970)²²¹.

“Compostos à semelhança duma banda desenhada, estes quadros fazem o confronto entre o passado – o tempo em que Salazar não estava no Governo – e o presente. A sua eloquência resulta exactamente do facto de plasmarem uma mensagem política sob as cores e os traços de

²¹⁸ João Medina. ob. cit.,p.56

²¹⁹ Ver anexo 2

²²⁰ Ver anexo 4

²²¹ Ver anexo 3

deliciosas ilustrações infantis. [...] é patente, por parte do Ministério da Educação Nacional, a percepção da importância da ilustração na comunicação com as crianças”.²²²

Realçamos ainda as cores utilizadas maioritariamente na realização dos cartazes, nomeadamente o vermelho e o verde, cores da bandeira nacional e o castanho, cor da farda da Mocidade Portuguesa.

Estes cartazes vão utilizar a imagem como veículo de atracção e estratégia para prender a atenção dos alunos, de forma a que se tornasse mais eficaz a inculcação da ideologia nacionalista que se pretendia transmitir.



Fig. 11 - Sala de aula com os cartazes didácticos afixados nas paredes

Esses cartazes didácticos fizeram parte integrante da decoração das salas de aula portuguesas, e propunham uma comparação entre a situação vivida no país, sempre através de uma imagem do mesmo local, antes da

²²² Helena Matos, *Salazar A Propaganda 1934-1938*, Lisboa, Temas e Debates, Círculo dos Leitores, 2010, p.258

ascensão de Oliveira Salazar e as realizações do Estado Novo. Faziam uma comparação constante entre o regime salazarista e a desorganização e atraso da Primeira República. Os seis primeiros demonstram as notáveis obras feitas pelo Chefe do Governo, que vão desde à recuperação económica às obras públicas. É visível na sua estrutura: no canto superior esquerdo, em tons esbatidos, imagens de menor dimensões do 'antes' de Salazar, ou seja, da I República, isto é, da imagem que se queria transmitir da I República: tempo de desordem, atraso e miséria. Em baixo, do lado esquerdo, um pequeno texto explicativo do que foram as realizações do ditador e, a dominar e destacando-se no conjunto, uma imagem de maiores dimensões, harmoniosa e colorida que ilustra o texto. O último cartaz da série, síntese da trilogia de Salazar, é o único que escapa a esta estrutura, é o mais colorido e o maior do conjunto.

Desta forma e para acentuar a importância do Estado Novo enquanto garante da ordem e progresso do país, estes cartazes fazem uma comparação sistemática entre a obra do regime salazarista e a 1ª República: à desorganização económica e financeira e ao alheamento do Estado democrático e liberal republicano face aos problemas do país, sucede a organização financeira, a melhoria das vias de comunicação, a construção de portos, o ordenamento e progresso social promovido pelo Estado Novo. Os cartazes reforçam esta ideia a partir de uma imagem cinzenta e triste da época da 1ª República enquanto que o “depois” da obra salazarista nos aparece colorido, organizado, moderno.

A Lição de Salazar perduraria no tempo, uma vez que um ano depois, no 11º aniversário da chegada de Salazar ao governo, o ministro Carneiro Pacheco determinou

“A contínua Lição de Salazar

Passando no próximo dia 27 o XI aniversário da investidura de Salazar na pasta das Finanças, base do ressurgimento pátrio, determino que, em todas as escolas de ensino primário e postos escolares, seja nesse dia explicada aos alunos e famílias a importância nacional daquele facto político.

A explicação incidirá sobre os quadros no ano passado distribuídos pela mesma data, e aproveitar-se-á a ocasião para explicar também o alto significado da dupla comemoração centenária em preparação para 1930 [...]

Lisboa, 10 de Abril de 1939.

*Carneiro Pacheco*²²³

O Ministério da Educação continuava, um ano depois, a dar às escolas as orientações sobre a exploração dos cartazes didácticos. Segundo as indicações do Ministro deveria ainda explicar-se aos alunos e às respectivas famílias o significado das datas de 1139 e 1140.

A *Escola Portuguesa*, na mesma edição reafirma as palavras do Ministro deixando bem claro que a escola encontrava-se ao serviço do regime.

*“É mais uma afirmação do cuidado com que o reformador da escola portuguesa vela para que aquela lição se aproveite ao máximo na formação cívica da mocidade, esperança forte de que não se perderão as conquistas já alcançadas. A escola está com Carmona e Salazar ao serviço constante da Revolução”.*²²⁴

O que se pretendia de facto era, no verdadeiro sentido da palavra dar uma lição aos portugueses. Lição orientada e bem preparada de forma a enquadrar os cidadãos na ideologia do regime. A obra educativa era feita no sentido de modificar os defeitos de formação que eventualmente os portugueses pudessem apresentar e formata-los para que se tornem os cidadãos do Estado Novo. Foi criada uma disciplina colectiva implícita em todas estas acções levadas a cabo pelo Ministério da Educação. Disciplina essa que era consentida, mais que imposta.

Os cartazes didácticos, que seguidamente passamos a analisar pormenorizadamente contêm todos uma mensagem comum: o enaltecimento da figura de Salazar, o culto do Chefe, a sua obra e as grandes verdades

²²³ *Escola Portuguesa*, Ano V, nº233, de 13 de Abril de 1939, p.331

²²⁴ *Idem, ibidem*, p. 332

definidas, que se encontram de forma muito explícita no sétimo cartaz que resume a trilogia da educação nacional em Deus, Pátria e Família.

Esta mensagem é transmitida através de um texto/frase que existe em cada um dos cartazes, mas essencialmente através da parte iconográfica. As cores que são utilizadas são muito atractivas para as crianças e a forma como se apresenta a ideia que se quer transmitir é original para a época, com o contraste entre o antes, ou seja, como era o país durante a 1ª República e o depois, isto é, como se encontrava o país após as obras feitas por Salazar. Esta mensagem é profundamente ideológica. As imagens reproduzidas nos seis primeiros cartazes constituem um objecto de censura social uma vez que reprovam explicitamente a acção da 1ª República.

Do ponto de vista formal e antes de entrarmos na análise de cada um dos cartazes é de referir que em todos eles se encontra escrito no canto inferior esquerdo *Edição “Escola Portuguesa” no X aniversário da investidura do Doutor Oliveira Salazar na pasta das Finanças*, dando a conhecer a finalidade com que foram produzidos ou seja a Comemoração do aniversário da chegada ao poder de Oliveira Salazar na pasta das Finanças. Todos os cartazes foram encomendados pelo Ministério da Educação Nacional.

Optamos por mencionar individualmente o seu autor, as suas dimensões, assim como empresa que os produziu. Destacamos o facto da imagem apresentada nos cartazes nº 2,3, 4, 5 e 6 ser sempre o mesmo local, mostrando o antes e o depois, ou seja o estado em que se encontrava durante a 1ª República e como ficou depois das obras levadas a cabo pelo Estado Novo.

Não podemos afirmar, uma vez que não dispomos de fontes suficientes, quem foi o mentor destes cartazes, mas acreditamos que todas estas estratégias de inculcação ideológica foram pensadas por Salazar e executadas pelos seus ministros, neste caso particular por Carneiro Pacheco.



Fig. 12 - A Lição de Salazar - cartaz nº1

O cartaz nº1 (fig.12) é da autoria de Raquel Roque Gameiro, encontrando-se a sua assinatura, apenas Raquel, no canto inferior direito da imagem do lado direito. Foi produzido na LITH. DE PORTUGAL, LDA – LISBOA, encontrando-se esta informação por baixo do nome da autora. A sua dimensão é de 79 x112cm.

Nos seis primeiros cartazes desta colecção encontramos um pequeno texto do lado esquerdo da imagem, onde se valoriza a obra realizada pelo Estado Novo, comparativamente à Primeira República. No caso deste cartaz podemos ler

“Graças à restauração financeira, iniciada em 1928, os títulos do Estado e a moeda portuguesa fortes pela modelar administração e pelas reservas de ouro, são hoje dos mais acreditados no Mundo”.

Este cartaz refere-se à questão das finanças e aborda o aspecto de descalabro financeiro durante a Primeira República, ilustrado, na imagem do

lado esquerdo por uma máquina de emissão de dinheiro descontrolada, com notas a voar, não se conseguindo visualizar o seu valor. Do lado esquerdo desta imagem encontramos ainda quatro pequenas pilhas de moedas e outras dispersas. Esta imagem representa a desorientação existente durante a Primeira República. Na imagem do lado direito encontramos em primeiro plano um saco do Banco de Portugal – Lisboa, aberto com moedas de ouro a saírem, rolos de moedas abertos, várias notas de quinhentos e mil escudos. Por trás existem nove colunas de barras de ouro e quatro maços alinhados de notas de mil escudos, um deles com a data de 1938. Do lado esquerdo desta imagem encontramos nove sacos com umas etiquetas de £. 1000 e cinco colunas organizadas de moedas. As divisas estrangeiras, o papel-moeda sobre o ouro, leva-nos a crer que ao papel-moeda em circulação haveria a correspondência em ouro, sacos cheios de dinheiro, mostrando a liquidez existente no país.

O tema financeiro não poderia deixar de ser mencionado, já que Salazar foi ministro da pasta em 1928 e boa parte de sua popularidade foi resultado da política financeira que desenvolveu o que lhe valeu a alcunha de “O Ditador das Finanças”, assim como o Salvador da Pátria, ilustrado aliás no postal que analisaremos de seguida. A desorganização financeira foi um dos grandes problemas enfrentados pela 1ª República, que se traduziu num permanente déficit das contas públicas, acompanhado por uma inflação elevada, aumento generalizado dos preços e diminuição dos salários reais, o que leva a uma grande subida do custo de vida. É neste contexto que Salazar vai assumir a pasta das finanças, controlando com mão de ferro todos os gastos dos vários Ministérios, aumentando os impostos e cortando nas despesas públicas, permitindo equilibrar as contas públicas.

Com este cartaz pretendeu-se mostrar o equilíbrio financeiro resultante do Estado Novo e os benefícios que daí surgiram para o país, nomeadamente através da sua modernização, bem expressa nos cinco cartazes que se seguem.

De acordo com a *Escola Portuguesa* todo o equilíbrio financeiro se deveria a Salazar, e que devido à sua acção

"Portugal é hoje dos países mais bem governados em todo o mundo".²²⁵

No texto que, nesta publicação, acompanha este cartaz chama-se a atenção para os benefícios deste equilíbrio financeiro, nomeadamente a estabilidade para a população, o prestígio internacional e os apoios aos agricultores no exercício da sua actividade.



Fig. 13 - A Lição de Salazar - cartaz nº2

O cartaz nº2 (fig.13) é da autoria de Martins Barata, encontrando-se a sua assinatura no canto inferior direito. Foi produzido na LITH. DE PORTUGAL – LISBOA, informação que se encontra por baixo da assinatura do autor. A sua dimensão é de 78x112cm.

Este cartaz demonstra o contraste entre a ruralidade existente durante a 1ª República e o desenvolvimento e as realizações levadas a cabo pelo Estado Novo.

²²⁵ *Escola Portuguesa*, Ano IV, nº181 de 14 de Abril de 1938

Encontra-se escrito do lado esquerdo do cartaz

“Onde eram escalvados os montes, ressequidos os campos intransitáveis os caminhos, já reverdecem pinhais, brilham louras searas e magníficas estradas cortam Portugal de lés a lés”.

No centro da imagem da esquerda, podemos observar um carro, da década de 1920, conduzido por um motorista e um senhor bem vestido a tentar desatolar o carro que se encontra com alguma dificuldade em circular em cima de uma suposta estrada cheia de pedras que mais não é que um monte de torrões de terra. O carro está a ser puxado por uma junta de bois que por sua vez está a ser orientada por um campino. Do lado esquerdo desta imagem podemos ainda visualizar um camponês com uma foice a cortar a palha. Os campos encontram-se ressequidos. Na imagem da direita encontramos em primeiro plano uma estrada em alcatrão dividida ao meio onde circula um carro de um modelo dos anos 40, com um motorista e um ocupante no banco de trás. A estrada encontra-se alcatroada e sinalizada, com protecções laterais, podendo-se observar um sinal de trânsito do lado direito da imagem assinalando a aproximação de uma estrada com curvas e contracurvas, colocado pela JAE, ou seja a Junta Autónoma de Estradas. Ao fundo em sentido contrário ao carro preto, encontramos ainda dois outros carros: um azul e outro vermelho. Observamos postos de distribuição de electricidade e uma fonte branca a deitar água o que demonstra a existência de uma rede de distribuição de água. Existe uma ponte com um rio por baixo e ao longo verificamos a existência de uma casa. Do lado esquerdo desta imagem existe uma produção agrícola intensa com campos lavrados no lado direito, com um carro de bois a recolher a palha e três camponeses: um a cortar, outro a organizar e fazer rolos, e outro a coloca-la no carro de bois.

De acordo com a *Escola Portuguesa* o Estado Novo levou a cabo um conjunto de construções, neste caso as estradas, de forma a encurtar as distâncias e a que as deslocações se tornassem mais fáceis e seguras. Por outro lado procedeu à florestação de áreas até aí vazias, para travar as chuvas torrenciais e contrariedades que pudessem provocar e à plantação de campos

de cereais para diminuir as importações deste bem fundamental à alimentação dos portugueses.



Fig. 14 - A Lição de Salazar - cartaz n.º3

O cartaz n.º3 (fig.14) é da autoria de Raquel Roque Gameiro, encontrando-se a sua assinatura, apenas Raquel, no canto inferior esquerdo da imagem do lado direito. Foi produzido na Bertrand (Irmãos), Lda – Lisboa, estando esta informação ao alto do lado direito da imagem do lado direito. A sua dimensão é de 79 x111cm.

Neste cartaz encontramos mais uma vez em destaque a revitalização e modernização da economia portuguesa, neste caso concreto através das suas estruturas portuárias. Pode ler-se

“Não havia portos que satisfizessem as exigências da economia nacional ou que ao menos servissem de apoio à rude faina dos nossos pescadores.

Está a construí-los o Estado Novo; e já os maiores transatlânticos do mundo podem acostar aos cais de Portugal”.

Na imagem do lado esquerdo encontramos, em primeiro plano barris, troncos de madeira empilhados e sacas. Observamos onze trabalhadores, dois deles com uma sarapilheira na cabeça e nas costas, realizando várias tarefas de descarga de mercadorias como barris, sacas, caixotes e madeira para um barco rabelo que se encontra atracado. Dois desses trabalhadores realizam essas tarefas com o auxílio de um carrinho de madeira rudimentar. Do lado esquerdo desta imagem observamos um outro navio maior com seis homens carregando mercadorias através de uma plataforma de acesso. Observamos ainda quatro homens junto da água. Do lado direito da imagem encontramos três senhoras, duas sentadas e uma de pé trabalhando, assim como uma estrutura em madeira/ferro e por trás um navio de maiores dimensões. Ao longe, no mar/ rio existem alguns navios, uns mais próximos outros mais longe e dois barcos à vela. Nesta imagem pretende-se mostrar que durante a Primeira República existiam barcos de carga à vela como é o caso do barco rabelo, os navios são antiquados, a estiva era manual e desordenada, dado que não encontramos na imagem nenhum capataz dando orientações aos trabalhadores, não existia uma estrutura portuária e a carga e descarga eram realizadas através de pranchas de madeira.

Na imagem da direita encontramos em primeiro plano, cinco homens, um deles vestido de azul com um chapéu castanho, que parece ser o capataz, trabalhando e descarregando mercadorias, um amarrando as cordas a um pilar no cais, dois descarregando caixotes e outro falando com o capataz. Do lado esquerdo da imagem observamos três homens trabalhando e cinco pessoas: um casal, um homem de fato preto junto do cais e outro casal sentado ao pé de umas sacas que estão a ser carregadas por dois outros trabalhadores. Existe uma grua de grandes dimensões e o casco de um barco preto. No centro da imagem, dentro de um barco atracado, que nos parece ser um barco de cruzeiro, observamos uma senhora com chapéu azul e saia/calça e camisa branca olhando em frente com ar de turista. Do lado direito da imagem encontramos ainda outros caixotes, sacos e quatro barris, assim como duas

gruas maiores e sete mais pequenas. Verificamos a existência de um barco maior e outro mais pequeno. Ao longe avista-se terra e onze gaivotas no ar.

Com as construções portuárias feitas durante o Estado Novo desapareceram os barcos de carga à vela, dando estes lugar a modernas e grandes embarcações de transporte de mercadorias. Existem estruturas para orientar as manobras de atracagem e desatracagem dos navios. A estiva é mecanizada e organizada consequentemente mais eficiente.

Novamente a *Escola Portuguesa* realça as construções feitas, neste caso concreto os portos, a sua amplificação, requalificação, a questão do assoreamento, que durante a Primeira República não permitia o atracar dos barcos de grandes dimensões e que com as obras desenvolvidas pelo Estado Novo e o desassoreamento, apetrechamento dos portos levou ao crescimento de várias regiões, nomeadamente a Lisboa e contribuiu para o desenvolvimento e enriquecimento do País.



Fig. 15 - A Lição de Salazar - cartaz nº4

O cartaz nº4 (fig.15) é da autoria de Emmerico Nunes (1888-1968), encontrando-se a sua assinatura, apenas o nome próprio, no lado esquerdo na imagem do mesmo lado. Foi produzido Bertrand (irmãos), Ltd^a – Lisboa, estando o nome da empresa à direita, ao alto, na imagem do lado direito. A sua dimensão é de 78x112cm.

Na imagem do lado esquerdo, respeitante à Primeira República podemos encontrar em primeiro plano do lado esquerdo uma escola em mau estado de conservação, onde uma criança salta de uma das janelas em direcção a duas pedras de dimensões médias, com um professor, encostado à porta, com um ar despreocupado e desconcentrado, numa atitude passiva perante a atitude dos seus alunos. À sua frente está uma criança com um pau na mão a correr atrás de um cão, do seu lado esquerdo estão quatro crianças, duas delas a baterem-se e dois livros a voar. Não há pátios, nem vedação na escola. As crianças e os animais convivem na terra batida. A seguir à escola encontramos uma parte de outro edifício, com uma pequena árvore atrás. Do lado direito da imagem vemos dois porcos, uma galinha, um burro com palas nos olhos junto a outra casa. Em segundo plano, do lado esquerdo encontramos um castelo degradado, meio em ruínas com ervas daninhas no seu topo, sem nenhum caminho de acesso. Do lado direito existem três pequenas casas, junto de uma estrada. De seguida observamos a Câmara Municipal, com a bandeira nacional hasteada, embora desbotada e rota, em muito mau estado de conservação com um ninho de cegonha na chaminé. Pretendia-se demonstrar que durante a 1ªRepública não havia preocupação na valorização e conservação do Património. Visualizamos uma parte de uma carroça à frente deste edifício.

Nesta imagem o património nacional encontra-se abandonado e degradado, as casas estão num estado em mau estado de conservação, a capela com o campanário destruído, a sujidade e a falta de higiene são visíveis, nomeadamente no vestuário e aspecto pouco limpo dos alunos, assim como nas ruas sem pavimento, da mesma forma que o estado da bandeira nacional demonstra a ausência de patriotismo.

Na imagem do lado direito encontra-se um castelo recuperado e limpo sem ervas daninhas, com um caminho de acesso, uma torre da igreja, com um sino junto a um pequeno conjunto de casas, tudo recuperado. Junto à igreja encontramos um pelourinho. No centro da imagem existem postes de electricidade, de telefone e um candeeiro público verde. Observamos ainda uma casa com uma placa indicando tratar-se do posto dos correios. Do lado direito da imagem existe outro edifício cor de rosa, com a bandeira nacional hasteada, com três senhores de chapéu na cabeça à porta a conversarem junto de um moderno carro azul: um encontrasse vestido de branco, com uma pasta castanha debaixo do braço e um chapéu da mesma cor, outro vestido de azul, com um chapéu castanho e o outro de castanho com um chapéu verde. Observamos uma estrada onde circula uma camioneta de passageiros com as bagagens no tejadilho, onde passa um camponês vestido de castanho com um chapéu na cabeça, uma enxada ao ombro, que segura com a mão direita e uma albarda no ombro esquerdo, um cavaleiro vestido de azul, com um chapéu da mesma cor montado num cavalo castanho e um cão com uma coleira que o acompanha. Duas senhoras, uma com uma saia cor-de-rosa, camisa branca e lenço amarelo, outra com um lenço vermelho e um xaile azul arroxeadado conversam junto à vedação da escola. Em primeiro plano encontramos uma escola primária oficial recuperada, devidamente murada com uma vedação verde, com um candeeiro preto pequeno na fachada que dá para a rua onde no pátio se encontram vinte e seis rapazes da Mocidade Portuguesa a cantar orientados por um professor que se encontra com um papel na mão, vestido de castanho e de óculos. Nesse pátio encontramos ainda dois espaldares verdes e uma árvore do lado direito da imagem. Num outro pátio contíguo, mas separado com outra vedação encontramos debaixo de um telheiro sete raparigas com a farda da Mocidade Portuguesa Feminina a fazer uma roda à volta de um dos pilares, sob a orientação da professora, com um vestido azul por baixo do joelho, sapatos com um pouco de salto e cabelo pelo pescoço.

O Estado Novo deu grande destaque e atenção às grandes realizações monumentais, assim como às grandes figuras da História de Portugal. O conceito de História era desenvolvido a partir de um passado nacional que era

necessário relembrar e valorizar exactamente através destas realizações e figuras. Daí a existência neste cartaz do castelo, reconstruído, e da escola com tudo o que ela significa e que temos vindo a referir ao longo deste trabalho. A construção de um número significativo de escolas primárias vai ao encontro da política de inculcação desenvolvida e posta em prática pelo regime. Era necessário a construção de espaços próprios para levar a cabo as políticas definidas.

Novamente a *Escola Portuguesa* faz referência às inovações a nível dos meios de comunicação, como o telefone e o telégrafo, a electricidade que progressivamente vai chegando cada vez a maior número de localidades e às construções, no caso deste cartaz dos edifícios públicos e particularmente das escolas, mandadas edificar um pouco por todo o país, com uma arquitectura e estrutura semelhantes, modernas, confortáveis, limpas, organizadas, fundamentais para a formação dos valores morais. Todo este desenvolvimento, é frequentemente lembrado, é devido ao êxito da política financeira de Salazar.



Fig. 16 - A Lição de Salazar - cartaz nº5

O cartaz nº5 (fig.16) é da autoria de Emmerico Nunes, encontrando-se a sua assinatura, apenas o nome próprio, no lado esquerdo na imagem do mesmo lado. Foi produzido pela LITH.DE PORTUGAL – LISBOA, estando o nome da empresa no canto inferior direito da imagem do mesmo lado. A sua dimensão é de 78x112cm.

Do lado esquerdo podemos ler

“Em contraste com o zero da força armada, a que os partidos a haviam reduzido, o Estado Novo assegura, em todos os campos, com os mais eficientes meios técnicos, a defesa da Nação e do Império.”

Este cartaz dá destaque às forças armadas uma vez que pretende mostrar a ineficiência da marinha de guerra lusitana para defender o país e suas colónias, em contraste com o Estado Novo que desenvolvia uma poderosa força naval e aérea para a defesa nacional.

Na imagem do lado esquerdo avistamos ao fundo um pedaço de terra e no meio da água um barco cinzento com três mastros, três barcos, supostamente de guerra, com duas chaminés, uma vez que os barcos eram a vapor e um submarino. Todas estas embarcações têm a bandeira portuguesa. Ao fundo vemos do lado direito, um barco à vela.

Nesta imagem e de acordo com o texto a força armada da República estava limitada a um número reduzido de barcos de guerra, de modelo antigo, sem lugar próprio para ancorarem.

Na imagem da direita ao fundo avistamos um pouco de terra e três barcos à vela. No centro da imagem observamos sete barcos de guerra cinzentos, com os respectivos canhões e todos eles com a bandeira portuguesa. Do lado esquerdo da imagem encontramos um barco e a ponta de um outro, assim como três submarinos. No ar avistam-se sete hidroaviões e ainda um outro que se encontra à frente. Em primeiro plano vemos um estaleiro com andaimes e junto ao cais um outro barco vermelho em reparação. Do lado esquerdo da imagem uma parte de um barco que deverá estar igualmente em

reparação com um homem dentro e outro de lado em cima de um andaime de madeira assente numas estruturas de ferro. No cais vemos vinte e três homens a trabalhar nas mais variadas tarefas desde o descarregar materiais a dar orientações a transportar algum objecto ou simplesmente a circular. Do lado direito da imagem observamos uma casa de apoio tipo refeitório uma vez que se vê fumo a sair de um dos lados e uma outra estrutura tipo torre em ferro com um outro trabalhador no topo. Vemos uma estrutura com umas cordas em aço para içar e descer a carga.

O Estado Novo vai construir novos barcos de guerra, com cais próprios para atracarem e com modernos estaleiros de construção naval. A imagem mostra a existência de uma esquadrilha de aviões.

Neste cartaz temos presente a questão da defesa nacional. De acordo com a *Escola Portuguesa*

“Um Nação, como uma família, precisa de ter asseguradas as suas condições de defesa , para não poder ser incomodada por estranhos maus”.²²⁶

Com as políticas levadas a cabo por Salazar o exército modernizou-se, encontrando-se bem equipado e armado, o armanento nos quartéis aumentou, a frota de navios de guerra aumentou e a aviação desenvolveu-se. Todas estas medidas implementadas com dinheiro nacional resultado da correcta politica financeira levada a cabo pelo Governo, na figura de Salazar. O *Chefe* encontra-se enaltecido em todas estas “lições” que acompanham a *Lição* e que são propostas pelo próprio Ministério da Educação, o que demonstram de facto a ideologia inerente a este conjunto de cartazes e a função com que foram concebidos: formatar as crianças e enquadrá-las nos ideais do regime.

²²⁶ *Escola Portuguesa*, Ano IV, nº181 de 14 de Abril de 1933

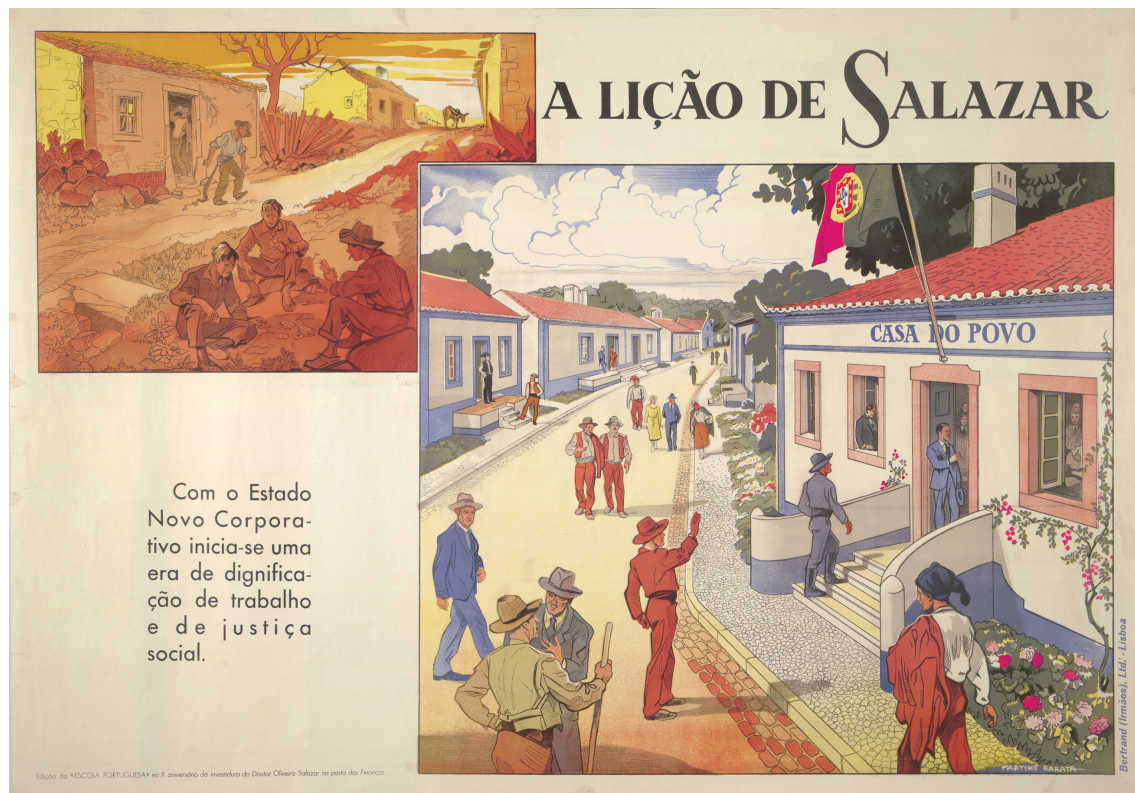


Fig. 17- A Lição de Salazar - cartaz nº 6

O cartaz nº6 (fig.17) é da autoria de Martins Barata, encontrando-se a sua assinatura no canto inferior direito da imagem maior. Foi produzido na Bertrand (Irmãos), Lda – Lisboa, estando esta informação ao alto do lado direito da imagem do mesmo lado. A sua dimensão é de 78 x112cm.

Podemos ler no lado esquerdo

“Com o Estado Novo Corporativo incipia-se uma era de dignificação de trabalho e de justiça social”.

Este cartaz representa o desrespeito ao trabalhador nacional em contraste com os benefícios proporcionados aos defensores da pátria pelo Estado Corporativo.

Na imagem da esquerda, em tons de amarelo e ocre encontramos, em primeiro plano do lado direito, três homens sentados no chão a jogar às cartas, um deles a fumar e com um chapéu castanho na cabeça. Os caminhos são em terra batida. Do lado esquerdo da imagem vemos duas casas, na primeira está um homem, todo desalinhado e desmazelado, à porta com um chapéu na

cabeça, e outro dentro de casa a beber. À porta da segunda casa encontramos um burro. Do lado direito da mesma imagem visualizamos uma parte de outra casa. Todas as casas estão degradadas e pouco cuidadas. Os rostos dos homens estão pesados e revelam preocupação possivelmente serão pessoas desempregadas que se entregam ao jogo e à bebida.

Na imagem da direita, encontramos uma casa do povo, com a bandeira de Portugal hasteada, com quatro homens dentro, um à porta, a sorrir, com ar que se encontra a despedir de alguém, com um fato azul e um chapéu na mão, outro, à janela, de fato verde, que só se vê o tronco. A subir as escadas da entrada na casa do povo, visualizamos um senhor de fato azul tipo farda, com chapéu na cabeça e botas. Do lado direito desta imagem encontramos um camponês com fato castanho e camisa branca, com o casaco no ombro esquerdo e um barrete azul na cabeça. No centro da imagem um outro senhor vestido de castanho com um chapéu da mesma cor saudando alguém que se encontra na casa do povo. Do lado esquerdo vemos dois senhores a falar: um com um fato verde e um chapéu cinzento o outro, apoiado num cajado, de calças castanhas, jaqueta verde e chapéu castanho. Atrás observamos um senhor de fato azul e chapéu castanho. Ao centro da imagem estão dois camponeses, com fato castanho e colete a andar em direcção à casa do povo. Atrás destes camponeses observamos quatro pessoas que se encaminham na mesma direcção: uma camponesa, com um lenço branco na cabeça e uma camisa da mesma cor, uma capa verde pelas costas, uma saia castanha, do lado esquerdo da mesma, um casal: o senhor vestido com um fato azul e a senhora com um vestido amarelo, seguidos de um camponês, com um fato castanho colete e barrete. As mulheres, em maioria na imagem, encontram-se acompanhadas pelos homens. Do lado esquerdo da imagem visualizamos três casas: as duas primeiras respectivamente com dois camponeses à porta de cada uma a falar e ao fundo uma igreja. Lado direito, vemos ao fundo outra casa e quatro pessoas. Nesta imagem os caminhos encontram-se arranjados e pavimentados, a rua ajardinada e arborizada, com escadas de acesso às casas, janelas e chaminés arranjadas. A imagem transmite uma sensação de

serenidade e paz social, assim como um tranquilo convívio entre as várias classes sociais.

Este cartaz pretende realçar as vantagens do corporativismo. O corporativismo defende que a sociedade é constituída por grupos, divididos de acordo com as respectivas funções na comunidade.

“Em princípio, o corporativismo português declarava-se associativo, plural e livre. Na prática, no entanto, dependia, dependia consideravelmente do Estado e limitava-se quase exclusivamente à esfera económica.”²²⁷

O corporativismo considerava que as corporações eram organismos fundamentais do Estado, destinados a conciliar os interesses de todos os cidadãos a bem da Nação. A organização corporativa ficou definida com a Constituição de 1933 e posteriormente com a publicação de diplomas específicos sobre o assunto. O mais importante foi o Estatuto do Trabalho Nacional que definia os direitos e deveres dos trabalhadores, assim como o papel do Estado como árbitro nos conflitos de interesses entre estes e o patronato.

“No Estatuto do Trabalho Nacional confirmam-se, por um lado, certos princípios da organização corporativa contidos na Constituição como o princípio do corporativismo integral com o corolário de que terá expressão política quer a nível local quer a nível nacional. [...] formulam-se os conceitos jurídicos gerais que hão-de, em princípio, reger vida de todos os organismos corporativos: a personalidade jurídica, a liberdade de inscrição, a representatividade.”²²⁸

Os principais organismos corporativos eram, para além dos Sindicatos e dos Grémios, as Casas do Povo, as Casas dos Pescadores e as Ordens (das profissões liberais). Todos formavam as corporações, ou seja, organizações que abrangiam as actividades económicas, culturais e morais da Nação e

²²⁷ Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Editorial Presença, pp.93-94

²²⁸ Manuel de Lucena, *A evolução do sistema corporativo português, I O Salazarismo*, Lisboa, Editorial Império, p&r perspectivas & realidades, 1976,p.200

tinham a seu cargo a defesa dos interesses dos cidadãos. Na prática, o corporativismo serviu para o Estado controlar o poder reivindicativo dos trabalhadores e evitar os conflitos e lutas de classe. Desta forma, a legislação corporativa foi muito clara no que diz respeito à proibição de greves, subordinando o patronato aos interesses do Estado e impondo a colaboração entre os mais diversos grupos sociais.

O corporativismo promoveria a harmonia social, aspecto que se opunha ao clima de confrontação social da 1ª República, permitindo uma nova ordem, a justiça social e o progresso de todas as camadas da população. Um país respeitado, com um Estado forte, entenda-se, um Poder Executivo forte e autoritário que não depende de partidos políticos, com uma economia saudável e uma sociedade harmoniosamente organizada eram os objectivos e os ideais de Salazar. Embora o País continuasse, na prática, profundamente rural e agrícola, sendo o surto emigratório disso exemplo, a propaganda do Estado Novo salientava a modernidade inerente à obra do regime, nomeadamente no sector das obras públicas, fundamental para o desenvolvimento económico do país e consequente progresso social.

Os trabalhadores são desta forma controlados através dos sindicatos corporativos, que respondem perante o regime, das Casas do Povo e de Pescadores. Nem os tempos livres escapam do controle do Governo, uma vez que são organizados pela FNAT de acordo com programas definidos pelo Estado.

*“A Direcção da FNAT, na primeira fase da sua actividade, tem um plano totalizante de controlo organizativo e de inculcação ideológica, sobre todas as formas em que se exprima a vida cultural e social dos trabalhadores portugueses, nos seus tempos de lazer”.*²²⁹

O corporativismo seria, aliás, a forma de organização económica e social encontrada para ultrapassar os problemas gerados pelo capitalismo liberal e uma forma de ultrapassar a luta de classes, ideal central da ideologia marxista.

²²⁹ José Carlos Valente, *Estado Novo e Alegria no Trabalho Uma História Política da FNAT (1935-1958)*, Lisboa, Edições Colibri, INATEL, 1999, p.211

Ao Estado liberal, abstencionista em matéria económica e social sucedia um Estado intervencionista na economia, aceitando o capitalismo, mas reconhecendo a função social da propriedade, do capital e do trabalho, obrigando os indivíduos a viverem num clima de harmonia social e deixando para o Estado o papel de regulador da vida económica e social.

De acordo com a *Escola Portuguesa* o Estado tem feito tudo o que se encontra ao seu alcance para promover o corporativismo e a cooperação entre ricos e pobres, trabalhadores, operários e patrões, combatendo o comunismo. Nesse sentido construiu Casas do Povo, bairros operários e estruturas, como a FNAT para promover as actividades culturais e recreativas.



Fig.18 – A Lição de Salazar - cartaz nº 7

O cartaz nº7 (fig.18) é da autoria de Martins Barata (1899-1970), encontrando-se a sua assinatura no canto inferior direito. Foi produzido pela Bertrand (Irmãos), Lda^a – Lisboa. A sua dimensão é de 78x113cm, sendo o

maior deste conjunto. É o único que não apresenta duas imagens, mas apenas uma com uma frase escrita no canto inferior esquerdo

“Deus, Pátria, Família A Trilogia da Educação Nacional”

sendo uma síntese da pedagogia e moral salazaristas. Pretende consciencializar as crianças dos benefícios da Ditadura. É dedicado à família portuguesa. A imagem revela o lar perfeito, rústico, modesto, humilde, analfabeto, patriarcal e cristão. É a apologia da saudável e simples vida do campo, por oposição aos vícios gerados pela vida urbana. O lar é simples e aconchegado, sem água nem electricidade, sem jornal ou aparelho de rádio, nada que faça lembrar a indústria e a modernidade. A casa, tipicamente rural e modesta, tem o chão de tijoleira, o tecto com traves de madeira corridas, uma porta igualmente de madeira e as paredes brancas com um rodapé alto vermelho. O pai, chefe de família, chega do campo com a enxada às costas, que segura com a mão direita, um chapéu castanho na mão esquerda, tem a cara rosada e queimada do sol depois de um árduo dia de trabalho, onde labuta para conseguir o sustento da casa. Veste uma roupa simples, calças castanhas e camisa cinzenta com as mangas arregaçadas, e sapatos igualmente cinzentos. Ao fundo vê-se uma paisagem rural com os campos verdejantes. A mulher, sorri, levanta a cabeça perante a entrada em casa do marido, e submissa cumpre a sua missão de esposa e mãe, preparando o jantar num caldeirão próximo da lareira. Tem vestido uma saia vermelha comprida, uma blusa branca com as mangas dobradas acima do cotovelo, um avental cinzento com umas riscas azuis e umas socas pretas. O cabelo encontra-se apanhado com um toutiço. Do lado direito da imagem, atrás da porta encontram-se penduradas num cabide de madeira, alfaias agrícolas, um barril, e uma albarda. Existe ainda uma bilha em barro com um tampo em madeira em cima. No centro e em primeiro plano encontramos uma mesa posta com uma toalha branca com um rebordo com franjas, impecável sem nódoas, com quatro pratos, os respectivos copos e talheres, um pão no centro e um jarro verde. À sua volta encontramos dois bancos em madeira e duas cadeiras

com o encosto de madeira e com o fundo em palhinha. Entre a porta e a janela encontra-se uma cómoda com pano branco em cima, tipo um naperon, dois castiçais com duas velas apagadas, duas jarras com flores, um candeeiro a azeite, um crucifixo, maior que todos os outros objectos que aqui se encontram e uma outra vela acesa. O crucifixo, o pão e o vinho sobre a mesa com quatro lugares, remetendo para a missa e para uma educação cristã. Os filhos que, respeitosamente saúdam o pai, ali o Chefe. O filho está vestido com a farda da Mocidade Portuguesa, encontra-se sentado num banco corrido, com um pequeno quadro em ardósia ao lado. Pousado no banco encontra-se o casaco do uniforme. Segura na mão um livro. A rapariga, vestida com um vestido azul Às bolinhas brancas, com uma trança no cabelo com um laço vermelho, brinca com uma boneca que se encontra dentro de uma pequena cama de grades, um tacho em cima de um fogareiro e um prato. Do lado esquerdo da imagem existe um cesto com fruta e outro com lenha. Por trás dos cestos uma lareira acesa. Dentro da lareira encontra-se ao centro um caldeirão, uma pá e um jarro em cobre. Por cima da mesma, da esquerda para a direita existe um almofariz, uma tijela média, um jarro, uma tijela maior, dois potes, uma almotolia e outra tijela pequena. Ao fundo da imagem, do lado esquerdo existem duas bilhas, três tomates vermelhos, uma prateleira com quatro pratos, duas réstias de cebolas, um candeeiro a pender o tecto. Por baixo das bilhas encontra-se um banco de madeira redondo. A janela aberta, do lado esquerdo da porta, proporciona ao fundo a vista do castelo com a bandeira nacional hasteada revelando a gloriosa história da Pátria.

A autoridade é visível na figura do pai e pela postura submissa da mãe e dos filhos. O trabalho dignifica o homem, que embora cansado, é apresentado com um ar satisfeito do dever cumprido e onde as suas feições revelam saúde.

É a pobreza honrada presente na forma como a casa e a família são apresentadas. É este o estar que Salazar pretendia para os portugueses.

Encontra-se aqui representado o ideal da família portuguesa para o Estado Novo, um regime que preferia a ordem ao desenvolvimento, uma ditadura tradicionalista que valorizava o meio rural e que afastava as influências do mundo industrial dos anos de 1930. A questão da ruralidade

encontra-se aliás muito presente ao longo de todos os discursos e medidas tomadas por Salazar. Em São Bento, D. Maria, a sua governanta dedicava-se à criação de vários tipos de animais

“Em São Bento, as capoeiras, amplas, sólidas e erguidas para esse propósito, passaram a ocupar toda uma zona encostada ao muro exterior do jardim [...]. Aí cresciam as galinhas, os perus, os patos, os pombos e os coelhos [...]. Não muito longe das capoeiras, resolveu criar a sua própria horta, para colher sem intermediação algumas das dádivas da terra: couves, nabijas (para uma das sopas favoritas do Senhor Doutor), feijão verde, e, em certo momento, até batatas.[...]”

É um facto: a Tia Maria vendia parte da sua produção galinácea para consumo do Hotel Avis, então o mais luxuoso de Lisboa. Duas vezes por semana, ela despachava o Sr. Furtado, motorista de apoio à residência, na carrinha de serviço, com um carregamento de várias dúzias de ovos e de pequenos frangos (quase pintos) para entrega no hotel [...]. Soubemos depois que havia um hóspede muito especial, instalado no Avis em plena guerra, que não dispensava nem uns nem outros. O seu nome era Calouste Gulbenkian”.²³⁰

O autor deste cartaz conseguiu registrar o conteúdo católico e conservador da filosofia política defendida pelo Estado Novo.

“[...]este quadro dá-nos a trilogia por que se pautava a política de então: Deus, Pátria e Família que constituíram a trilogia da educação nacional, mas mais não era que a trilogia de subserviência e do adormecer de consciências.”²³¹

Este cartaz resume de uma forma muito clara e explícita os ideais do Estado Novo. Segundo a *Escola Portuguesa*

“Noção de Deus, Pátria e Família. Mostrar como as ideias contidas naquelas palavras andam associadas ao bem universal, servindo ao mesmo

²³⁰ Maria da Conceição de Melo Rita, Joaquim Vieira, *Os meus 35 anos com Salazar*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007, pp.71-73

²³¹ Alda M. Vaz Martins Aguiar, Carlos Manuel da Silva Tomé, Violeta de Oliveira Morais, “A “Lição de Salazar”, in *História*, nº73, Novembro de 1984, p.13

tempo os interesses nacionais de todos os países. A felicidade dos que crêem em Deus, amam a Pátria e têm família constituída.²³²

Este cartaz traduz muito bem o “viver habitualmente”, princípio que Salazar pretendia transmitir e aplicar aos portugueses. A ideia de ordem, de harmonia, de tranquilidade, o arranjo com que se apresentava o dia-a-dia da família portuguesa. Há autoridade para garantir que o povo vivesse habitualmente. Era este o *quadro* que Salazar pretendia para o país. A inexistência da sua família levou-o a ter uma consciência da realidade familiar e dos problemas dos cidadãos. Salazar era o guardião de um país que recebeu, de um património que defendia. Criou o seu pequeno mundo, encenando uma família que considerou ideal, mas que na realidade se encontrava deformada, desfocada e desfasada da realidade.

*“ Neste quadro encontramos [...] o essencial da filosofia política, do Paternalismo político, da noção cristã da Chefia e da Obediência que anima o ideário da Ditadura salazarista [...] a mentalidade do regime, arreigadamente paternalista, cristão, monoteísta e tradicionalista ou arcaizante por ser anti industrialista, se poderia perpetuar uma Nação rural tal como a Ditadura a imaginava, a queria formar, a forçava a ser...”*²³³

Também neste quadro que sintetiza a ideologia do regime, encontramos a ideia triádica de Deus, Pátria e Família, tão presente no catolicismo com o *Pai, Filho e Espírito Santo*. Já em 1936, Salazar referia esta trilogia como base da sua filosofia política.

“Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever”.²³⁴

²³² *Escola Portuguesa*, Ano IV, nº181, 14 de Abril de 1938

²³³ João Medina, *ob. cit.*, p. 58

²³⁴ Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas 1935-1937*, vol. II, Coimbra, Coimbra Editora, L.^{Da}, 1937, P.130

Já em 1915, Teixeira de Pascoaes, na sua obra *A Arte de ser Português* defendia a ideia de Deus, Pátria e Família.

*“A ideia de Família e de Pátria ligada à ideia de Deus, representam uma hierarquia espiritual e divina que se não deve destruir.”*²³⁵

Este último cartaz pretende sintetizar os valores do regime, enquanto os anteriores são mais de carácter propagandístico. No entanto todos eles reflectem a mentalidade e os ideais de Salazar. Pretendia construir um país modesto, discreto, rural, provinciano, fechado sobre si próprio. Pretendia moralizar um país. O lar que encontramos ilustrado neste último cartaz poderia ser comparado à descrição da sua casa no Vimieiro. Pretendia-se formatar um cidadão rural, com os mesmos hábitos, não questionando a sua vida e aceitando-a simplesmente. Este ideal de vida que Salazar manteve e insistia ao longo da sua existência, vai nos anos 50 ser imortalizado na voz de Amália Rodrigues com a canção *Uma Casa Portuguesa*.

Uma casa portuguesa

*Numa casa portuguesa fica bem
pão e vinho sobre a mesa.
e se à porta humildemente bate alguém,
senta-se à mesa co'a gente.
Fica bem esta franqueza, fica bem,
que o povo nunca desmente.
A alegria da pobreza
está nesta grande riqueza
de dar, e ficar contente.*

*Quatro paredes caiadas,
um cheirinho á alecrim,
um cacho de uvas doiradas,
duas rosas num jardim,
um São José de azulejos
mais o sol da primavera,*

²³⁵ Teixeira de Pascoaes, *Arte e Ser Português*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1991, p.84

*uma promessa de beijos
dois braços à minha espera...
É uma casa portuguesa, com certeza!
É, com certeza, uma casa portuguesa!*

*No conforto pobrezinho do meu lar,
há fartura de carinho.
e a cortina da janela é o luar,
mais o sol que bate nela...
Basta pouco, pouquinho p'ra alegrar
uma existência singela...
É só amor, pão e vinho
e um caldo verde, verdinho
a fumegar na tigela.*

*Quatro paredes caiadas,
um cheirinho á alecrim,
um cacho de uvas doiradas,
duas rosas num jardim,
um São José de azulejo
sob um sol de primavera,
uma promessa de beijos
dois braços à minha espera...
É uma casa portuguesa, com certeza!
É, com certeza, uma casa portuguesa!*²³⁶

Esta letra reflecte a imagem presente na *A Lição de Salazar* e define aquilo que o Chefe pretendia para o país e para as famílias. A pobreza honrada, a religião, a humildade do lar e o conformismo do povo.

A obra do Estado Novo, no que diz respeito à construção de obras públicas como escolas, portos, castelos, estradas, Casas do Povo vai ser então glorificada nestes cartazes, destacando sempre a acção do ditador no sentido de desenvolver o país, ao mesmo tempo que o pacificava em termos sociais.

²³⁶ <http://natura.di.uminho.pt/~jj/musica/html/amalia-casaPortuguesa.html>. Os versos são da autoria de Reinaldo Ferreira e de Vasco Matos Sequeira e a música do maestro A. Vaz da Fonseca. <http://natura.di.uminho.pt/~jj/musica/html/amalia-casaPortuguesa.html>

Destaca-se insistentemente, quer pela imagem, quer pelo texto, a falta de atenção dada pelos governos anteriores às instalações urbanas e edifícios históricos, às vias de comunicação e transporte terrestres e à frágil infraestrutura dos portos de embarque e desembarque de mercadorias que regulavam o comércio exterior português.

Dessa forma, a visualização, por parte dos alunos destes cartazes que constituem *A Lição de Salazar*, foi uma das estratégias levadas a cabo pelo Estado Novo, no sentido de lhes incutir os ideais defendidos pelo regime e a destacar sua importância. As mensagens, curtas e coerentes com as imagens e o seu conteúdo são facilmente perceptíveis e memorizadas pelos alunos. Como já referimos anteriormente o contraste entre as imagens da esquerda e da direita é grande, quer ao nível da dimensão, quer na apresentação da mesma paisagem. Tudo o que diz respeito à Primeira República aparece do lado esquerdo, numa imagem de menores dimensões, menos de metade da área, e do lado direito aparecem destacadas as obras realizadas pelo Estado Novo, apresentadas como se fossem resultado da acção de um só homem: Oliveira Salazar. A imagem do lado direito sobrepõe o canto inferior direito da imagem do lado esquerdo, que forma sempre um rectângulo perfeito, destacando a sua importância. Tudo está pensado de forma a realçar o conteúdo da imagem do lado direito em prejuízo do esquerdo. Como também já referimos anteriormente estes cartazes didácticos têm dimensões muito semelhantes ao quadro preto, o que nos leva a crer que ficassem sobrepostos sobre estes, durante as aulas em que o professor leccionava os conteúdos de acordo com os valores veiculados e explícitos nos mesmos, de forma a que os alunos os interiorizassem e aplicassem na sua vida. Muitas dessas lições encontramos definidas e publicadas em vários números da *Escola Portuguesa*. Pretendeu-se que a escola orientasse os alunos no sentido de uma obediência sagrada às hierarquias estabelecidas. Os valores e os ideais pelo regime não são propostos, mas sim impostos. Deus, Pátria e Família era o modelo a seguir. A partir desta *Lição* entendeu o Estado Novo que os alunos, ainda crianças e mais facilmente influenciáveis acabassem por se identificar com o

modelo oficial. A escola era entendida neste período como um meio de formação de consciências, como uma “sagrada oficina das almas”.

Em termos práticos não conseguimos saber a eficácia deste meio de inculcação dos valores salazaristas por parte das crianças. Em primeiro lugar devido à falta de fontes e ainda porque dependiam da região do país, o norte mais tradicional, o sul mais operário e reaccionário. Não conseguimos fazer uma avaliação precisa do modo como os alunos do período em estudo assimilaram a ideologia que explicitamente lhes era transmitida. De acordo com o estudo já realizado por Maria Filomena Mónica foram encontrados, na *Escola Portuguesa* dois pequenos inquéritos realizados nas escolas primárias nos anos 30

*“Mas fora estes limitados inquéritos feitos por representantes oficiais dos poderes instituídos, e aplicados num contexto escolar, não existem outras fontes que nos proporcionem um quadro genuíno daquilo que as crianças aprendiam, ou da maneira como reagiam àquilo que lhes ensinavam”.*²³⁷

Pensamos, no entanto, que em muitas regiões do país a afixação destes cartazes contribuiu significativamente para a interiorização do modelo defendido pelo regime.

No entanto temos consciência que o controlo social escolar não é feito apenas através da transmissão de valores e ideais, mas também através das práticas pedagógicas, contribuindo estas para reforçar esses valores ou pelo contrário dar-lhes pouco destaque, o que queremos neste período não foi o caso, dado o intenso controlo e orientações bem definidas que existiam sobre a prática pedagógica, sendo os professores, em muitos casos, escolhidos de acordo com as suas orientações políticas adequadas do regime em vigor.

²³⁷ Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Editorial Presença/ Gabinete de Investigações Sociais, [s.d.], p.352

5.2.2.O *Decálogo* do Estado Novo

Este documento, da autoria de João Francisco de Sande de Barbosa de Azevedo Bourbon Aires de Campos, terceiro conde de Ameal, mais conhecido apenas por João Ameal (1900-1982), data de 1934 e sintetiza os princípios basilares do regime. Este autor

“[...] colaboraria nesse processo de revisão histórica, através, designadamente, da sua História de Portugal, que receberia em 1941 o Prémio Alexandre Herculano, entregue pelo SNI, a qual Luís Reis Torgal considera a “obra mais reveladora da ideologia histórica do regime”.²³⁸

No *Decálogo* encontramos os dez preceitos políticos basilares do regime, em forma de panfleto, com as dimensões de 15x 23 cm, e traduzido em várias línguas²³⁹, apenas com as frases chave, da forma que reproduzimos de seguida (fig.19) e numa pequena publicação²⁴⁰, onde após cada um dos ensinamentos se faz a análise e explicação dos mesmos. Esta publicação existe também em forma de dois cartazes²⁴¹, com cinco preceitos em cada e com as dimensões de 88x117cm, publicado pela empresa LIT.CASTRO - LISBOA. As cores dominantes em todas as versões, seja panfleto, brochura e cartaz são o título em vermelho com as letras em branco, os números em vermelho assim como as palavras em destaque no texto, que se encontra escrito em letras pretas. Podemos considerar este documento iconográfico atendendo às suas dimensões e à parte gráfica, uma vez que utiliza duas cores, o preto e o vermelho, esta última para chamar a atenção do leitor e tentar que memorize mais facilmente os princípios aí apresentados.

A sua publicação e divulgação, um ano após a promulgação da Constituição de 1933, é de alguma forma o seu complemento político uma vez que na explicação de cada um dos princípios encontramos sempre a referência à Constituição e aos discursos de Salazar, esteve a cargo do SPN, sob a

²³⁸ Luís Bigotte Chorão, ob.cit.,pp.54-55

²³⁹ O exemplar consultado na Biblioteca Nacional, e único aí existente encontrava-se em espanhol.

²⁴⁰ *Decálogo do Estado Novo*, Lisboa, Edições SPN,[s.d.]

²⁴¹ Torre do Tombo, AOS,PC-12, cx.657,pt.10

responsabilidade de António Ferro. É de realçar a grafia utilizada e os sublinhados que destacam palavras consideradas chaves para o regime e ainda a expressão Estado Novo, sempre em letras maiúsculas. Este é um exemplo visível do poder da imagem. Estes princípios basilares aparecem em forma de panfleto/livro, para que se torne mais eficaz e visível a sua memorização e interiorização. De forma a ser guardado, afixado, memorizado e cumprido pelos Portugueses.

Reproduzimos de seguida os princípios aí registados:

1º "O **ESTADO NOVO** representa o acôrdo e a síntese de tudo o que é **permanente** e de tudo o que é novo, das tradições vivas da Pátria e dos seus impulsos mais avançados. Representa, numa palavra, a **vanguarda** moral, social política.

2º O **ESTADO NOVO** é a garantia da independência e unidade da Nação, do equilíbrio de todos os seus valores orgânicos, da fecunda aliança de tôdas as suas energias criadoras.

3º O **ESTADO NOVO** não se subordina a nenhuma classe. Subordina, porém, tôdas as classes á suprema harmonia do **Interêsse Nacional**.

4º O **ESTADO NOVO** repudia as velhas fórmulas: Autoridade sem liberdade, Liberdade sem Autoridade e substitui-as por esta: **Autoridade e liberdades**.

5º No **ESTADO NOVO** o indivíduo existe, socialmente, como fazendo parte dos grupos naturais (**famílias**), profissionais (**corporações**), territoriais (**municípios**) e é nessa qualidade que lhe são reconhecidos todos os necessários direitos. Para o **ESTADO NOVO**, não há direitos abstractos do Homem, há direitos concretos dos homens.

6º "Não há Estado Forte onde o Poder Executivo o não é". O Parlamentarismo subordinava o Govêrno à tirania da assembleia política, através da ditadura irresponsável e tumultuária dos partidos. O **ESTADO NOVO** garante a existência do Estado Forte, pela segurança, independência e continuidade da chefia do Estado e do Govêrno.

7º Dentro do **ESTADO NOVO**, a representação nacional não é de ficções ou de grupos efêmeros. É dos elementos **reais e permanentes** da vida nacional: famílias, municípios, associações, corporações, etc.

8º Todos os portugueses, têm direito a uma vida livre e digna - mas deve ser atendida, antes de mais nada, em conjunto, o **direito de Portugal** à mesma vida livre e digna. O bem geral suplanta - **e contém** - o bem individual. Salazar disse: Temos obrigação de sacrificar tudo por todos: não devemos sacrificar-nos todos por alguns.

9º O ESTADO NOVO quer reintegrar Portugal na sua grandeza histórica, na plenitude da sua civilização universalista de **vasto império**. Quer voltar a fazer de Portugal uma das maiores potências espirituais do mundo.

10º Os inimigos do **ESTADO NOVO** são inimigos da Nação. Ao serviço da Nação - isto é: da ordem, do interesse comum e da justiça para todos - pode e deve ser usada a **fôrça**, que realiza, neste caso, a legítima defesa da Pátria."²⁴²

²⁴² Extraído de Fac-Símile de cartaz publicado no livro de Joaquim Vieira *Portugal século XX - Crónica em imagens - 1930-1940*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, p.

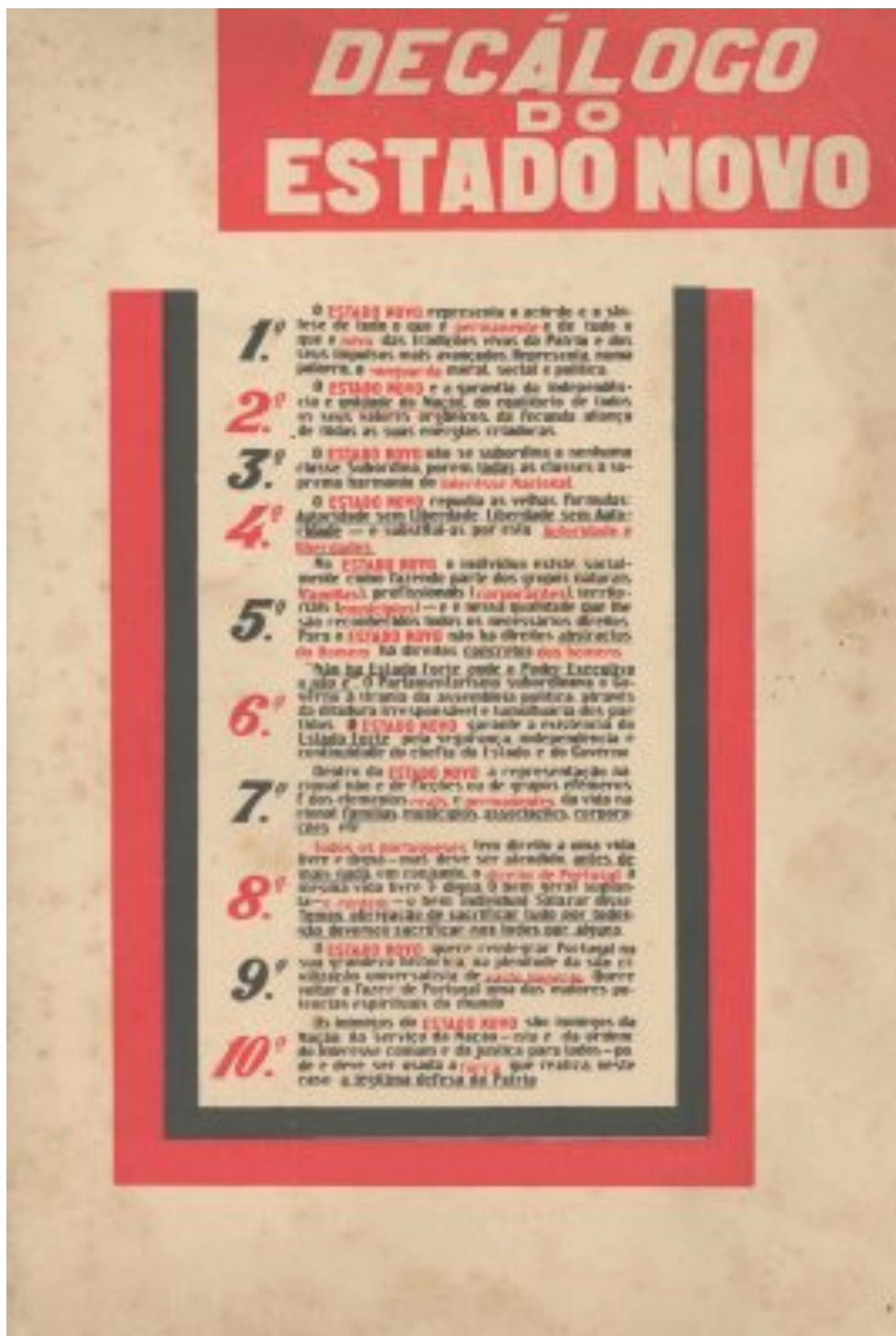


Fig. 19 - Decálogo do Estado Novo

Neste *Decálogo* estão bem expressos as bases do regime salazarista, sem esquecer a sua dimensão imperial.

Analisaremos de seguida cada um dos dez princípios.

No que diz respeito ao 1º pretendia-se explicar aos portugueses que Tradição e Progresso eram dois *conceitos* que se complementam e interligam. Pretendia-se conservar a Nação, fazendo um aproveitamento dinâmico da tradição, através do enaltecimento do seu passado histórico, dentro de um quadro de valores da época. A tradição era entendida como a exaltação da memória colectiva, sendo esta entendida como “fontes de energia nacional”. Segundo este documento

“[...] a lição que nos deram as gerações e cujo sacrifício resultou a Pátria de nós todos. Constitui - sem dúvida – “o imperativo categórico da História!”²⁴³

A tradição é aqui entendida como uma escola de disciplina e de trabalho, como o conjunto dos progressos realizados. O progresso como a soma de tradições.

“O Portugal de amanhã voltará a ser digno do Portugal de sempre”.²⁴⁴

No que diz respeito 2º princípio encontramos presente a importância da estabilidade e força do regime político, garante para o equilíbrio da Nação, fazendo referência à Defesa Nacional através do Exército, da Marinha e da Aviação que asseguram a “integridade do Território e da conservação do Império”.

O 3º princípio valoriza o trabalho, numa perspectiva corporativista.

“O trabalho tem o seu lugar, um lugar de primeiro plano, dentro da arquitectura nacional moderna. Mas não para lhe ser entregue o poder político – unicamente para se organizar em sectores firmes e disciplinados, e para se fazer representar, ao lado do capital, na vida e economias do país”.²⁴⁵

²⁴³ Idem, *ibidem*, p.9

²⁴⁴ Idem, *ibidem*, p.9

²⁴⁵ Idem, *ibidem*, p.18

O 4º princípio diz respeito a um dos grandes ideais do regime: a questão da autoridade, unificadora, segura, contínua, e necessária para a existência da liberdade, esta última de acordo com o documento deverá ser merecida e conquistada pelos indivíduos. Existe aqui subjacente um reforço da autoridade.

“O Estado Novo suspendeu os abusos da falsa liberdade para dar vida nova às liberdades reais e permanentes. Tornou-se, pelo fortalecimento da Autoridade, o instrumento decisivo da restauração das liberdades nacionais. [...] o Estado Novo teve de ser anti-liberal, no campo das palavras, para ser, no campo dos factos – libertador.”²⁴⁶

Relativamente ao 5º princípio este recusa os direitos do Homem, substituindo-os pelos direitos dos homens, isto é os grupos integrados na sociedade. Este anti-individualismo fazia parte do ideário salazarista. Salazar confessou-se abertamente antiliberal, antidemocrático, autoritarista, defensor de um Estado forte, antiparlamentar, com uma representação nacional exercida pelos grupos naturais, já aliás consagrados na Constituição, como a família, as corporações e os municípios. O indivíduo existe apenas socialmente integrado num grupo natural e social. Pertence, sempre, de acordo com o documento, a uma família, a uma profissão, a uma região. É a pertença a um grupo que lhe dá estabilidade, força e reconhecimento social. No caso concreto da família

“[...] representa as grandes forças de unidade e de continuidade, através dos quais se enobrecem e prolongam os destinos de cada um de nós [...] ser pela Nação era, antes de mais nada, ser pela Família. Reintegrando a Família na sua indispensável missão política e social – deu um passo decisivo no sentido da integral reconstrução portuguesa.”²⁴⁷

De acordo com este princípio

“[...] como resultante das associações naturais de pessoas do mesmo sangue (famílias), das associações produtoras de pessoas da mesma profissão (grémios, sindicatos e corporações), das associações regionais de

²⁴⁶Idem, *ibidem*, p.27

²⁴⁷Idem, *ibidem*, pp.31-32

*peçoas que as mesmas particularidades linguísticas, os mesmos interesses, e os mesmos costumes identificam (municípios); encontramos, como resultante orgânica deste somatório de organismos sociais – a Nação”.*²⁴⁸

O 6º princípio diz respeito à importância do poder executivo como garante de um Estado forte

*“[...] capaz de se manter através de todas as contingências, de triunfar de todos os obstáculos e de cumprir inteiramente a sua missão ordenadora e disciplinadora”.*²⁴⁹

Realça ainda a importância da continuidade na governação, na figura do Chefe de Governo, de forma a assegurar a realização e concretização dos objectivos traçados que conduzem à unidade e grandeza do País.

O 7º princípio define como elementos da representação nacional a família, as corporações e os municípios, organismos naturais em que o indivíduo se enquadra e através dos quais exerce as suas actividades, luta pelos seus direitos e cumpre os seus deveres.

“O que deve ser representado junto do governo, é esta série de organismos de que se compõe a sociedade nacional – e nunca os indivíduos tomados na sua mera expressão numérica e variável.

Foi esta a orientação adaptada pelos construtores do Estado Novo. E só essa, evidentemente, poderia corresponder a um programa autentico de reorganização portuguesa. [...]

*A verdadeira representação nacional – dos elementos reais e permanentes da Nação: famílias, municípios, associações, corporações, etc. – é aquela que o Estado Novo está organizado.*²⁵⁰

O 8º princípio diz respeito de todos os portugueses terem direito a uma vida livre e digna, mas com a obrigação de sacrificar tudo por todos, ou seja, a uma política de sacrifício. De acordo com o documento o indivíduo só se

²⁴⁸ Idem, *ibidem*, p.33

²⁴⁹ Idem, *ibidem*, p.35

²⁵⁰ Idem, *ibidem*, pp.40-41

valoriza e fortalece servindo o interesse nacional e sacrificando-se pelo bem da Nação.

O 9º princípio destaca a grandeza histórica do País, valorizando o seu vasto Império, através da sua política colonial sustentada no Acto Colonial.

*“Não bastava ordenar, manter e desenvolver a Nação metropolitana; era indispensável alargar o fomento renovador às Ilhas e ao Ultramar. Para alcançar tal objectivo, não há dúvida que se devia favorecer a criação de uma nova mentalidade imperial”.*²⁵¹

O 10º princípio refere que os inimigos do Estado Novo são inimigos da Nação e contra eles se deverá usar a força para repor a ordem e a justiça, em legítima defesa da Pátria.

Em todos os princípios definidos neste decálogo encontramos implícitas as grandes verdades apresentadas pelo regime, definidas na Constituição de 1933 e apresentadas ao País de uma forma mais atractiva, de fácil memorização, através deste documento.

Pensamos que, a produção de todos estes cartazes, panfletos e postais foi feita de uma forma consciente e ponderada. O Estado Novo utilizou a iconografia e colocou-a ao serviço da propaganda do regime.

5.2.3. Salazar, Salvador da Pátria

O postal ilustrado (fig.20), que analisamos de seguida, foi editado por um particular, em 1935 pela Litografia Castro. Encontra-se assinado por B. Lopes, de Lisboa, tem a dimensão de 10x15 cm, foi censurado pelo regime e proibida a sua circulação. Este postal não teve carácter oficial, nem foi adoptado ou

²⁵¹ Idem, *ibidem*, p.50



Fig. 20 - Postal ilustrado representando Salazar como Salvador da Pátria –
Edição de B. Lopes - Litografia Castro - 1935
produzido pela SPN, o organismo responsável pela propaganda do Estado
Novo.

*“[...] o postal, editado por um privado em princípios de 1935, não
agradou ao poder e foi prontamente mandado apreender pela polícia”.²⁵²*

²⁵² José Barreto, *Salvador da Pátria apreendido pela polícia*,
http://malomil.blogspot.pt/2012/03/este-postal-ilustrado-de-1935_23.html (consultado em
Agosto de 2012)

Este postal foi apreendido pela PIDE, embora alguns exemplares tenham sido guardados por coleccionadores. Durante o período do Estado Novo não foi reproduzido em nenhuma publicação, nem evidentemente utilizada pelo SPN. Só após o 25 de Abril de 1974 ressurgiu em público e começou a ser reproduzida ilustrando a propaganda salazarista, quando curiosamente nunca foi um postal oficial.

Nos registos da Direcção Geral dos Serviços de Censura à Imprensa pela Comissão de Censura de Lisboa, Zona Sul, no Boletim nº150 relativo aos cortes registados na semana de 18 a 24 de Fevereiro de 1935 encontramos relativamente a um corte feito a uma notícia publicada no jornal *O Tempo* de 19 do mesmo mês

“Homenagem Suspeita

O sr. B. Lopes, editou um postal ilustrado, em que, para homenagear Sua Ex^a o Presidente do Conselho, o apresenta armado de cota e espada, e lhe chama “salvador de Portugal”.

Este jornal reclamava a apreensão, por desprestigiante para D. Afonso Henriques e para o Sr. Dr. Oliveira Salazar.

Corte total por a polícia já o ter apreendido.”²⁵³

Este postal, que tem sido ao longo do tempo frequentemente reproduzido foi, segundo consta neste documento da autoria de um particular, com o objectivo de homenagear o Chefe do Governo.

Quanto ao artigo publicado no jornal *O Tempo*

“[...] foi objecto de “corte total” pela simples razão de que a polícia já tinha apreendido o postal”. [...] Ora o capitão não diz que o postal foi censurado pelos seus serviços, mas sim que a polícia já o tinha apreendido – não sabemos a mando de quem. É bem possível que a ordem de apreensão tenha partido do próprio governo, depois de o ditador se ter inteirado do caso e, eventualmente, visualizado o postal.”²⁵⁴

²⁵³ Arquivo da Torre do Tombo, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 472, pasta 1/1, fl. 217.

²⁵⁴ José Barreto, ob. cit.

Não nos iremos debruçar neste trabalho sobre os motivos que levaram à apreensão do postal, pretendemos apenas fazer a análise do mesmo do ponto de vista iconográfico e da mensagem que contém.

De acordo com o estudo já realizado por José Barreto

*“O editor do “Salvador da Pátria”, de cujo sincero salazarismo não há razão para duvidar, deve também ter pensado nos proventos que a venda do postal lhe traria. Não parece ter contado, todavia, com a reacção do desconfiado professor coimbrão que comandava os destinos do país”.*²⁵⁵

De acordo com este autor o postal terá sido feito a partir de uma fotografia oficial de Salazar e colocada na estátua de D. Afonso Henriques, da autoria de Soares dos Reis que serviu de modelo a este postal. Esta estátua encontra-se em Guimarães ²⁵⁶ e existe uma réplica no Castelo de S. Jorge em Lisboa. Podemos verificar que a cabeça de Salazar se encontra um pouco deslocada do resto do corpo.

Para além de todas as discussões que a circulação deste postal pudesse colocar, poderia levantar questões de ordem política. A imagem de Salazar na versão de D. Afonso Henriques poderia ser pretexto a especulações sobre a fidelidade de Chefe de Governo à República.

*“Representar o “Salvador da Pátria” no corpo do primeiro monarca, como se de um possível refundador se tratasse, podia dar azo a interpretações indesejáveis. E que diria o chefe de Estado de então, o general republicano Óscar Carmona, se se deixasse correr a representação pictórica de Salazar como soberano de Portugal?”*²⁵⁷

O exemplo da publicação deste postal e a censura de que foi alvo, à margem do SPN revela-nos que a promoção da imagem do Chefe não era permitida a particulares e por isso foi apreendido. O que nos leva a pensar que todas as campanhas de propaganda realizadas foram intencionais e pensadas

²⁵⁵ Idem, *ibidem*

²⁵⁶ Esta estátua foi inaugurada em 20 de Setembro de 1887

²⁵⁷ José Barreto, ob. cit.

pelo Chefe do Governo, como estratégia política para divulgar, quer a sua imagem, recatada e trabalhador, casado com a Nação, quer os seus ideais.

Do ponto de vista iconográfico este postal mostra Salazar vestido de D. Afonso Henriques, segurando com a mão esquerda uma espada, enquanto, que a direita segura um escudo onde se pode ler “Tudo pela Nação, nada contra a Nação”. Na legenda deste postal encontramos a frase “Ditosa Pátria que tais filhos tem.” No canto superior esquerdo do postal encontramos escrito “SALAZAR – Salvador da Pátria”. No verso do postal, de acordo com João Medina²⁵⁸, encontramos um texto explicativo sobre os “Grandes de Portugal”: Afonso Henriques, “Fundador da Nacionalidade”, D. Nuno Álvares Pereira, “o grande Mestre, que ao mandar tirar o andaime da abóboda da Casa do Capítulo, no Mosteiro da Batalha, disse a El-Rei D. João I: Senhor, metei a espada na bainha: /que isto não cai, é obra minha!”, D. João IV, “fundador da independência”, e no final, o Doutor António de Oliveira Salazar, “Salvador da pátria. Em 11 de Janeiro de 1935 pôde dizer aos inimigos da pátria, a um por um: vilão, metei a espada na bainha/que a pátria não cai, é obra minha”.

Neste postal encontramos um conjunto de elementos que nos mostram numa primeira análise três aspectos.

Em primeiro lugar o culto do chefe através da imagem de Salazar que se apresenta, qual D. Afonso Henriques como o “Salvador da Pátria”. É visível a postura de Salazar como chefe de Estado autoritário, em que a sua mão direita assente no escudo onde o dístico determina o dever de lealdade para com a Pátria e a obrigação de a amar e servir.

Por outro lado a valorização do passado histórico de Portugal pelo facto de Salazar se apresentar como D Afonso Henriques, o 1.º Rei de Portugal, com uma espada do escudo, para defender a Nação. Curioso é ainda o texto no verso do postal realçando a importância de um conjunto de personalidades que tiveram destaque ao longo da nossa história.

O Totalitarismo do Estado encontra-se presente no escudo que Salazar segura, em que se encontra escrito: “Tudo pela Nação, nada contra a Nação”. Nada nem ninguém pode estar fora do Estado, tudo tem de estar a favor do

²⁵⁸ João Medina. ob. cit., pp.206.207

mesmo. Salazar aparece não apenas como um mero chefe político, mas o redentor de uma nação desgovernada e que necessita de um rumo. É aqui visível a tentativa de restaurar os valores do passado.

Quanto aos gestos históricos fundadores da nação eles assentam fundamentalmente na oposição ao inimigo estrangeiro e na defesa do cristianismo. Motivações centrais dos heróis que fundaram ou refundaram a nação, como é o caso de D. Afonso Henriques. Aquilo que se pretende é estabelecer um paralelismo entre Afonso Henriques e Salazar. Ambos enfrentam ameaças que fazem perigar a nação: o primeiro os mouros infiéis e inimigos da cristandade, o segundo a descrença que permite a descaracterização de Portugal.

Neste postal a fusão das duas personagens é plenamente assumida. Nele o corpo de Afonso Henriques, com as suas armas e a sua pose guerreira, completa-se com a cara de Salazar, enquanto as legendas explicitam as mensagens que importa guardar: no escudo “Tudo pela Nação, nada contra a Nação”, em cima escreve-se “Salazar - Salvador da Pátria” e na base, como que sustentando aquela representação, exclama-se “Ditosa Pátria que tais filhos tem”.

Referindo-se no seu livro ao postal de Salazar, João Medina classifica-o de “arte popular” e afirma que

*“estas formas ingénuas de projectar uma imagem mítica, ainda que simplista, do nosso Ditador completam de modo expressivo o tipo mesmo de mitologia e de iconologia que o regime da Ditadura estimulava, acarinhava”*²⁵⁹

Encontramos aqui um exemplo de como a construção do passado é feita através da união da História e do mito.

²⁵⁹ João Medina, ob. cit., p. 207

CONCLUSÃO

Nos primeiros anos de edificação do Estado Novo, foi dada especial atenção à educação, sendo esta entendida como um meio de incutir na população os ideais do regime. Desde os tempos do seminário que Salazar se debruçou sobre a temática exprimindo publicamente através de artigos na imprensa e palestras as suas ideias sobre o assunto, realçando sempre a importância da educação na formação integral do indivíduo. Entendeu-a como um meio de transformar os portugueses e através dela transmitir os valores nos quais fundamentava e estruturava o regime que propunha para a país. O ensino era portador de uma ideologia definida que tinha como elemento fundamental a Nação. Pretendia-se formar o carácter dos portugueses levando-os à interiorização das virtudes morais e cívicas defendidas pelo regime. O ensino tinha desta forma um carácter profundamente moralizante.

A família era considerada o elemento educador por excelência, tendo um papel central na formação das crianças.

Pretendia-se, através das políticas educativas implementadas, levar a cabo uma profunda reforma moral dos homens.

A educação, assente numa base autoritária, foi neste período utilizada no âmbito político, como um dos meios de modificar a mentalidade dos portugueses. A escola era considerada a “sagrada oficina das almas” e encontrava-se ao serviço da Nação. Tinha, enquanto instituição, um carácter profundamente ideológico e assumia-se como um espaço privilegiado de doutrinação e integração social. Era uma escola nacionalista e conservadora, de exaltação patriótica e religiosa. Pretendia-se transmitir aos alunos um conjunto de conceitos e princípios no sentido de os moldar à ideologia e aos ideais defendidos pelo Estado Novo. Uma escola onde destacava a ordem, a autoridade e o conformismo.

Pretendemos contribuir com este trabalho para a história da educação em Portugal entre 1933 e 1939, analisando pormenorizadamente um conjunto de cartazes que constituem a *Lição de Salazar*, mandados publicar pelo Ministério da Educação sob a ordem de Carneiro Pacheco e tentar compreender até que ponto contribuíram para a interiorização dos ideais veiculados pelo regime e para a formatação da mentalidade dos portugueses.

Esta análise é feita do ponto de vista do conteúdo, dos ideais que aí se encontram implícitos e do ponto de vista iconográfico, uma vez que consideramos que a imagem foi utilizada pelo Estado Novo como um meio de inculcação dos valores e das grandes verdades defendidas pelo regime necessárias à formação de uma sociedade que venerasse e respeitasse o regime. A imagem é utilizada como fonte histórica, embora o conteúdo dos textos que a acompanham reforcem ainda mais o que se pretende transmitir. Pretendia-se implementar na sociedade portuguesa uma ideologia que orientasse a população.

Era então necessário encenar as grandes certezas, transmitir, mostrar e persuadir a população da sua importância, dos seus benefícios. Era fundamental impô-las no espírito de todos. Torna-se, desta forma, necessária a propaganda. Uma propaganda orientada de acordo com o regime, mostrando apenas o necessário. Era necessário formatar os espíritos de acordo com estas certezas e estas verdades. O ensino apresenta-se então como um veículo privilegiado de inculcação ideológica, conjuntamente formativa, impositiva e repressiva.

A propaganda esteve no centro das atenções do Governo e nesse sentido foi, em 1933 criado o SPN, com o objectivo de incutir na população o ideário do regime, enaltecendo o Estado Novo e o seu Chefe, tornando-se numa oficina de doutrinação através de tudo o que produziu e onde se incluem os cartazes.

O cartaz foi o veículo por excelência que o Estado Novo utilizou para fazer chegar à população as directrizes da Nação.

O cartaz assumiu uma função pedagógica com o objectivo de intervir no seio da comunidade, modificando-a. Não funcionou apenas como forma de comunicação visual mas também e essencialmente nos domínios do objecto utilitário e informativo. O cartaz é um meio de comunicação que permite uma rápida transmissão da mensagem assumindo um carácter informativo e simultaneamente muito apelativo.

Concluimos que existiu uma manipulação da imagem por parte do Estado Novo. O ensino esteve ao serviço da Nação uma vez que foi um dos meios utilizados para incutir nas crianças a ideologia do regime.

Embora não possamos afirmar até que ponto a afixação destes cartazes em todas as escolas primárias contribuiu para a interiorização desses valores, uma vez que não encontramos as fontes necessárias para a realização dessa análise, pensamos que reforçaram essa inculcação. Consideramos que a imagem tem de facto um poder específico e que a utilização da iconografia contribuiu para que o regime mais facilmente atingisse os seus objectivos de formatar mentalidades.

O Estado Novo utilizou as imagens, quer através de cartazes, postais e manuais escolares como estratégia de inculcação de valores e da ideologia do regime. O Estado, nacionalista, utilizou a educação para enquadrar a população no regime, educando-a para aceitar de forma pacífica os valores veiculados e conformar-se com a vidinha que o regime impunha e apresentava como ideal. Era o viver habitualmente que Salazar ambicionava para os portugueses.

O objectivo de Salazar era, não apenas através destes cartazes, mas de toda a máquina de propaganda que montou através do SPN implementada por António Ferro dar uma Lição aos Portugueses. Lição orientada e bem preparada de forma a enquadrar os cidadãos na ideologia do regime. Onde se orientava a população para os valores defendidos pelo regime. Valores que se pretendiam inquestionáveis. Daí a importância desta Lição, não apenas na forma de cartazes, panfletos, brochuras, postais, mas também através do cinema, da rádio e mais tarde na televisão. Muitas foram as formas, os meios e as estratégias encontrados pelo regime para o edificar.

A obra educativa era feita no sentido de modificar os defeitos de formação que eventualmente os portugueses pudessem apresentar e formatá-los para que se tornem os cidadãos do Estado Novo. Foi criada uma disciplina colectiva implícita em todas estas acções levadas a cabo pelo Ministério da Educação. Disciplina essa que era consentida, mais que imposta.

Ao longo do nosso trabalho tentámos demonstrar que de facto Salazar pretendia, quer através dos cartazes didácticos, quer através do *Decálogo do Estado Novo*, quer a partir de todas as iniciativas que tomou nesse sentido, dar uma lição aos portugueses. Lição porque lhes queria ensinar o caminho a seguir, as decisões a tomar, as ideias que segundo o seu ponto de vista seriam as certas, as indicadas para a formação do país que ambicionava. Lição que Salazar apresenta de acordo com a sua mentalidade, os seus ideais, a sua visão do mundo, a construção que idealizou e em parte concretizou nas medidas que foi tomando ao longo do seu governo para edificar um país que construiu à sua medida. Lição uma vez que ao longo da sua vida Salazar não abandonou a sua postura de professor, de orientador, de portador de uma mensagem.

A escolha de *A Lição de Salazar* prende-se com o facto de considerarmos que o último destes cartazes resume em grande parte não apenas as grandes verdades do regime, como referimos anteriormente, mas o Portugal que Salazar pretendia.

Temos a noção clara que muito ficou por dizer, mas entendemos que a dissertação é um ponto de partida e não de chegada. Poderíamos ter aprofundado mais e trazer mais novidade à investigação contudo, as contingências impostas por Bolonha, no que diz respeito ao limite de páginas, condicionaram o volume que hoje apresentamos.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1.FONTES

ARQUIVO DO DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Diário de Notícias, 27 de Abril de 1928

Diário de Notícias, 28 de Maio de 1932

Diário de Notícias, 27 de Abril de 1938

Foto do arquivo do DN de 13 de Julho de 1938

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Escola Portuguesa, Ano I, nº1, 11 de Outubro de 1934

Escola Portuguesa, Ano IV, nº164, 16 de Dezembro de 1937

Escola Portuguesa, Ano IV, nº165, 23 de Dezembro de 1937

Escola Portuguesa, Ano IV, nº181, 14 de Abril de 1938

Escola Portuguesa, Ano IV, nº183, 27 de Abril de 1938

Escola Portuguesa, Ano IV, nº185, 5 de Maio de 1938

Escola Portuguesa, Ano V, nº225, 16 de Fevereiro de 1939

Escola Portuguesa, Ano V, nº233, 13 de Abril de 1939

Escola Portuguesa, Ano V, nº234, 20 de Abril de 1939

ARQUIVO PARLAMENTAR DA ASSEMBEIA DA REPÚBLICA

Diário das Sessões – Assembleia Nacional

Disponível on-line em <http://debates.parlamento.pt/?pid=r2>

ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO

Torre do Tombo, AOS, PC-12, cx.657

LEGISLAÇÃO

Decreto nº12:008 de 2 de Agosto de 1926, *Diário de Governo*, 1ª Série, nº167

Decreto nº12:425 de 2 de Outubro de 1926, *Diário de Governo*, 1ª Série, nº220

Decreto nº12:426 de 2 de Outubro de 1926, *Diário de Governo*, Iª Série, nº220
Decreto nº13:619 de 17 de Maio de 1927, *Diário de Governo*, Iª Série, nº100
Decreto nº16:077 de 26 de Outubro de 1928, *Diário do Governo*, I Série, nº 247
Decreto nº18:235 de 22 de Abril 1930, *Diário do Governo*, I Série, nº 92
Decreto nº18:433 de 6 de Junho 1930, *Diário do Governo*, I Série, nº 130
Decreto nº 21:014, de 21 de Março de 1932, *Diário de Governo*, I Série, nº68
Portaria nº 7:323 de 13 de Abril de 1932, *Diário de Governo*, I Série, nº 87
Decreto nº 21:103 de 15 de Abril de 1932, *Diário de Governo*, nº89
Decreto nº22:040, de 28 de Dezembro de 1932, *Diário de Governo*, I Série, nº304
Decreto nº22:369, de 30 de Março de 1933, *Diário de Governo*, I Série, nº73
Decreto-lei nº23:054, 23 de Setembro de 1933, *Diário de Governo*, I Série, nº218
Decreto nº 25:305 de 9 de Maio de 1935, *Diário de Governo*, Iª Série, nº105
Decreto-lei nº 25 317, de 13 de Maio de 1935, *Diário de Governo*, I Série, nº108
Decreto-lei nº 25:344, de 16 de Maio de 1935, *Diário de Governo*, I Série, nº111
Lei 1:910 de 23 de Maio de 1935, *Diário do Governo*, Iª Série, nº117
Decreto-lei nº25:495 de 13 de Junho de 1935, *Diário de Governo*, Iª Série, nº134
Lei nº1:941 de 11 de Abril de 1936, *Diário de Governo*, Iª Série, nº84
Decreto-lei nº 26:611, de 19 de Maio de 1936, *Diário de Governo*, I Série, nº116
Decreto-lei nº26:730 de 27 de Julho de 1936, *Diário de Governo*, Iª Série, nº149
Decreto nº26:893 de 15 de Agosto de 1936, *Diário de Governo*, Iª Série, nº191
Decreto-lei nº26:611 de 19 de Maio de 1936, *Diário do Governo*, I Série, nº116
Decreto-lei nº27:058 de 30 de Setembro de 1936, *Diário do Governo*, I Série, número 230
Decreto-lei nº27:084 de 14 de Outubro de 1936, *Diário do Governo*, I Série, número 241
Decreto-lei nº27:279 de 24 de Novembro de 1936, *Diário de Governo*, Iª Série, nº276

Decreto-lei nº 27:882, de 21 de Julho de 1937, *Diário de Governo*, I Série, nº168

Decreto-lei nº33:545 de 23 de Fevereiro de 1944, *Diário de Governo*, Iª Série, nº37

Decreto-lei nº34:133 de 24 de Novembro de 1944, *Diário de Governo*, Iª Série, nº260

Portaria nº8:058 de 23 de Março de 1935, *Diário do Governo*, I Série, nº 67

Portaria nº9:015 de 11 de Junho de 1938, *Diário do Governo*, I Série, nº 133

2. BIBLIOGRAFIA GERAL

AGOSTI, Héctor P., *Ideologia e Cultura*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984

ALARCÃO, Jorge de, *Introdução ao Estudo da História e do Património Locais*, Coimbra, Instituto de Arqueologia, 1988

ALMEIDA, Bernardo Pinto de, *As imagens e as coisas*, Lisboa, Campo das Letras, 2002

BARROSO, João, *Os liceus - organização pedagógica e administração (1836-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 2 volumes, 1995

BARTHES, Roland, *A Câmara Clara*, Lisboa, Edições 70, 1981

BELO, José M.C., *Para uma Teoria Política da Educação Actualidade do Pensamento Filosófico, Pedagógico e Didáctico de Delfim Santos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, 1999

Dissertação, Tese, São Paulo, Editora Atlas, S.A., 2004

BERGER, Jonh, *Modos de Ver*, São Paulo, Livraria Martins Fontes, Editora, Lda., [s.d]

BLOCH, Marc, *Introdução à História*, 4ª edição, Lisboa, Publicações Europa América, 1981

BOAVENTURA, Edivaldo M., *Metodologia da Pesquisa, Monografia*,

CITRON,S., *Ensinar a História Hoje – A Memória Perdida e Reencontrada*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990

DEBRAY, Régis, *Vie et mort de l'image: une histoire du regard en occident*, Paris, Gallimard, 1998

Dicionário dos Educadores Portugueses, direcção de António Nóvoa, Lisboa, Edições Asa, 2003

Dicionário de História de Portugal, coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica, 3 volumes, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 1999

Dicionário de História de Portugal, direcção de Joel Serrão, 4 volumes, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963

Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa, Lisboa, Temas e Debates, 2005

ECO, Humberto, *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*, Lisboa, Editorial Presença, 1984

FEBVRE, Lucien, *Combates pela História*, 3ª edição, Lisboa, Editorial Presença, 1989

FRANÇA, José- Augusto, *História, que História?* Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Colecção Ensaio, 1996

FURET, François, *A oficina da História*, Lisboa, Gradiva, Colecção Construir o Passado 8, [s.d.]

GAMA, Sebastião da, *Diário*, Lisboa, Edições Ática, 1962

GODINHO, Vitorino Magalhães, *A Educação num Portugal em mudança*, Lisboa, Edições Cosmos, 1975

GOMES, Joaquim Ferreira, FERNANDES, Rogério, GRÁCIO, Rui, *História da Educação em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988

HUYGHE, René, *L'art et l'Homme*, 2ª edição, Paris, Librairie Larousse, 1957

MORAIS, João, VIOLANTE, Luís, *Contribuição para uma cronologia dos factos económicos e sociais, Portugal 1926-1985*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986

NUNES, A. Sedas, *Questões preliminares sobre as Ciências Sociais*, Lisboa, Presença, 1987

PEREIRA, Alexandre, POUPA, Carlos, *Como Escrever uma Tese monografia ou livro científico usando o word*, 2ª edição, Lisboa, Edições Sílabo, 2003

RAMOS, Rui (Coord.), SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *História de Portugal*, 3ª edição, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009

VEYNE, Paul, *Como se escreve a História*, Lisboa, Edições 70, 1983

VERNEY, L., *Verdadeiro Método de Estudar*, 2ª edição, Porto, Domingos Barreiro, 1960

3. BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

ABÓS, Ángel Luis, *La historia que nos enseñaron (1937-1975)*, Madrid, Foca, 2003

ACCIAIUOLI, Margarida, *exposições do estado novo, 1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998

AFONSO, A. Martins, *História da Civilização Portuguesa*, Porto, Porto Editora, LDA, s.d.

AGUIAR, Alda M. Vaz Martins, TOMÉ, Carlos Manuel da Silva, MORAIS, Violeta de Oliveira, A “Lição de Salazar”, in *História*, nº73, Novembro de 1984

ALBUQUERQUE, Luís, *Notas para a história do ensino em Portugal*, 1º volume, Coimbra, Textos Vértice, [s.d.]

- ALMEIDA, Fortunato de, *História da Educação, uma Perspectiva*, Lisboa, Porto Editora, 2005
- ALMEIDA, Pedro Ramos de, *Salazar Biografia da Ditadura*, Lisboa, Edições Avante, 1995
- ALVES, Luís Alberto Marques, O Estado da História – o Ensino, in *História*, Revista da Faculdade de Letras, Porto, III Série, vol.2, 2001
- AMEAL, João, *Construção do Estado Novo*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1938
- AMEAL, João, *História de Portugal: das origens até 1940*, 5ª edição, Lisboa, Tavares Martins, 1962
- ANDRADE, Luís Oliveira, *História e Memória, A Restauração de 1640: do Liberalismo às Comemorações Centenárias de 1940*, Coimbra, Edições Minerva, 2001
- ARRIAGA, Lopes, *Mocidade Portuguesa, Breve História de uma organização salazarista*, Lisboa, Terra Livre, 1976
- BAPTISTA Tiago, SAMARA, Maria Alice, *Os cartazes na Primeira República*, Lisboa, Tinta-da-china, 2010
- BRANDÃO, Fernando de Castro, *Estado Novo, Uma cronologia*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008
- BRAZ, Manuel Poirier, *Salazar, A Cadeira do Poder*, Lisboa, Editorial Presença, 2008
- CABRAL, Manuel Villaverde, *O Estado Novo: de 28 de Maio ao fim da autarcia: 1926-1959*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1996
- CAETANO, Marcelo, *História Breve das Constituições Portuguesas*, 2ª edição, Lisboa, Editorial Verbo, 1968
- CALADO, Isabel, *A utilização Educativa das Imagens*, Lisboa, Porto Editora, 1994
- Cartazes de Propaganda política do Estado Novo: 1933-1949*, org. Fernando Rosas, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1988

- CAMPINHOS, Jorge, *Ideologia política do Estado Salazarista*, Lisboa, Portugal, 1975
- CAMPINHOS, Jorge, *A Ditadura Militar 1926-1933*, Lisboa, D. Quixote, 1975
- CAMPINHOS, Jorge, *O Presidencialismo do Estado Novo*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1978
- CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal Desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime de Salazar- Caetano*, 4ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007
- CASTRO, Armando de, “Para a teoria das ideologias”, in *Revista de História das Ideias*, nº8, *O Sagrado e o Profano*, Coimbra, 1986,
- Constituição Política da República Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1933
- CARVALHO, Guida Maria Aguiar de Carvalho, *A Reforma do Ensino Liceal de 1936 e a Construção do Liceu Salazarista*, Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Teoria do Desenvolvimento Curricular apresentado à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, exemplar policopiado, 1997
- CARVALHO, José, *A Formação de Salazar e o seu tempo (1889-1926)*, [s.l.], Via Occidentalis Editora, 2008
- CARVALHO, Maria Manuela, *Poder e Ensino, Os Manuais de História na Política do Estado Novo (1926-1940)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005
- Catorze Anos de Política do Espírito – Apontamentos para uma Exposição*, Lisboa, Edições SNI, Janeiro de 1948
- CHAFFER, J., *A História e o Professor de História*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984
- CHORÃO, Luís Bigotte, *A crise da República e a Ditadura militar*, Lisboa, Sextante, 2009
- CRUZ, Manuel Braga da, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1988
- Decálogo do Estado Novo*, Lisboa, Edições SPN, [s.d.]

DESTUTT DE TRACY, *Elémens d'idéologie*, 3^{ème} Edition, Paris, Meme V^e Courcier, Imprimeur-Libraire, 1817

Dicionário de História do Estado Novo (1930-1960), direcção de Fernando Rosas e J.M. Brandão, Volume I e II, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1992

DINIZ, Maria Augusta Seabra, *As fadas não foram à escola*, Porto, Edições Asa, Colecção Perspectivas Actuais, 1993

DOMENACH, Jean- Marie, *A Propaganda Política*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1975

ECO, Humberto, *O Signo*, Lisboa, Editorial Presença, 1993

ESTRELA, Rui, *A Publicidade no Estado Novo (1932-1959)*, vol.I, Lisboa, Colecção Comunicando, 2004

FERNANDES, A. Mendes, *A Educação em Portugal, Direitos da família, da Igreja e do Estado*, Guarda, [s.e.], 1958

FERRO, António, *Dez anos de Política do Espírito 1933-1943*, Lisboa, Edições SPN, [s.d.]

FERRO, António, *Homens e Multidões*, Lisboa, Livraria Bertrand, [s.d.]

FERRO, António, *Entrevistas a Salazar*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2007

FERRO, António, *O Nosso Programa de Vida*, [s.l.], Círculo Eça de Queiroz, [s.d.]

FERRO, António, *Viagem à volta das Ditaduras*, Lisboa, Tipografia da Empresa do Anuário Comercial, 1927

FERRO, António, *D. Manuel II, O Desventurado*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1954

FERRO, António, *Salazar*, Lisboa, Edições Fernando Pereira – Editor, 1982

FIALHO, Natércia de Jesus Flores, *A História de Arte nos Manuais de História do 3ºCiclo do Ensino Básico Uma análise comparativa*, Dissertação de mestrado em Didáctica da História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exemplar policopiado, 2007

FOUCAULT, Michel, *As palavras e as Coisas*, Lisboa, Edições 70, 1988

FRANÇA, José- Augusto, *O Ano X Lisboa 1936 Estudo de Factos Culturais*, Lisboa, Editorial Presença, 2010

FRANCASTEL, Pierre, *Imagem, visão e imaginação*, Lisboa, Edições 70, 1987

GARCIA, Ápio, *Um Homem chamado Salazar*, Lisboa, Editor António Francisco Barata, 1968

GASPAR, José Martinho, *Os Discursos e o Discurso de Salazar*, Lisboa, Prefácio, 2001

GONÇALVES, Rui Mário, FRÓIS, João Pedro, MARQUES, Elisa, *Primeiro Olhar*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002

GOODSON, I.F., *A Construção Social do Currículo*, Lisboa, Educa, 1997

GRÁCIO, Rui, “Ensino Primário e analfabetismo”, *Dicionário de História de Portugal*, Direcção de Joel Serrão, vol. II, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1965, pp.48-53

GRÁCIO, Rui, *Educação e Educadores*, 3ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, [s.d]

GUEDES, Fernando, *António Ferro e a sua Política do Espírito*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, MCMXCVII (1997)

HENRIQUES, Raquel Pereira, *Discursos Legais e Práticas Educativas Ser Professor e Ensinar história (1947-1974)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humana, 2010

HENRIQUES, Raquel Pereira, *António Ferro: estudo e antologia*, Lisboa, Publicações Alfa S.A., Testemunhos Contemporâneos, 1990

HUYGHE, René, *O poder da imagem*, Lisboa, Edições 70, 2009

JANEIRO, Helena Pinto, SILVA, Isabel Alarcão e, “Cartazes de Propaganda Política do Estado Novo (1933-1949): um discurso da negação – a utilização sincrónica da memória Histórica, in Actas do Encontro “ *A Construção Social do Passado*”, 27 e 28 de Novembro de 1987, Coordenação da APH, Lisboa, APH, 1992, pp.239-261

- JOLY, Martine, *A imagem e a sua interpretação*, Lisboa, Edições 70, 2003
- JOLY, Martine, *Introdução à Análise da Imagem*, Lisboa, Edições 70, 1999
- JESUS, Quirino de, *Nacionalismo Português*, Porto, Empresa Industrial Gráfica do Porto, Lda, 1932
- LACERDA, A., *História da Arte em Portugal*, vol.I, Porto, Portucalense Editora, S.A.R.L., 1942
- LEAL, Ernesto Castro, *António Ferro Espaço Político e Imaginário Social (1918-32)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994
- LEAL, Ernesto Castro, *Nação e Nacionalismo. A Cruzada Nacional de D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999
- LÉON, Antoine, *Introdução à História da Educação*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1983
- Livro de Leitura para a 4ª classe do ensino primário*, Porto, Editora Educação Nacional de Adolfo Machado, s.d.
- Livro da Primeira Classe*, 3ª edição, Lisboa, Papelaria e Livraria Fernandes e Cª, LDA, 1944
- Livro da segunda classe*, Lisboa, Papelaria e Livraria Fernandes e Cª, LDA, 1944
- LOURENÇO, Eduardo, *O Labirinto da Saudade: psicanálise mítica do destino português*, Lisboa, D. Quixote, 1988
- LUCENA, Manuel de, *A evolução do sistema corporativo português, I O Salazarismo*, Lisboa, Editorial Império, p&r perspectivas & realidades, 1976, p.200
- LUCENA, Manuel de, *O Regime Salazarista e sua Evolução*, Matosinhos, Contemporânea Editora, LDA, 1995
- LUCENA, Manuel de, "Salazarismo no Feminino", in *Análise Social*, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, nº169, Lisboa, 2004
- MADUREIRA, Arnaldo, *A Formação Histórica do Salazarismo (1928-1932)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000

- MARCELINO, Isabel, *Da palavra à imagem*, Porto, Edições Asa, 2006
- MARQUES, António Henrique R. Oliveira, *História do Selo Postal Português*, II Parte Porto, Mercado Filatélico, 1958
- MARQUES, Fernando Moreira, *Os Liceus do Estado Novo, Arquitectura, Currículo e Poder*, Lisboa, Educa, 2003
- MARQUES, A.H. Oliveira, *Portugal e o Estado Novo 1930-1960*, Lisboa, Editorial Presença, 1992
- MARQUES, Ramiro, *História Concisa da Pedagogia*, Lisboa, Plátano Editora, 2001
- MARROU, Henri- Irénée, *Do Conhecimento Histórico*, Lisboa, Rei dos Livros, 1991
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich, *A ideologia alemã*, Lisboa, Editorial Presença, 1974
- MASCARENHAS, João Mário (coord.), *O Estado Novo e as mulheres*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2001
- MATOS, Helena, *Salazar a construção de um mito*, Lisboa, Temas e Debates, 2003
- MATOS, Helena, *A Propaganda 1934-1938*, Lisboa, Temas e Debates, Circulo de Leitores, 2010
- MATOS, Sérgio Campos, *História, Mitologia, Imaginário Nacional, A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990
- MATOSO, José (Dir.), *História de Portugal: O Estado Novo (1926-1974)*, vol. VII Lisboa, Editorial Estampa, 1994
- MÁXIMO, Maria Elsa dos Santos Costa, *A Política Educativa no Estado Novo em relação à Mulher no tempo do Ministro António Faria Carneiro Pacheco (1936-1940): Contributo para a História do Género em Portugal*, Dissertação de Mestrado em Didáctica de História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exemplar policopiado, 2007
- MEDINA, João, *História Contemporânea de Portugal, Estado Novo*, I, Multilar, s.d.

- MEDINA, João (Dir.), *História Contemporânea de Portugal, Ditadura: O “Estado Novo”: Do 28 de Maio ao Movimento dos capitães* (Tomo II), Lisboa, Amigos do Livro, Editores, 1985
- MEDINA, João, *História de Portugal contemporâneo, político e institucional*, Lisboa, Universidade Aberta, 1994
- MEDINA, João, *Salazar e os Fascistas, Salazarismo e Nacional-Sindicalismo a história dum conflito 1932/1935*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1978
- MEDINA, João, *Salazar em França*, Lisboa, Ática, 1977
- MELO, Maria do Céu (Org.), *Imagens na Aula de História, Diálogos e Silêncio*, Mangualde, Edições Pedagogo, Lda., 2008
- MENESES, Filipe Ribeiro de Meneses, *Salazar*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2010
- MOLES, Abraham, *O cartaz*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1987
- MÓNICA, Maria Filomena, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, [s.d.]
- MONTEIRO, Miguel Corrêa, *A ilha Pedagógica*, Lisboa, Plátano Editora, 1987
- MONTEIRO, Miguel Corrêa (org.), *Cinema e História*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004
- MONTEIRO, Miguel Corrêa, *Didáctica da História: teorização e prática – algumas reflexões*, Lisboa, Plátano Edições Técnicas, 2001
- MONTEIRO, Miguel Corrêa, *O Ensino da História numa Escola em Transformação*, Lisboa, Plátano Edições Técnicas, 2003
- NOGUEIRA, Franco, *O Estado Novo (1933-1974)*, Barcelos, Civilização Editora, 2000
- NOGUEIRA, Franco, *Salazar, Os tempos Áureos (1928-1936)*, 2ª edição, vol. II, Barcelos, Civilização Editora, 2000
- NÓVOA, António, *Evidentemente: histórias da educação*, Porto, Edições Asa, 2005
- NUNES, Sérgio Claudino Loureiro, *Portugal através dos manuais escolares de Geografia, séc. XIX. As imagens intencionais*, Dissertação de Doutoramento

apresentada à Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, exemplar fotocopiado, 2001

Ó, Jorge Ramos Do, *Os anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a “política do Espírito” 1933-1949, Ideologia, instituições, agentes e práticas*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999

Ó, Jorge Ramos Do, *O lugar de Salazar, Estudo e antologia*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990

Obras de António Ferro 1, Intervenção Modernista Teoria do Gosto, Lisboa, Editorial Verbo, 1986

PAÇO, António Simões do, *Salazar, O Ditador Encoberto*, Lisboa, Bertrand Editora, 2010

PACHECO, Carneiro, *Três Discursos*, Lisboa, [s.e.], 1934

PANOFISKY, Ervin, *A Perspectiva como Forma Simbólica*, Lisboa, Edições 70, arte & comunicação, 1993

PANOFISKY, Ervin, *Estudos de Iconologia temas humanísticos na arte do renascimento*, Lisboa, Editorial Estampa, Imprensa Universitária nº54, 1986

PANOFISKY, Ervin, *O Significado nas Artes Visuais*, Lisboa, Editorial Presença, 1989

PATRIARCA, Fátima, *A Questão Social no Salazarismo 1930-1947*, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2 volumes, 1995,

PATRIARCA, Fátima, “Diário” de Leal Marques sobre a formação do primeiro governo de Salazar”, in *Análise Social*, vol. XLV (178), 2006

PAULO, Heloísa, *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SPI e o DIP*, Coimbra, Editorial Minerva, 1994

PEDRO, Isabel Maria Henriques, *A Mocidade Portuguesa Feminina no Liceu Nacional Infanta D. Maria de Coimbra (1948-1974)*, Dissertação de Mestrado em Didáctica da História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exemplar policopiado, 2010

PENA, Alberto, *O que parece é Salazar, Franco e a Propaganda contra a Espanha Democrática*, Lisboa, tinta-da-china, 2009

- PEREIRA, Sara Marques, (Coord.), *Memórias do Liceu Português*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006
- PEREIRA, Sara Marques, (Coord.), *Memórias da Escola Primária Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002
- PESSOA, Fernando, *Da República (1910 - 1935)*, Introdução e organização de Joel Serrão). Lisboa, Ática, 1979
- PIMENTEL, Irene Flunser, *A cada um o seu lugar A política feminina do Estado Novo*, Lisboa, Temas e Debates, Circulo de Leitores, 2011
- PIMENTEL, Irene Flunser, *Cardeal Cerejeira, O Príncipe da Igreja*, Lisboa, Esfera dos livros, 2010
- PIMENTEL, Irene Flunser, *História das Organizações Femininas do Estado Novo*, Lisboa, Temas e Debates, 2001
- PINTO, José Madureira, *Ideologias: inventário crítico de um conceito*, Lisboa, Presença – G.I.S., 1978
- PIRES, Eurico Lemos, FERNANDES, A. Sousa e FORMOSINHO, João, *A Construção Social da Educação Escolar*, Rio Tinto, Edições Asa, 1991
- POLICARPO, Fernando, *O Real Colégio Militar Contributos para o Estudo do seu Modelo de Ensino e Formação (1802-1837)*, Dissertação de Mestrado em Didáctica de História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exemplar policopiado, 2006
- PORTELA, Artur, *Salazarismo e artes plásticas*, Lisboa, Biblioteca Breve, volume 68, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação e das Universidades, 1982
- PROENÇA, Maria Cândida, *Ensinar/Aprender História, questões de didáctica aplicada*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990
- PROENÇA, Maria Cândida, VIDIGAL, Luís, COSTA, Fernando, *Os Descobrimentos no Imaginário Juvenil (1880-1950)*, Lisboa, Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000
- PROENÇA, Maria Cândida, (Coord.), *O Sistema de Ensino em Portugal, séculos XIX- XX*, Lisboa, Edições Colibri, 1998

PROENÇA, Maria Cândida, (Coord.), *Um século de ensino da História*, Lisboa, Edições Colibri, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2001

PROENÇA, Maria Cândida, *Ensinar/Aprender História, Questões e didáctica aplicada*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990

REBELO, José, *Formas de Legitimação do Poder no Salazarismo*, Lisboa, Livros e Leituras, 1998

REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa, vol. 4, 1990

RIBEIRO, José da Silva Ribeiro, *Antropologia Visual, Da minúcia do olhar ao olhar distanciado*, Lisboa, Edições Afrontamento, 2004

RITA, Maria da Maria da Conceição de Melo, VIEIRA, Joaquim, *Os meus 35 anos com Salazar*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007

ROCHA, Helenice, MAGALHÃES, Marcelo, GONTIJO, Rabeca (orgs.), *A escrita da história escolar memória e historiografia*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009

ROLDÃO, Maria do Céu, *A História do Ensino Preparatório*, Lisboa, Livros Horizonte, 1987

ROLDÃO, Maria do Céu, *Gostar de História – Um Desafio Pedagógico*, Lisboa, Texto Editora, 1987

ROSA, Pedro Miguel Aparício Alves, *O Cartaz de Propaganda do Estado Novo 1930/1940*, Tese de mestrado em Teoria da Arte, apresentada à Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, exemplar fotocopiado, 2000

ROSAS, Fernando, *O Estado Novo nos Anos trinta 1928-1938*, Lisboa, Editorial Estampa, 1986

SALAZAR, Oliveira, *Como se levanta um Estado*, Lisboa, mobilis in mobile, 1991

SALAZAR, António de Oliveira, *Como se reergue um Estado*, Lisboa, Esfera do caos, 2007

SALAZAR, António de Oliveira, *Discursos (1928-1934)*, vol.I, Coimbra, Coimbra Editora L.^{DA}, 1935

- SALAZAR, António de Oliveira, *Discursos* (1935-1937), vol.II, 2ª edição, Coimbra, Coimbra Editora L.^{DA}, 1945
- SALAZAR, António de Oliveira, *Não Discutimos a Pátria*, Lisboa, Nova Arrancada, 2002
- SALAZAR, António Oliveira, *Inéditos e Dispersos I Escritos Políticos - Sociais e Doutrinários (1908-1928)*, Venda Nova, Bertrand, 1997,
- SALES, José das Candeias, “O Documento Iconográfico na aula de História: virtudes e problemas. O exemplo do Egipto Antigo”, *O Ensino da História*, nº18, Associação de Professores de História, Lisboa, Outubro 2000, p.25-28
- SAMARA, Maria Alice, BAPTISTA, Tiago, *Os Cartazes na Primeira República*, Lisboa, Edições Tinta-da-china, Lda, 2010
- SANTOS, Sílvia Espírito, *Cecília Supico Pinto O Rosto do Movimento Nacional Feminino*, Lisboa, A esfera dos Livros, 2008
- SARAIVA, J. Silva, *O Pensamento Político de Salazar*, Coimbra, Coimbra Editora. Limitada, 1953
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal [1935-1941]*, vol. XIV, Lisboa, Verbo, 2000
- SILVA, A. E. Duarte, PINTO, António Costa, OLIVEIRA, César, ROLLO, Fernanda, ROSAS, Fernando, Ó, Jorge Ramos do, BRITO, José Maria Brandão de, CRUZ, Manuel Braga, *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1989
- SILVA, Manuela, TAMEN, M. Isabel (coord.), *Sistema de Ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1981
- SOUSA, Daniel de, *A Ideologia, os Ideólogos e a Política*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978
- PASCOAES, Teixeira, *Arte de Ser Português*, Lisboa Assírio & Alvim, 1991
- TEIXEIRA, Luiz, *Perfil de Salazar, Elementos para a História da sua vida e da sua época*, Lisboa, Edição de Autor, 1938
- TELO, António José, *Propaganda e Guerra Secreta em Portugal 1939-1945*, Lisboa, p&r perspectivas & realidades, 1990

THOMSON, Oliver, *Uma história da Propaganda*, Lisboa, Temas e Debates, 2000

TORGAL, Luís Reis, *Estados Novos, Estado Novo*, 2ª edição, I e II vol., Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009

TORGAL, Luís Reis, *História e Ideologia*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989

300 anos do Cartaz em Portugal, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1975-1976

TORGAL, Luís Reis, *O Cinema sob o olhar de Salazar*, Lisboa, Temas e Debates, 2001

30 anos de Estado Novo 1926-1956, Direcção Literária de F. Matos Gomes e Direcção Artística de A. Da Costa, Gráfica Boa Nova, - LDA, Lisboa, 1957

300 Anos do Cartaz em Portugal, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1975-1976

Um instrumento do Governo – 25 Anos de Acção (1933-1958), Lisboa, Edições SNI, 1958

VALENTE, José Carlos, *Estado Novo e Alegria no Trabalho Uma História Política da FNAT (1935-1958)*, Lisboa, Edições Colibri, Inatel, 1999

VIEIRA, Joaquim, *Mocidade Portuguesa*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008

VIEIRA, Joaquim, *Portugal século XX -Crónica em imagens - 1930-1940*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999

VIEIRA, Joaquim (Dir.), *António de Oliveira Salazar*, Lisboa, Temas e Debates, 2004

XAVIER, Pedro, “O valor didáctico da iconografia”, *O Ensino da História* nº18, Associação de Professores de História, Lisboa, Outubro 2000, pp.28-32

XAVIER, Pedro, (Coord.), “Explorações didácticas da iconografia”, *Cadernos pedagógicos - didácticos*, nº21, Associação de Professores de História, Lisboa, 2004

ZORRO, António Maria, *Carneiro Pacheco Um Homem de Fé e o Pensamento da Revolução Nacional*, Lisboa, Edições Panorama, Cadernos do Quadragésimo Ano, 1966

JORNAIS E REVISTAS

Diário de Notícias, 27 de Abril de 1938

O Século, 27 de Abril de 1938

BIBLIOGRAFIA ONLINE

http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa%5Chtml/pdf/r/ramos_gustavo_cordeiro.pdf (consultado em 22/08/2011)

BARRETO, José, Salvador da Pátria apreendido pela polícia

http://malomil.blogspot.pt/2012/03/este-postal-ilustrado-de-1935_23.html

(consultado em Agosto 2012)

CAMPOS, Ana Maria Ferreira,

http://www4.fe.uc.pt/aphes31/papers/sessao_4b/ana_campos_paper.pdf(consultado em Julho de 2012)

<http://debates.parlamento.pt/?pid=r2> (consultado em Junho 2012)

<http://digituma.uma.pt/bitstream/10400.13/150/1/MestradoCarinaLib%C3%B3rio.pdf> (consultado em Junho de 2012)

<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RecursosInformativos/Biografias/Textos/EmmericoNunes.pdf>(consulta do em Agosto de 2012)

<http://martinsbarata.org/> (consultado em Agosto de 2012)

<http://www.musica.com/letras.asp?letra=1058511> (consultado em Setembro de 2012)

<http://natura.di.uminho.pt/~jj/musica/html/amalia-casaPortuguesa.html>
(consultado em Setembro de 2012)

<http://repositorio-blog.planetaclix.pt/EstatuasGuimaraes.pdf> (consultado em Julho de 2012)

<http://youesalvide.blogspot.pt/2011/03/salazarismo.html> (consultado em Junho 2012)

http://www.avizora.com/publicaciones/ciencias_sociales/textos/0064_ideologia_brumarista_napoleon_bonaparte.htm (consultado em Setembro de 2012)

ANEXOS

Anexo 1

Ano IV m=164 16 22 1937

ESCOLA PORTUGUESA

141

que as crianças aponham o cartão com quatro azeitonas desenhadas.

2) Pode-se completar o exercício com a identificação de quantidades e algarismos que as exprimem. E assim, quatro azeitonas *mais* (só se escreve o sinal + se os alunos já tiverem sido iniciados) duas azeitonas *são* seis azeitonas.

3) Exercícios com o jogo de dominó.

4) Exercícios de combinações algarismadas (adição). Assim: 5 mais 1 são 6; 4 mais 2 são 6; $3 + 3 = 6$; $2 + 4 = 6$; $1 + 5 = 6$. (Só se empregam os sinais + e = se a iniciação já tiver sido feita).

Muitos outros exercícios se poderiam fazer. É claro que esta matéria não é de *uma lição*, mas de *um assunto*, que se prolonga por várias lições.

Este exemplo dado para o número 6 aplica-se a qualquer dos outros, até ao número 9. E, atingida a primeira dezena, terão vencido os alunos um grande passo.

E se houvesse alguém que nesta altura da leitura feita dissesse: «Mas para que servirão tantas *enzonas*?» (Aqui o significado da palavra é o do provincianismo *brinquedo de crianças*). «Não seria mais fácil escrever na lousa o algarismo 6 e dizê-lo oralmente, e... pronto?»

Decerto. Mas eu então responderia com aquele conceito de um homem de letras francês (P. Valéry, se não estou em erro): «Porque será que, sendo as crianças tam inteligentes, são os homens tam estúpidos? Isso deve ter sido devido à forma da educação que tiveram».

SÔBRE O ENSINO DA MORAL

VIRTUDES A ADQUIRIR

I) A OBEDIÊNCIA

PELO PROFESSOR M. NOGUEIRA GONÇALVES.

Na família o chefe é o Pai; na escola o chefe é o Mestre; na igreja o chefe é o Padre; na Nação o chefe é o Governo.

ALFREDO PIMENTA (Das máximas mandadas afixar nas escolas; modelo).

Naquele sábado os alunos da 1.^a e da 2.^a classe ficaram na estrada — que é o pátio de recreio das escolas pobres — a aperfeiçoarem-se na ciência difícil do *esquerdo, direito*...

Os da 3.^a, ao entrarem na sala de aula, ficaram surpreendidos ao verem lado a lado os dois quadros pretos, que habitualmente se olham de frente, cada um em seu tópo da sala.

Naturalmente, explicaram logo que deveria ser para eu poder fazer mais desenhos.

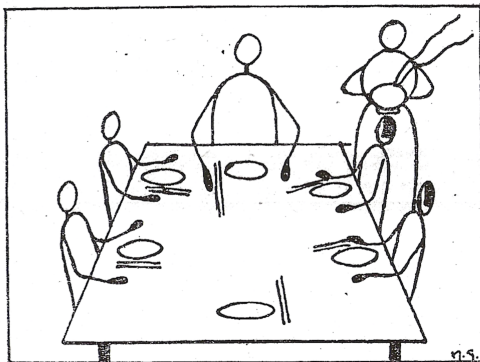
Que não era lhes provei depois.

*

Assim decorreu a lição:

Comecei a desenhar no quadro da direita, e, enquanto desenhava, assim falei:

— Vou fazer... aqui... um daqueles... desenhos... de que... tanto gostais... e que... me haveis... de explicar.



Logo se verificou que o desenho representava uma família preparada para jantar.

Na cabeceira da mesa, que era o melhor lugar, sentava-se o pai. Ao lado direito sentavam-se os dois filhos e ao lado esquerdo as duas filhas. A mãe ia pôr junto do pai a terrina da sopa e iria depois sentar-se na outra cabeceira da mesa, onde estava o seu talher.

Conversámos sobre aquela família:

— O pai, que ali estava sentado e iria distribuir a sopa, ¿que teria feito durante o dia?

— Trabalhara, certamente. Os pais trabalham sempre... quando não estão doentes... ou quando têm em que trabalhar... ou quando não chove, se trabalham ao ar livre.

— E a mãe? ¿Que teria feito a mãe?

— A mãe, naturalmente, teria lavado e consertado a roupa dos filhos e teria feito o jantar...

— ¿Donde teria vindo o dinheiro com que se haviam comprado os panos para as roupas e os alimentos para o jantar?

— Ganhara-o certamente o pai com o seu trabalho.

Mandei então ao Afonso — um dos que melhor caligrafia possuía — que fôsse ao quadro, cuja presença ali os admirara, e escrevesse uma frase em que dissesse qual o fim para que um pai trabalha.

Com a colaboração de todos na redacção, assim escreveu:

O pai trabalha para sustentar a esposa e os filhos.

Continuámos conversando:

— ¿Quando a esposa ou os filhos querem saber alguma coisa ou esclarecer uma duvida, a quem preguntam?

— Ao pai. É o pai que explica quasi sempre as cousas.

Um outro aluno foi ao quadro e escreveu, depois de se haver assentado na melhor redacção:

O pai é a pessoa da família mais instruída.

Conversámos ainda:

— Depois do jantar, ¿sobre que costuma o pai conversar com a mãe?

— Sobre muita coisa! A mãe conta o que os filhos fizeram durante o dia, diz o que é preciso fazer ou comprar para casa...

— E o pai? ¿Que diz depois o pai?

Ralha aos filhos que se portaram mal, elogia os que se portaram bem, dá o dinheiro para a mãe comprar o que é necessário e marca as ocupações do dia seguinte.

Novamente um outro aluno foi ao quadro para escrever a frase que se construiu:

É o pai que dá as ordens na família.

A conversa continuou assim:

— ¿E os filhos obedecem sempre ao pai?

— Sim, senhor, obedecem. Pois se ele é o pai; se ganha o dinheiro; se é quem sabe mais!...

Mais um aluno foi ao quadro para escrever:

Os filhos devem obedecer sempre aos pais.

Terminámos a conversa desta forma:

— Uma pessoa que manda e a quem os outros obedecem chama-se *chefe*. ¿Quem é então o chefe da família?

— O pai. O pai é o chefe da família.

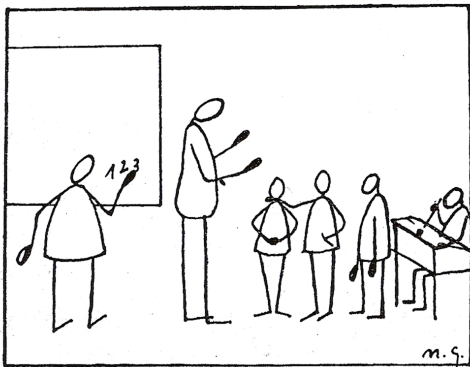
Ainda um outro aluno foi ao quadro para escrever:

O pai é o chefe da família.

Após isto cada aluno foi ocupar o seu lugar para traçar, no seu caderno de moral, o desenho que eu traçara no quadro, escrevendo a seguir, e na mesma página, as frases no outro quadro construídas.

*

Para cada um dos desenhos que acompanham este artigo — divididos por duas lições — se procedeu de idêntica forma, havendo-se obtido as frases que junto a cada um deles se transcrevem:



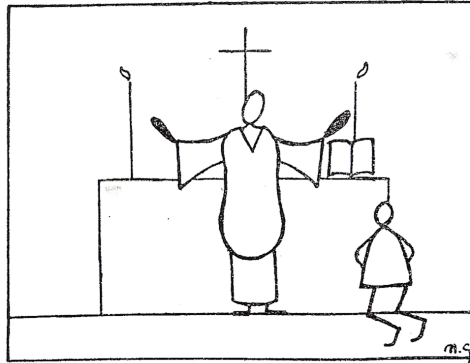
O professor é um auxiliar da família.

O professor prepara-nos para a vida.

O professor é quem dá as ordens na escola.

Devemos obedecer sempre ao professor.

Na escola o chefe é o professor.



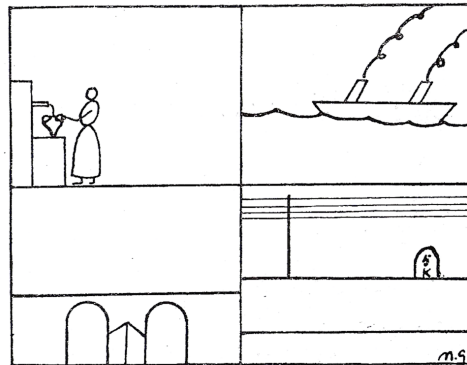
Foi o padre que nos fez cristãos.

O padre é o representante de Deus na terra.

O padre é quem dá ordens na igreja.

Devemos obedecer sempre ao padre.

Na igreja o chefe é o padre.



É o Governo quem manda fazer as fontes, as estradas, as pontes e os navios.

O Governo sabe o que a Nação precisa.

É o Governo que faz as leis.

Devemos obedecer sempre às leis.

Na Nação o chefe é o Governo.

As permutas de *Escola Portuguesa* estão a cargo da

BIBLIOTECA E MUSEU DO ENSINO PRIMÁRIO

(Sede provisória: BEMFICA - LISBOA)

A esta instituição devem dirigir-se todas as publicações que pretendam estabelecer permuta com *Escola Portuguesa*

Anexo 2

Biografia de Jaime Martins Barata (1899 -1970)

Pintor português tornou-se conhecido pelos seus trabalhos em grande escala e para os correios de Portugal.

Filho de José Pedro Barata e de Antónia de Jesus Martins. É natural de Santo António das Areias, Concelho de Marvão, mas muito novo foi viver para a Póvoa e Meadas, considerando ser esta sua terra de origem. O pai morreu quando tinha cinco anos e, apesar das dificuldades financeiras, a mãe, professora primária, conseguiu que os filhos chegassem ao ensino superior. Começou por estudar Matemática, para ser professor, na Escola Superior Normal. Depois mudou para a Escola Superior de Comércio, onde seguiu Economia, mas depressa regressou à primeira opção.

Seguiu a carreira de professor de desenho nos liceus. Leccionou no Liceu de Pedro Nunes, em Lisboa, no Liceu de Portalegre, no de Setúbal, no de Gil Vicente em Lisboa e no de Passos Manuel na mesma cidade.

Desde a juventude que se tinha começado a dedicar à pintura, nomeadamente aguarelas, mas apenas como passatempo. Para aprofundar os seus conhecimentos sobre pintura, paralelamente aos estudos, começou a frequentar a Sociedade Nacional de Belas-Artes, onde conheceu alguns dos grandes artistas da época como Leitão de Barros, Abel Manta, Francisco Franco, Eduardo Viena, Carlos Botelho e Stuart de Carvalhais. O seu grupo de amigos artistas, que incluía a sua futura mulher, Maria Emília Roque Gameiro, começou por se dar a conhecer através de algumas publicações, as revistas ilustradas *ABC*, *ABCzinho* e a *Notícias Ilustrado*, onde Martins Barata trabalhou como fotojornalista e ilustrador.

Em 1940 sob a direcção de Cottinelli Telmo, Martins Barata pintou um conjunto de grandes painéis com cenas da História de Portugal destinados à na Exposição do Mundo Português. Tratou-se do primeiro de uma série de trabalhos em grande escala do pintor alentejano, inicialmente pintados a óleo e,

mais tarde, segundo a técnica de fresco. Os primeiros frescos de Jaime Martins Barata foram os da Basílica de Santo Eugénio, em Roma.

Para a Exposição de 1940, Martins Barata desenhou também o selo comemorativo do evento para os correios de Portugal. A partir de 1947, passou a ser consultor artístico dos correios. A partir desta data e devido à grande quantidade de trabalho artístico que tinha, deixou o ensino, numa altura em que já pouco tempo dedicava às aguarelas. Dedicou-se a trabalhos em grande escala, a maior parte encomendas do Estado. A sua obra ficou patente em edifícios públicos como tribunais e ministérios.

ANEXO 3

Biografia de Raquel Roque Gameiro Ottolini (1889-1970)

Pintora, aguarelista e ilustradora. Era filha do pintor e aguarelista Alfredo Roque Gameiro.

Reproduzia figuras de pescadores e camponeses, na sua faina diária, e tipos e costumes de saloios dos arredores de Lisboa. Também representava interiores rústicos, pobres mas airosos, com chitas de ramagens e loiças toscas de barro vidrado. Muito decorativas as suas composições de flores, de tonalidades fortes e álacres. Há nas aguarelas de Raquel Roque Gameiro largo sentido ilustrativo.

Obteve a 1.^a medalha em aguarela na Sociedade Nacional de Belas-Artes em 1929 e alcançou depois a medalha de honra. Está representada no Museu Nacional de Arte Contemporânea com algumas aguarelas, e bem assim no seu congénere de Madrid.

De entre as várias ilustrações que produziu, destacam-se as imagens criadas para *O Livro do Bébé* (1917; 3.^a edição, 1925), com versos de Delfim Guimarães e a capa para o livro *Água de Neve* (1933), de Nuno de Montemor.

ANEXO 4

Biografia de Emmérico Nunes (1888-1968)

Desenhador humorístico, caricaturista ilustrador e pintor. Foi um dos pioneiros do desenho humorístico e da banda desenhada em Portugal.

Foi um dos caricaturistas portugueses que maior fama europeia alcançou, consequência dos trabalhos publicados em revistas humorísticas espanholas, alemãs e suíças.

Frequenta a Escola de Belas Artes de Lisboa. Entre 1906 e 1911 continua os seus estudos em Paris. Data desta altura a sua colaboração na *Ilustração Portuguesa*.

Em 1911 frequenta a Academia de Belas Artes de Munique. Colaborou no semanário *Meggendorfer Blätter*, com o qual assina um contrato de exclusividade de 10 anos. Com a chegada da Grande Guerra, em 1914, partiu para a Suíça, onde se fixou, mantendo a colaboração naquele semanário. Em 1919 regressou a Portugal e inicia a sua colaboração em diversas revistas ilustradas e humorísticas, como o quinzenário humorístico *O Riso da Vitória*, os *Fantoches*, a *Ilustração*, o *Magazine Bertrand*, *O Domingo Ilustrado*, ou em periódicos como o *Diário de Lisboa* e sobretudo, na revista *ABC*.

Dedicou-se ainda ao desenho de publicidade para várias empresas comerciais e industriais, ao mesmo tempo que continuou a colaborar para várias publicações estrangeiras, como o *Schweizer Illustrierte Zeitung* e *Der Spatz*, de Zurique, o *Haagsche Courant*, de Haia, ou o *Buen Humor*, semanário humorístico madrileno.

Voltou à Alemanha, no pós-guerra, mas regressou definitivamente a Portugal devido à ascensão do nazismo.

Nos anos 40, participou no semanário *Acção*.

É da sua autoria a publicação de um desenho pouco conhecido, de Salazar, ao leme de uma nau portuguesa, encimado por 3 figuras históricas caras ao regime: Afonso Henriques, o fundador da Pátria; Nuno Álvares

Pereira, o vencedor de Aljubarrota; e Vasco da Gama, o descobridor do caminho marítimo para a Índia.

Participou em várias exposições, nacionais e estrangeiras, entre as quais a chamada “Exposição Livre”, em 1911, a 1.^a e 3.^a Exposições do Grupo de Humoristas Portugueses (1912 e 1920) e para a Exposição de Humoristas de Madrid (1920).

Foi professor na Sociedade de Belas Artes de Lisboa.